

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Exercício: 2015

Município: São João del Rei - MG

Relatório nº: 201601491

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/MG,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201601491, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII, da Instrução Normativa SFC nº 01, de 06/04/2001, apresentam-se os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ).

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 11/04/2016 a 13/04/2016, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Além disso, o Relatório de Auditoria possui dois anexos: Anexo I – Relatório ARG Pnaes e o Anexo II – Relatório ARG Relacionamento com Fundações de Apoio. Consiste, dessa forma, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela UFSJ ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Por meio do Ofício nº 13558/2016/CGUMG/CGU-PR, de 06/07/2016, foi encaminhada a versão preliminar deste Relatório de Auditoria à UFSJ. Mediante Ofício 126/2016/UFSJ/REITORIA, de 11/07/2016, a UFSJ informou sua concordância com o teor do Relatório de Auditoria encaminhado.



2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 18/11/2015, entre as Coordenações Gerais de Auditoria da Área de Educação I e II da Controladoria-Geral da União (CGU) e a Secretaria de Educação, da Cultura e do Desporto (Secex Educação), do TCU, foram efetuadas as seguintes análises:

1. Conformidade das peças apresentadas pela Unidade Prestadora da Contas (UPC) com os normativos e orientações do TCU;
2. Avaliação sobre a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no âmbito da UFSJ;
3. Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pela Universidade, em relação à gestão dos instrumentos firmados com as Fundações de Apoio;
4. Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos das ações da Lei Orçamentária Anual sob responsabilidade da UFSJ;
5. Avaliação dos indicadores de desempenho da UPC, quanto aos aspectos de completude, utilidade e mensurabilidade;
6. Avaliação da gestão de pessoas, no que se refere: à tempestividade do cadastramento de atos de pessoal no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), à observância da legislação sobre remuneração; à qualidade do controle da UPC para identificar e tratar acumulações ilegais de cargos, e às ações e iniciativas da UPC para substituição de terceirizados irregulares;
7. Avaliação do cumprimento das determinações/recomendações do TCU;
8. Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU;
9. Avaliação do cumprimento de prazos de inserção de informações de processos instaurados no CGU-PAD.

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

Considerando-se a natureza jurídica e o negócio da Universidade, avaliou-se a conformidade das peças previstas nos incisos I, II e III do art. 13 da Instrução Normativa do TCU nº 63/2010, quais sejam: o Rol de Responsáveis, o Relatório de Gestão e os relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade prestadora de contas, os quais foram encaminhados, por meio do sistema e-Contas, diretamente ao TCU.

A partir dos exames, concluiu-se que a Universidade apresentou as peças de acordo com as normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2015, contemplando conteúdos e formatos obrigatórios previstos nas Decisões Normativas do TCU nº 146/2015 e nº 147/2015, bem como na Portaria TCU nº 321/2015.



2.2 Avaliação Sobre a Execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

Por ocasião dos trabalhos de avaliação dos resultados da gestão, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201505631, foram estabelecidos procedimentos, questões e subquestões de auditoria a serem aplicados na UFSJ, acerca da gestão da unidade relacionada à execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

O macroprocesso foi selecionado por estar estreitamente relacionado à missão institucional da Universidade, qual seja *“produzir, sistematizar e socializar o saber científico, tecnológico e cultural, visando à formação e à participação do ser humano no exercício profissional, com solidariedade, ética e reflexão crítica, buscando sempre a construção de uma sociedade mais justa, soberana e democrática”*.

No trabalho de avaliação, buscou-se identificar em que medida o macroprocesso está contribuindo para a permanência dos estudantes de graduação presencial na Instituição e favorecendo o cumprimento da missão institucional da Universidade. O Pnaes tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e tem como público-alvo estudantes carentes. Ademais, tem como objetivo contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, o que vai ao encontro da missão que a universidade tem de diminuir as desigualdades e reduzir as assimetrias regionais.

Com a criação do sistema de seleção adotado pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a UFSJ tem recebido estudantes de diversas regiões do país, o que tem aumentado a demanda por ações de assistência social e, permitindo com isso, a possibilidade de acesso à educação superior de qualidade em regiões carentes.

Foram definidas as seguintes questões de auditoria:

1. Os mecanismos de controles internos administrativos nas fases de planejamento, execução, controle e avaliação, no âmbito do setor responsável pela gestão do Pnaes, estão adequados?
2. A escolha das áreas de atuação e aplicação dos recursos do Pnaes está de acordo com as modalidades previstas no Decreto nº 7.234/2010 e foram fundamentadas em estudos e análises relativas à demanda social?
3. A divulgação do programa é eficiente, atingindo o público-alvo da política?
4. Os critérios de seleção estão adequados, atendendo aos princípios estabelecidos no Decreto nº 7.234/2010, em particular quanto ao critério renda?
5. A Ifes realiza avaliação quanto ao resultado do programa?
6. Existem critérios de contrapartida, estabelecidos pela Ifes, para a manutenção do benefício (exemplo: desempenho acadêmico mínimo, frequência mínima)?

Os exames de auditoria revelaram, no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o seguinte:



1. Os mecanismos de controles internos administrativos não foram considerados adequados. A ausência de um sistema informatizado para execução, acompanhamento e monitoramento dos programas de assistência dificulta o controle do Pnaes pela Universidade.

A estrutura apresentada pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis – Proae, setor responsável pela gestão do Pnaes na UFSJ, foi considerada inadequada para a execução do programa, devido à insuficiência de recursos humanos.

Foram encontradas falhas na formalização do processo de seleção de alunos, tais como ausência de: autuação de processo administrativo para documentar as etapas das seleções realizadas; autuação de documentos suficientes referentes aos candidatos, em processos administrativos individualizados, inviabilizando análise quanto ao atendimento de critérios de seleção. Além disso, os pagamentos efetuados no âmbito do Pnaes apresentam-se eficazes, porém são realizados de forma manual.

2. Constatou-se que as áreas de atuação e aplicação dos recursos destinados às atividades de assistência estudantil da UFSJ estão de acordo com as modalidades previstas no Decreto nº 7.234/2010. Entretanto, não foram apresentados documentos que comprovassem a realização de estudos e análises relativas à demanda do corpo discente da Instituição para fundamentar a escolha das áreas priorizadas.

3. A partir de consultas ao sítio eletrônico da UFSJ, verificou-se que a divulgação do programa é insatisfatória. O acesso às informações sobre os programas de assistência estudantil ofertados é difícil, não havendo um *link* de fácil visualização.

4. Os critérios de seleção foram considerados adequados, pois se apresentam em consonância com a finalidade do Pnaes.

5. A avaliação dos resultados do Pnaes, no âmbito da UFSJ, apresenta deficiências, uma vez que não foram fixados metas e indicadores de desempenho capazes de mensurar o alcance dos objetivos propostos para o programa.

6. O cumprimento dos critérios de contrapartida exigidos para a manutenção dos benefícios por parte dos discentes é monitorado pela Proae. Esse monitoramento, porém, é moroso, pois é realizado de forma manual, devido à ausência de sistema informatizado.

Na oportunidade, a Controladoria-Geral da União emitiu as seguintes recomendações com o intuito de sanar as falhas identificadas:

- Implantar um sistema informatizado para gerenciamento da execução, controle e monitoramento dos programas de assistência estudantil na Universidade;
- Aprimorar a divulgação dos programas de assistência estudantil no sítio eletrônico da Universidade;
- Identificar previamente as necessidades do corpo discente, no que diz respeito à assistência estudantil, objetivando definir as áreas de atuação que devem ser priorizadas e fundamentar a alocação dos recursos disponibilizados;
- Corrigir falhas na formalização dos processos de seleção de beneficiários dos programas assistenciais;



- Realizar de forma periódica estudos e análises que demonstrem as taxas de retenção dos alunos assistidos, propiciando a avaliação dos resultados do programa em um determinado período de tempo e de tal forma obter dados que possibilitem avaliar se os objetivos do programa estão sendo cumpridos.

2.3 Avaliação da Qualidade e Suficiência dos Controles Internos Administrativos Instituídos Pela Universidade em Relação à Gestão dos Instrumentos Firmados com as Fundações de Apoio

Por ocasião dos trabalhos de avaliação dos resultados da gestão, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201505626, foram estabelecidos procedimentos e questões de auditoria a serem aplicados na UFSJ, acerca do relacionamento entre a Universidade e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - Fauf, a única instituição com contratos ou convênios vigentes, firmados com a Universidade, tendo em vista os aspectos a seguir:

- existência de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico ou estímulo à inovação, como condição à celebração de convênios e contratos com as fundações para dar apoio a tais projetos, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução deles;
- aprovação dos projetos pelas instâncias competentes da Universidade;
- formalização dos processos de celebração de convênios e contratos;
- existência de plano de aplicação dos recursos e sua compatibilidade com o objeto do projeto;
- contabilização dos recursos dos projetos geridos pelas fundações de apoio;
- controles adotados pela Universidade relativos aos projetos executados com a colaboração das fundações de apoio;
- prestação de contas dos recursos dos projetos geridos pelas fundações de apoio e a respectiva aprovação posterior pela Universidade; e
- publicação das informações relativas aos projetos executados com a colaboração das fundações de apoio na internet.

Para tanto, o órgão central da Controladoria-Geral da União definiu as seguintes questões de auditoria:

1. Em que medida os normativos sobre o relacionamento entre a Ifes e as fundações, sobre a participação de servidores nas atividades desenvolvidas pelas fundações, no âmbito dos projetos, e sobre as bolsas a serem pagas pelas fundações aos servidores das Ifes, atendem aos dispositivos legais previstos na Lei nº 8.958/1994 e Decreto nº 7.423/2010?
2. A fundação de apoio contratada/conveniente está registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência e Tecnologia? Em caso positivo, está dentro da validade de dois anos?



3. Em que medida os contratos/convênios são firmados a partir das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 8.958/1994, bem como nos seus regulamentos?

4. Há anuência expressa da Ifes para que a fundação de apoio capte e receba diretamente recursos financeiros sem ingresso na Conta Única do Tesouro, com base nos artigos 1º-A e 1º-B da Lei nº 8.958/1994?

5. Em que grau os elementos determinados pela Lei nº 8.958/94, bem como pelos seus regulamentos, no que tange à transparência, acompanhamento e controle dos contratos/convênios, estão sendo seguidos tanto pela Ifes quanto pelas fundações de apoio?

Ressalta-se que, exames pormenorizados das despesas executadas no âmbito de cada projeto não integraram no escopo dos trabalhos.

As análises sobre o relacionamento da UFSJ com suas fundações de apoio culminaram nos seguintes aspectos que contribuem para o alcance da missão da Unidade: celebração de contratos e/ou convênios com base em documentos padronizados; atribuição a setor específico da Universidade para regimentos e controles sobre os projetos; execução dos recursos pelas fundações de apoio mediante sistema informatizado.

Por outro lado, constatarem-se situações em desacordo com a legislação, tais como: falta de aprovação, pelo órgão colegiado superior, da normatização do relacionamento da UFSJ com fundações de apoio; não observância, nos normativos internos da UFSJ, de dispositivos contidos na Lei nº 8.958, de 20/12/1994, e no Decreto nº 7.423, de 31/12/2010; deficiências nas informações sobre os projetos publicadas, na internet, pelas fundações de apoio; falta de aprovação de projetos pelos órgãos acadêmicos da UFSJ; falta de clareza na descrição do objeto do projeto; ausência de registro centralizado dos projetos; e rotinas deficitárias para análise da prestação de contas. Nesse contexto, foram emitidas as seguintes recomendações, com o intuito de sanar as falhas identificadas:

- adotar providências no sentido de fazer aprovar, pelo Conselho Superior da UFSJ, normativo acerca do relacionamento entre a Universidade e suas fundações de apoio;
- aperfeiçoar os normativos internos dos Conselhos Superiores da Universidade;
- elaborar projeto prévio antes da celebração de contratos e convênios para a gestão administrativa e financeira, com as fundações de apoio constituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação;
- submeter à aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei os projetos desenvolvidos com a participação de fundações de apoio;
- orientar formalmente o corpo acadêmico da UFSJ quanto aos aspectos técnicos exigidos para a elaboração de projeto desenvolvido em parceria com as fundações de apoio;
- contratar fundações de apoio somente quando os projetos atenderem os preceitos estabelecidos nos § 1º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010;



- divulgar dados e informações, bem como centralizar os registros, sobre o relacionamento da UFSJ com fundações de apoio, incluindo obrigatoriamente os dispositivos legais e regulamentadores internos e externos; a sistemática de elaboração e aprovação de projetos; a relação de projetos desenvolvidos e em andamento com objetos, metas e indicadores; as regras aplicáveis às bolsas com a divulgação de beneficiários e valores recebidos; montantes financeiros gerenciados em parceria; endereços de portais e sítios das fundações de apoio e outras informações julgadas relevantes;

- solicitar que a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - Fauf publique na internet os relatórios semestrais de execução contratual e os pagamentos efetuados aos servidores públicos em decorrência dos contratos firmados com base na Lei nº 8.958, de 20/12/1994;

- estruturar rotinas para que o envio dos documentos da prestação de contas pela Fauf contemple o relatório técnico emitido pelo coordenador do projeto;

- avaliar a conveniência e a oportunidade da UFSJ inserir no normativo interno que dispõe sobre o relacionamento da Universidade com fundações de apoio, item sobre o período para o envio da documentação da prestação de contas pela fundação de apoio e quanto ao tempo para análise desta pela UFSJ.

2.4 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Durante o exercício de 2015, a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ liquidou despesas relativas a três Programas do Governo Federal. Os resultados físicos e financeiros alcançados pela Entidade no exercício aludido, considerados em relação ao Programa de maior materialidade para a UFSJ e suas respectivas Ações Governamentais, também de maior materialidade, estão sintetizados na tabela a seguir.

Tabela – Execução Orçamentária em 2015

UO 26285 - Universidade Federal de São João del-Rei				
Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Exercício	Meta (unidade)	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)
2015	Física (aluno matriculado)	15.000	10.000	66,67
	Financeira (em R\$1,00)	40.066.852	26.747.782	66,76
Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior				
Exercício	Meta (unidade)	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)
2015	Física (benefício concedido)	5	5	100
	Financeira (em R\$1,00)	12.751.433	6.144.618	48,19



Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
Exercício	Meta (unidade)	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)
2015	Física (aluno matriculado)	13	9	69,23
	Financeira (em R\$1,00)	24.108.579	13.318.621	55,24

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)

No que se refere às ações mencionadas no quadro anterior, percebem-se, em 2015, variações significativas entre as metas e as respectivas execuções, seja nos aspectos financeiros ou físicos; exceto quanto a este último, exclusivamente no caso da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior. Sobre essa ação, cabe informar que sua meta física refere-se, para a totalidade de alunos por ela contemplados (1.946 estudantes), às modalidades de auxílios ofertados (Auxílio Promoção Socioacadêmica, Programa Saúde Bucal, Programa Saúde Física, Programa Saúde Mental e Auxílio Creche), durante o período mencionado na tabela anterior.

A respeito da execução física e financeira inferior à meta prevista, a UFSJ apresentou, no Relatório de Gestão e no Siop, justificativas para o fato, alicerçadas em problemas (atrasos ou insuficiências) na liberação de recursos orçamentários por parte do Ministério da Educação, em decorrência de contingenciamentos adotados pelo Poder Executivo para mitigar efeitos da crise econômica então vigente. Portanto, tal fato escapou à governabilidade do gestor da UFSJ.

2.5 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Com a finalidade de verificar se os indicadores de desempenho adotados pela unidade auditada atendem aos requisitos de completude, comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade, instou-se a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201601491/02, de 06/04/2016, a prestar esclarecimentos pertinentes. Em resposta, a UFSJ apresentou o Ofício nº 073/2016/UFSJ/REITORIA, de 11/04/2016, por meio do qual informou que a instituição baseia-se nos indicadores estabelecidos pela Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário, a qual também definiu a metodologia de cálculo a ser adotada para aqueles.

Portanto, a UFSJ não instituiu indicadores próprios para aferir a sua gestão, utilizando-se, para tanto, dos indicadores estabelecidos pela Decisão retromencionada.

2.6 Avaliação da Gestão de Pessoas

A auditoria realizada sobre a gestão de pessoas da Universidade Federal de São João del-Rei teve o objetivo de avaliar a observância da legislação sobre remuneração, em especial o pagamento do adicional de insalubridade, dentre outros; a tempestividade e qualidade dos registros pertinentes a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac); a qualidade do controle da UFSJ para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos bem como ações e iniciativas da Universidade

para a substituição de terceirizados irregulares, inclusive estágio e qualidade de execução do plano de substituição ajustado com o Ministério do Planejamento.

No exercício de 2015, houve 116 atos de admissão, 23 concessões de aposentadoria e cinco concessões de pensão na UFSJ. Em consulta aos registros do Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União - Sisac, verificou-se que foram cadastrados tempestivamente todos os atos e concessões. Dessa forma, houve cumprimento do prazo estabelecido pelo art. 7º da IN TCU nº 55/2007, que determina que as informações pertinentes aos atos de admissão e concessões de aposentadoria e pensão deverão ser cadastradas no Sisac e disponibilizadas para o respectivo órgão de controle interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação ou de assinatura do ato, ou da data do efetivo exercício do interessado, nos casos de admissão de pessoal.

Quando questionada, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201601491/01, de 04/04/2016, a respeito de estudos realizados, no exercício de 2015, sobre a força de trabalho existente na Universidade, esta informou, por meio do Ofício nº 072/2016/UFSJ/REITORIA, de 11/04/2016, o seguinte:

“No período de janeiro a maio de 2015, a Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFSJ realizou o Dimensionamento da Força de Trabalho do Corpo Técnico-Administrativo da Universidade Federal de São João del-Rei –MG. O relatório final, em anexo, apresenta o perfil da força de trabalho, o cálculo da força de trabalho ideal para a UFSJ, a identificação das condições tecnológicas e de trabalho e a necessidade de reestruturação de processos. O dimensionamento foi realizado para atender o disposto na Resolução/UFSJ/CONDI/015/2014.”

Como resultado, a Universidade afirmou que *“no estudo de dimensionamento identificou-se uma defasagem de 110 servidores com cargos de características administrativas, 15 cargos de características técnicas e 15 novos cargos de nível superior.”* Informou, contudo, que *“não foram estabelecidas metas e utilização de instrumentos para redução da defasagem entre o quantitativo e o perfil atual e o desejado”*. Ademais, *“não foi realizado estudos (sic) para dimensionar o impacto no quantitativo de pessoal decorrente da evolução futura dos desligamentos e aposentadorias, tendo em vista que em cargos que não foram extintos, as Universidades possuem o Quadro de Referência para reposição das vagas.”*

Para avaliar a existência de eventuais empregados terceirizados na UFSJ em situação irregular, em desacordo com o Decreto nº 2.271/94, foram analisadas as informações do Relatório de Gestão do Exercício de 2015 sobre o tema. Adicionalmente, foram feitos questionamentos ao gestor de recursos humanos e entrevistas com oito terceirizados. Não foram identificadas situações irregulares de utilização de mão de obra terceirizada na execução de atividades-fim ou de tarefas inerentes ao plano de cargos e salários da Universidade.

Para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988, foi feito o cruzamento de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para todos os servidores da Universidade. Nesse cruzamento, buscou-se observar, também, o atendimento da jornada máxima de 60 horas semanais, preconizada pelo Parecer AGU/GQ nº 45/98, bem como a vedação, imposta pelo art. 117, X, da Lei nº 8.112/90, de o servidor figurar como sócio-administrador de empresas. Como resultado, foram encontrados elementos que apontam que dezoito servidores acumulam cargos sem a

comprovação da compatibilidade de horários para o exercício de duas jornadas de trabalho e 31 servidores figuram como sócios-administradores de empresas. Tal assunto será tratado em item específico deste Relatório.

Quanto à remuneração de pessoal estatutário (ativos, inativos e pensionistas), foi realizada uma análise censitária no Siape a partir de ocorrências preestabelecidas (situações de inconsistências cadastrais e/ou de pagamentos que se revelam incompatíveis com o ordenamento legal). Essas ocorrências foram verificadas junto ao gestor durante o exercício de 2015. As tipologias de falhas analisadas ao longo do exercício, para verificar a conformidade dos pagamentos de pessoal, estão sintetizadas no quadro seguinte. Todas as inconsistências identificadas foram sanadas.

Quadro – Ocorrências relacionadas à remuneração de pessoal

Descrição da ocorrência	Detalhamento da ocorrência	Quantidade
Inclusão de Informações pelo Próprio Servidor Habilitado no Siape (Nível Operacional), em sua Respectiva Folha de Pagamento	Servidores relacionados	1
	Situações solucionadas integralmente	1
	Situações solucionadas parcialmente	-
	Situações não solucionadas	-
	Situações pendentes de manifestação da unidade	-
Pagamento de Grat. Natalina/13º Salário com Base de Cálculo Acrescida de Valor Superior a 30% em Relação ao Considerado para o Cálculo da Antecipação da Grat. Natalina/13º Salário (1 Ano Anterior)	Servidores relacionados	1
	Situações solucionadas integralmente	1
	Situações solucionadas parcialmente	-
	Situações não solucionadas	-
	Situações pendentes de manifestação da unidade	-

Fonte: Sistema Trilhas de Pessoal

Em decorrência do exame da folha de pagamentos, foi analisada também a concessão do adicional de insalubridade dos 126 servidores que recebem essa rubrica na Universidade. As inconsistências encontradas, relacionadas a 21 servidores, são descritas em item específico deste Relatório. A despeito delas, destacam-se as boas práticas da Universidade nesse quesito, ao envidar esforços para cumprir as exigências da norma que rege o assunto, qual seja, a Orientação Normativa Segep/MPOG nº 06/2013, em momento anterior aos trabalhos de auditoria realizados.

Por fim, em análise ao Plano de Providências Permanente da UFSJ, verificou-se que não existem pendências da Universidade, no atendimento de recomendações efetuadas pela CGU, especificamente para a área de Recursos Humanos.

2.7 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

Mediante pesquisa no sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União, verificou-se que, no exercício de 2015, não foram emitidos acórdãos para a UFSJ com determinação para a Controladoria efetuar verificações sobre o atendimento da deliberação.

2.8 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Verificou-se que a UFSJ mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações da CGU, bem como encaminha as demandas recebidas para os setores

responsáveis, a fim de serem adotadas as providências solicitadas pelos órgãos de controle.

Após análise do Plano de Providências Permanente da UFSJ, restam pendentes de atendimento quatro recomendações, sendo uma relacionada com a regularização da situação cartorial dos imóveis do *campus* e com a necessidade de providenciar alvará do Corpo de Bombeiros que permita a regularização do prédio dois do complexo Reuni, bem como três relacionadas com a atuação da Unidade de Auditoria Interna da UFSJ.

2.9 Avaliação do CGU/PAD

Visando verificar se a UFSJ registrou as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD, comparou-se o Relatório de Correição, extraído do citado sistema, e uma lista, fornecida pela Universidade, de processos disciplinares instaurados, encerrados ou em curso, durante o exercício de 2015.

A partir do exame, verificou-se que os processos constantes da lista apresentada eram os mesmos que constavam do CGU-PAD. Entretanto, alguns deles foram registrados de forma intempestiva naquele sistema, em desacordo com a Portaria CGU nº 043/2007, art. 1º, § 3º, conforme tratado em item específico deste relatório.

2. 10 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

O trabalho de auditoria de contas realizado na UFSJ, para avaliar a gestão do exercício de 2015, evidenciou que a unidade possui falhas em diferentes níveis de gravidade nas temáticas avaliadas por esta Controladoria, as quais serão demonstradas de maneira detalhada em pontos específicos deste relatório.

Dentre as falhas detectadas que possuem maior relevância, pelo seu grau de impacto potencial ou efetivo sobre a gestão da unidade, tem-se:

Item 1.1.1.1 – Ausência de laudos periciais atualizados, para amparar os pagamentos relativos ao adicional de insalubridade, no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei.

Foi analisada a concessão do adicional de insalubridade dos 126 servidores que recebem essa rubrica na Universidade. Encontraram-se inconsistências, relacionadas a 21 servidores, as quais acarretaram pagamento indevido ou comprometeram a eficácia do controle relativo à legalidade da concessão. A recomendação desta Controladoria foi para se reelaborar os laudos técnicos que amparam o pagamento do adicional de insalubridade, e se promover, nos termos do *caput* do art. 143 da Lei nº 8.112/90, apuração de responsabilidades, em virtude do pagamento indevido.

Item 1.2.1.1 – Servidores da UFSJ em situações que indicam a incompatibilidade de horários na acumulação de cargos, bem como na condição de sócio-administrador de empresas.

A fragilidade encontrada pode traduzir-se em prejuízo ao cumprimento da jornada de trabalho, além de configurar inadequação, em relação à legislação vigente, em relação à carga horária e às atividades exercidas pelo servidor. Diante dessa falha, recomendou-se a adoção de medidas administrativas, quanto aos casos apontados neste Relatório, bem como a implementação de controles internos, de forma a verificar, periodicamente, a ocorrência de eventual infração ao cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores da Universidade.

Item 2.1.1.1 – Inserção, no sistema CGU-PAD, de informações referentes a processos administrativos em data posterior ao prazo limite previsto em Portaria.

Constatou-se que quatro procedimentos disciplinares, instaurados ou em curso durante o exercício de 2015, foram registrados intempestivamente no sistema CGU-PAD, contrariando o determinado na Portaria CGU nº 1.043/2007, art. 1º, § 3º; e que o Chefe da Unidade de Auditoria Interna é o administrador do CGU-PAD no âmbito da UFSJ, em detrimento do princípio da segregação de funções. Em decorrência disso, recomendou-se a adoção de medidas administrativas cabíveis para o registro tempestivo de informações no sistema CGU-PAD, bem como a indicação de outro servidor para administrá-lo.

Em que pesem as fragilidades apontadas, destacam-se as boas práticas da UFSJ, tais como os esforços para cumprir as exigências da Orientação Normativa Segep/MPOG nº 06/2013, em momento anterior aos trabalhos de auditoria realizados. Além disso, citam-se, como aspectos positivos, o bom desempenho geral da gestão – a despeito de restrições orçamentárias impostas – quanto ao atingimento de metas físicas e financeiras, assim como a eficiência das rotinas de acompanhamento e tratamento das demandas oriundas dos órgãos de controle.

As providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UFSJ, o qual será monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Belo Horizonte/MG, 26 de julho de 2016.

Nome: GLADSON DE SOUZA SANTOS

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome: LEIA BAETA CAVALCANTE

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais

Achados da Auditoria - nº 201601491

1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1.1 REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

1.1.1 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de laudos periciais atualizados, para amparar os pagamentos relativos ao adicional de insalubridade, no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei.

Fato

O adicional de insalubridade é uma forma de compensação por risco à saúde dos trabalhadores, tendo caráter transitório, sendo devido enquanto durar a exposição ao agente nocivo. No âmbito da Administração Pública Federal, sua concessão é regulamentada, atualmente, pela Lei nº 8.112/90, em seus artigos 68 a 70, e pela Orientação Normativa nº 06/2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Segep/MPOG).

A despesa da Universidade Federal de São João del-Rei, a título exemplificativo, no mês de outubro de 2015, com o pagamento do referido adicional, atingiu o valor de R\$59.740,34, destinando-se a 126 servidores. Com o objetivo de verificar a conformidade dos pagamentos dessa rubrica na UFSJ, foram enviados à Universidade dois ofícios solicitando esclarecimentos sobre o assunto, a saber, os Ofícios nº 28081/2015 e 7741/2016/CGUMG/CGU-PR, datados, respectivamente, de 04/12/2015 e 07/03/2016.

Para realização dos exames, foi solicitado que a Universidade apresentasse as cópias dos laudos técnicos que amparassem o pagamento do adicional de insalubridade, as cópias das portarias de localização dos servidores, a descrição das atividades desempenhadas pelo servidor que o colocassem em exposição a agentes biológicos de forma permanente ou habitual, a carga horária semanal a que o servidor é submetido à exposição aos referidos agentes e o plano de trabalho dos servidores (somente para servidores docentes).



A partir da documentação apresentada pela UFSJ, em resposta aos dois ofícios emitidos, verificaram-se as seguintes impropriedades:

- quando solicitado o plano de trabalho da servidora de CPF ***.591.698-**, esta informou que, desde setembro de 2014, não mais exercia funções em condições insalubres. Contudo, observa-se que ela recebeu a rubrica de adicional de insalubridade até março de 2016, contrariando o art. 4º da Orientação Normativa Segep/MPOG nº 06/2013, que dispõe que o adicional de insalubridade tem caráter transitório, enquanto durar a exposição;

- para vinte servidores, observou-se que os laudos técnicos que amparavam o pagamento do adicional de insalubridade encontravam-se desatualizados, sendo anteriores à edição da Orientação Normativa Segep/MPOG nº 06/2013. Destaca-se que, conforme dispõe o § 3º do art. 10 da ON Segep nº 06/2013, os laudos de insalubridade não têm prazo de validade, devendo ser refeitos sempre que houver alteração na legislação vigente, entre outras situações expressas na norma.

Causa

Fragilidades nos controles internos adotados pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas quanto ao acompanhamento e adequação às mudanças na legislação referente à concessão do adicional de insalubridade.

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - não adotou medidas de gestão cabíveis com vistas a adequar os laudos técnicos que amparam o pagamento do adicional de insalubridade à ON Segep nº 06/2013, contrariando o Regimento Geral, aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho Universitário de 30/11/2005, e alterado pela Resolução nº 04/2012. O artigo 32 do Regimento Geral estabelece as competências do Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, entre as quais destacam-se: i) supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; xii) administrar o processamento dos dados cadastrais dos servidores; xiii) executar o controle sistêmico das operações de processamento de dados para a elaboração da folha de pagamento dos servidores; xiv) manter e conservar o arquivo de documentos funcionais dos servidores; xv) organizar e manter atualizadas a consolidação da legislação e jurisprudência referentes a assuntos de recursos humanos.

Manifestação da Unidade Examinada

Primeiramente, em resposta ao Ofício nº 28081/2015/CGUMG/CGU-PR, de 04/12/2015, a Universidade informou, por meio do Memorando Eletrônico nº 3/2016 – SEAPS, encaminhado à CGU pelo Ofício nº 008/2016/REITORIA/UFSJ, de 20/01/2016, o seguinte:

“Atendendo ao exposto no Ofício nº 28081/2015/CGUMG/CGU-PR, sob orientação da equipe de segurança do trabalho, encaminhamos a relação de documentos extraídos dos processos de concessão de adicionais de insalubridade aos servidores da UFSJ, bem como a forma de gerenciamento e localização das demais informações e procedimentos para a concessão dos mesmos.

1 - metodologia aplicada na UFSJ – Esta metodologia está disponível na página da UFSJ em http://www.ufsj.edu.br/progp/saude_e_seguranca.php;



2 - *tabela de agentes de risco – tabela implementada na UFSJ com a codificação dos agentes de risco presentes nas Normas Regulamentadoras MTE, nº 15 e 16, e anexo da Orientação Normativa 06/2013. Esta tabela é utilizada na identificação dos agentes de risco no requerimento de avaliação de posto de trabalho para fins de concessão de adicionais. No impresso foi reproduzida apenas a tabela parcial a título de exemplo. A tabela completa com 79 páginas pode ser visualizada no link: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/progp/avaliacaoderiscos/tabela%20de%20riscos.pdf>*

3 - *requerimentos de avaliação de posto de trabalho – documento no qual o servidor descreve as condições de trabalho com a forma de exposição a agentes insalubres/periculosos e carga horária semanal/mensal;*

4 - *termo de visita – declaração que servidor assina atestando a prestação das informações à Comissão de Avaliação de Riscos Ambientais da UFSJ sobre o ambiente de trabalho e ainda sobre agentes de risco mencionados no requerimento;*

5 - *avaliação do ambiente de trabalho/laudo – avaliações individuais do posto de trabalho de cada requerente com o parecer da Comissão de Avaliação de Riscos Ambientais da UFSJ sobre a análise dos agentes de riscos mencionados no requerimento do servidor ou detectados na inspeção/entrevista;*

6 - *portarias – documento de localização do servidor em local insalubre e concessão do adicional com o percentual definido;*

7 - *informes de insalubridade/periculosidade – documento gerado pela Comissão de Avaliação de Riscos Ambientais da UFSJ e emitido mensalmente pelas chefias imediatas de servidores que tiveram concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade no qual é atestada a continuidade da condição geradora da concessão do adicional, tanto em termos de local, forma de exposição e carga horária.*

8 - *comunicações internas – documentos com informações complementares sobre situação do processo de avaliação do requerimento do servidor, e ainda, solicitações adicionais de acordo com a especificidade de cada caso;*

9 - *minuta de termo de referência – documento base para realização de pregão/processo licitatório para contratação de empresa especializada em medições de agentes químicos e físicos para conclusão e complementação de processos de avaliação de adicionais onde existem agentes de riscos de natureza quantitativa. A realização deste processo já se encontra em trâmite desde novembro 2015;*

10 – *plano de trabalho – detalhamento da distribuição das atividades dos servidores docentes;*

11 – *memorandos e emails – documentos relativos às solicitações de documentação necessária para atendimento de demanda;*

12- *portarias da Comissão de Avaliação de Riscos Ambientais da UFSJ - ato administrativo de nomeação dos responsáveis pela avaliação dos pedidos de concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade;*

13 – *relação de protocolo – listagem com relação de documentos encaminhados, onde são enumerados os itens que compõem a documentação de cada servidor integrante da lista anexa ao Ofício nº 28081/2015/CGUMG/CGU-PR;*

14 – relação de faltosos – listagem onde são relacionados os servidores docentes que não encaminharam o plano de trabalho solicitado, com detalhamento das atividades, que corresponde ao item “e” do ofício.

Com a publicação da Orientação Normativa 06/2013/MPOG a UFSJ iniciou uma reavaliação e adequação de todos os laudos de adicionais de insalubridade, sendo que o estágio das reavaliações gerou basicamente as seguintes situações:

- servidores com laudos concluídos de acordo com a ON 06/2013 por agentes de avaliação qualitativa – cópia do requerimento, cópia do termo de visita, cópia do laudo, cópia da portaria de localização/concessão, cópia de informe de insalubridade;

- servidores com requerimentos atuais pendentes por avaliação quantitativa ou outra circunstância – cópia do requerimento anterior a ON 06/2013, cópia do termo de visita, cópia do laudo anterior a ON, cópia do laudo, cópia da portaria de localização/concessão anterior a ON, cópia do requerimento pendente, cópia de comunicação interna;

Com a necessidade da exigência da carga horária de exposição mensal para fins caracterização de habitualidade/permanência, alguns servidores que recebiam adicionais baseados em legislações anteriores mantiveram apenas agentes quantitativos dentro do critério da não eventualidade.

Em virtude da necessidade da aferição de agentes químicos e físicos para conclusão de processos desses servidores e ainda a complementação de outros processos, a equipe de segurança da UFSJ elaborou a minuta de um termo de referência para contratação/licitação de empresa especializada para tal atividade. O processo encontra-se em trâmite e deverá ir a pregão eletrônico no início de 2016.

Desta forma esclarecemos que as informações solicitadas no Ofício nº 28081/2015/CGUMG/CGU-PR estão contempladas pelos seguintes itens:

a) Cópias dos laudos técnicos que amparam o pagamento de insalubridade (ultimo laudo técnico expedido) – item 5

b) Cópias das portarias de localização dos servidores – item 6

c) Descrição das atividades desempenhadas pelo servidor que o colocam em exposição a agentes biológicos de forma permanente ou habitual – itens 3 e 5

Obs: destacamos que na relação de servidores para emissão de documentação não estavam contemplados apenas concessão por risco biológico. Foram reproduzidas cópias de concessões por outros tipos de agentes.

d) Carga horária semanal (em horas) a que o servidor é submetido à exposição de agentes biológicos – Itens 3, 5 e 10

Obs: destacamos que na relação de servidores para emissão de documentação não estavam contemplados apenas concessão por risco biológico. Foram reproduzidas cópias de concessões por outros tipos de agentes.

e) Plano de trabalho dos servidores (apenas para servidores docentes) – item 10.

Obs: em virtude do final do ano letivo, recesso administrativo de fim de ano, e, consequentemente, início de férias acadêmicas, a maioria dos servidores docentes encontram-se afastados das atividades (férias), o que dificultou o encaminhamento do plano de trabalho por parte dos mesmos. Apesar do tempo hábil das solicitações do envio dos documentos (item 11), relacionamos no item 14 os servidores docentes que não encaminharam o plano.

f) Outros documentos que V. Mag^a julgar pertinentes e relevantes ao pagamento de Adicional de insalubridade – Itens 1,2,4,7, 8, 9,11, 12, 13 e 14.”

Posteriormente, em resposta ao Ofício nº 7741/2016/CGUMG/CGU-PR, de 07/03/2016, o qual conteve questionamentos referentes aos laudos técnicos apresentados em resposta ao primeiro ofício enviado, a Universidade se manifestou, por meio do Memorando Eletrônico nº 36/2016 – SEAPS, encaminhado pelo Ofício nº 057/2016/UFSJ/REITORIA, de 28/03/2016, conforme se segue:

“Em atendimento ao Ofício nº 7741/2016/CGUMG/CGU-PR, solicitando esclarecimentos complementares acerca de documentação dos processos de concessão de adicionais de insalubridade, informamos:

Item a – Ausência de plano de trabalho:

*Os planos de trabalho dos servidores listados no referido ofício foram solicitados novamente e integram a relação de documentos a ser encaminhada, contudo esclarecemos que o professor G.M.Y. [CPF ***.978.806-**] teve seu requerimento indeferido, conforme documentação anexa, sendo o pagamento do adicional suspenso no fim de 2015. Por esta razão o seu plano de trabalho não integra a relação de enviados.*

*Informamos que a servidora M.C.P. [CPF ***.591.698-**], a partir da solicitação do plano de trabalho por contato telefônico e e-mail, informou que desde setembro de 2014 não exerce funções em condições insalubres. A situação foi explicitada em documento encaminhado ao Setor de Apoio ao Servidor (anexo). Esclarecemos que o pagamento do adicional na UFSJ é condicionado à autorização da chefia imediata que acompanha as atividades dos servidores sob sua supervisão, e emite mensalmente um informe de insalubridade/periculosidade com informações sobre a forma de exposição do servidor aos agentes insalubres que embasaram a concessão. Os formulários da referida servidora foram encaminhados pela chefia imediata atestando a continuidade da condição insalubre durante todo período de recebimento. Informamos, ainda, que a situação será apurada.*

Item b – Processos pendentes por avaliações quantitativas:

Informamos que a UFSJ, no segundo semestre de 2015, iniciou o processo para contratação de empresa(s) especializada(s) em aferição de agentes físicos e químicos a fim de embasar a conclusão de laudos periciais de concessão de adicionais de insalubridade. O referido processo foi a pregão eletrônico em 03 de março de 2016 e as empresas vencedoras do pleito foram a SMS Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho Ltda e a GGB Clínica e Engenharia Ltda conforme atas do pregão em anexo. Deste modo, esclarecemos que os serviços serão realizados de forma gradativa, juntamente com os outros objetivos dos serviços (levantamento de dados para PPRA e LTCAT), com final previsto para julho de 2016.

*Item C – Situação do processo da servidora A.C.B.S. [CPF ***864.936-**]:*



Esclarecemos que a servidora em questão possuía um laudo antigo que embasava a concessão do adicional de insalubridade, e com a publicação da ON 06/2013, foram realizados os procedimentos para adequação do benefício. Inicialmente houve o indeferimento do pedido de continuidade do adicional em virtude das condições de carga horária de exposição não se enquadrarem nas definições de habitualidade ou permanência. Como procedimento padrão, a UFSJ adotou a possibilidade do recurso em caso de indeferimento dos requerimentos. Desta forma, houve o trâmite dos recursos da servidora ao longo do final do segundo semestre 2015 e início de 2016, porém foi mantida a decisão inicial e o pagamento do adicional foi interrompido a partir da emissão da portaria nº 156/2016/UFSJ/PROGP. Em anexo a documentação comprobatória do trâmite e portaria.

Item D – Planos de trabalho da Profª A.M.S. [CPF 849.206-**] e Prof. W.A.S. [CPF ***.631.096-**].

Aos servidores mencionados, foram solicitados planos de aula com melhor detalhamento das atividades insalubres. Os planos seguem anexos à documentação.

Análise do Controle Interno

A Universidade reconheceu a necessidade de atualização dos laudos de concessão de adicional de insalubridade dos vinte servidores pendentes e informou que pretende regularizar a situação até o mês de julho de 2016. Em relação à servidora de CPF ***.591.698-**, esclareceu que a situação será apurada. Portanto, considera-se que a Universidade se prontificou a regularizar a situação de todos os servidores cujo recebimento de adicional de insalubridade foi considerado indevido pela equipe de auditoria.

Recomendações:

Recomendação 1: Refazer os laudos técnicos que amparam o pagamento do adicional de insalubridade, adequando-os às exigências da ON Segep nº 06/2013, e suspender as concessões que não estiverem de acordo com a referida orientação normativa, em relação aos servidores de CPFs relacionados a seguir: ***.007.936-**, ***.803.706-**, ***.314.916-**, ***.358.076-**, ***.352.066-**, ***.106.426-**, ***.162.206-**, ***.060.926-**, ***.522.526-**, ***.082.586-**, ***.955.096-**, ***.796.656-**, ***.642.938-**, ***.711.996-**, ***.316.739-**, ***.290.786-**, ***.531.235-**, ***.558.546-** e ***.318.616-** e ***.193.316-**.

Recomendação 2: Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/90, apuração de responsabilidades em virtude do pagamento indevido do adicional de insalubridade à servidora de CPF ***.591.698-**, referente ao período de setembro de 2014 a março de 2016.

1.2 MOVIMENTAÇÃO

1.2.1 Gestão de Pessoas

1.2.1.1 CONSTATAÇÃO

Servidores da UFSJ em situações que indicam a incompatibilidade de horários na acumulação de cargos, bem como na condição de sócio-administrador de empresas.



Fato

Com o objetivo de identificar eventuais situações de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, bem como eventual incompatibilidade de horários com outro vínculo na iniciativa privada, foi efetuado cruzamento de dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do exercício de 2014, e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), situação em abril de 2016, referentes a todos os servidores da UFSJ.

A regra geral de acumulação de cargos públicos está prevista na Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XVI — é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII — a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

A Advocacia-Geral da União (AGU), por meio do Parecer GQ-145/1998, o qual é vinculante para a Administração Federal, nos termos do § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 73/1993, tem posicionamento no sentido de que é ilícita a acumulação de cargos públicos na qual resulte carga horária superior a sessenta horas semanais. Posteriormente, a própria AGU, ao analisar a necessidade de revisão do Parecer GQ-145/98, emitiu a Nota nº 114/2010/DECOR/CGU/AGU, tendo esta sido aprovada pelo Excelentíssimo Advogado-Geral da União, por meio de despacho datado de 5 de novembro de 2010. Por meio desta nota, foi mantido o posicionamento exarado no Parecer nº GQ – 145/98, reforçando o limite de 60 horas semanais, enquanto limite único a todos os profissionais sujeitos à acumulação de cargos, inclusive àqueles da área da saúde, conforme se depreende dos trechos a seguir:

24. A partir dessa constatação, duas questões se colocam:

é possível instituir limite único de jornada para todos os servidores, ou seria necessário atentar-se às especificidades dos casos concretos?



ii) e, caso se admita a instituição de limite único, o limite máximo de 60 horas semanais considerado aceitável por esta instituição é adequado ou necessita ser revisto?

25. No que tange ao primeiro questionamento, consideramos inexistir qualquer óbice à instituição de limite único para todas as categorias. De fato, a limitação de jornada diz respeito à capacidade humana de produzir, que é finita, e à necessidade de repouso para que o indivíduo se recupere e se insira adequadamente na sociedade em que vive, estabelecendo laços de fraternidade e fortalecendo seus laços familiares.

26. Percebe-se, assim, que a referida limitação se relaciona intimamente com a dignidade da pessoa humana, fundamento do sistema jurídico pátrio (art. 1º, III, CRFB). Por decorrer de circunstância afeta à condição humana, o fato de algumas categorias desenvolverem atividades em regime de horário distinto das demais não afasta as conclusões aqui apresentadas. Se os profissionais da área da saúde podem laborar em regime de plantão de 12 ou 24 horas, é de se imaginar que, para a sua recuperação, demandem mais tempo do que aqueles que trabalham em jornadas diárias de até 8 horas.

34. Resta perquirir se o limite estabelecido por esta Advocacia-Geral da União no PARECER GQ-145, de 60 horas semanais, é adequado.

35. A referida limitação da jornada decorre de cálculo que parte da premissa de que ao servidor deve ser concedido intervalo interjornadas de, ao menos, 11 horas. Inspira-se em dispositivo da CLT que prevê este intervalo mínimo para os trabalhadores. Assim, admite-se que o servidor desempenhe suas funções durante os cinco dias úteis, em dois turnos diários de 6 horas cada, sendo-lhe concedida uma hora para almoço, deslocamento e repouso antes do segundo turno. [...]

47. Dessa forma, diante da ausência de posição consolidada acerca da matéria no âmbito da jurisprudência pátria e do Pretório Excelso a justificar a modificação do posicionamento adotado no PARECER GQ-145 e da razoabilidade do limite imposto em tal manifestação, pugnamos por sua manutenção.

No decorrer deste trabalho, foram detectadas também situações em que o servidor figura como sócio-administrador de empresa, o que é vedado pelo inciso X, artigo 117, da Lei nº 8.112/90.

Assim, foram identificados elementos que indicam que dezoito servidores acumulam cargos sem a comprovação da compatibilidade de horários para o exercício de duas jornadas de trabalho e 31 casos em que o servidor figura como sócio-administrador de empresas, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro – Acúmulo de cargos sem a comprovação de compatibilidade de horários

	CPF	Outros vínculos empregatícios, além da UFSJ	Data a partir da qual os vínculos de trabalho superam 60 h semanais
01	***.576.816-**	Hospital São João de Deus (20 horas) Medserv Clínica (30 horas)	02/08/2011
02	***.896.396-**	Hospital São João de Deus (20 horas) Clínica São Camilo (30 horas)	08/06/2010
03	***.521.196-**	Hospital São João de Deus (2 vínculos de 20 horas cada) Clínica Tistu (20 horas)	20/09/2012
04	***.251.756-**	Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas (44 horas) Hospital Municipal Odilon Behrens (29 horas)	24/03/2010
05	***.341.886-**	Fundo Municipal de Saúde de Betim (40 horas) Sociedade Mineira de Cultura (8 horas)	10/03/2014
06	***.999.776-**	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (40 horas)	06/08/2009
07	***.416.746-**	Município de Itaúna (40 horas)	05/05/2014
08	***.856.276-**	Peixoto Treinamentos Ltda (29 horas)	02/12/2014
09	***.224.556-**	Hospital Nossa Senhora das Mercês (44 horas) Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (30 horas)	05/03/2010
10	***.040.506-**	Fundação Universidade de Itaúna (20 horas) Fundação Universidade de Itaúna (06 horas)	24/07/2014
11	***.660.726-**	Município de Belo Horizonte (30 horas)	22/06/2011
12	***.794.860-**	Fundação Universidade de Itaúna (10 horas) Município de Divinópolis (20 horas) Unimed Transporte Aeromédica MG Ltda (24 horas)	02/04/2012
13	***.215.506-**	IPTAN- Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves Ltda. (44 horas)	01/04/2011
14	***.808.306-**	Fundação Universidade de Itaúna (12 horas) Fundação Universidade de Itaúna (06 horas) Município de Divinópolis (20 horas)	20/05/2013
15	***.255.416-**	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (40 horas)	12/02/2014
16	***.594.836-**	Fundação Educacional de Patos de Minas (14 horas) Fundação Educacional de Formiga (07 horas) Município de Formiga (40 horas)	04/02/2014



	CPF	Outros vínculos empregatícios, além da UFSJ	Data a partir da qual os vínculos de trabalho superam 60 h semanais
17	***.489.216-**	Colégio Revisão Ltda. (44 horas)	23/04/2014
18	***.908.616-**	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (30 horas)	01/08/2014

Quadro – Servidores com vínculo de sócio-administrador de empresa

	CPF	Empresa que figura como sócio-administrador	Data a partir da qual consta o vínculo de sócio-administrador
01	***341.236-**	Renalclin II – Clínica Nefrológica Ltda	06/04/1999
02	***.823.006-**	Clínica de Ginecologia e Obstetrícia São João de Deus Sociedade Simples - EPP	23/01/2014
03	***.999.776-**	Clínica Médica Cordeiro & Diniz Sociedade Simples - EPP	30/10/2008
04	***.242.296-**	Ecolab Diagnósticos em Cardiologia S/S - ME Sigmacardio Serviços de Diagnósticos Cardiológicos Ltda - EPP	20/08/2013 03/09/2008
05	***.380.236-**	M Froede Serviços Médicos Ltda. - ME	25/11/2015
06	***.818.226-**	CLIMESP – Clínica Médica Especializada S/S - EPP Clínica de Ginecologia e Obstetrícia São João de Deus Sociedade Simples - EPP	30/12/2013 23/01/2014
07	***.592.176-**	Focos Excelência em Oftalmologia Ltda – ME Santiago e Toledo Serviços Médicos Ltda.	12/11/2014 13/01/2011
08	***.015.966-**	Clínica de Ginecologia e Obstetrícia São João de Deus Sociedade Simples - EPP	10/05/2011
09	***.576.816-**	Medserv Clínica Médica Sociedade Simples	17/05/2012
10	***.410.596-**	Clínica Dias Baeta Sociedade Simples - EPP	31/08/2015
11	***.886.796-**	Clínica de Ginecologia e Obstetrícia São João de Deus Sociedade Simples - EPP Divinutri S/S - EPP	25/04/2007 18/12/2007
12	***.178.266-**	Divinutri S/S - EPP	25/08/2006
13	***.521.196-**	Clínica Tistu de Pediatria S/S - ME	20/08/2013



	CPF	Empresa que figura como sócio-administrador	Data a partir da qual consta o vínculo de sócio-administrador
14	***.392.546-**	Clínica de Ginecologia e Obstetrícia São João de Deus Sociedade Simples - EPP	10/05/2011
15	***.363.886-**	Centromed Especialidades Médicas S/S – ME Clínica de Assistência à Saúde do Casal Ltda. - ME	24/06/2014 10/12/2009
16	***.468.956-**	Otorrino Clínica S/S - ME	26/07/2006
17	***.290.967-**	Sepulcri e Veloso Serviços Médicos S/S	29/06/2010
18	***.545.816-**	DCM-II – Clínica de Diagnósticos Ltda. - EPP	22/10/2013
19	***.251.756-**	Clínica de Ginecologia e Obstetrícia São João de Deus Sociedade Simples - EPP	23/01/2014
20	***.255.416-**	L P Serviços Médicos Ltda. - EPP	16/09/2011
21	***.040.506-**	Ciclos Vitais Serviços Médicos Ltda. – ME Clínica Pediátrica Amigos da Criança S/S Ltda. - EPP	02/12/2014 19/08/2011
22	***.027.962-**	TJL Laboratório de Patologia e Citologia Ltda. - ME	21/02/2006
23	***.490.826-**	Clínica Tistu de Pediatria S/S - ME	20/08/2013
24	***.808.216-**	Clínica de Coloproctologia e Cardiologia Diagnóstica e Terapêutica Ltda. – ME Instituto de Coloproctologia e Endoscopia Digestiva de Divinópolis S/S - ME	20/11/2014 18/08/2015
25	***.406.406-**	Cliego – Clínica Especializada em Ginecologia e Obstetrícia Ltda. - ME	17/10/2008
26	***.166.506-**	Clínica Pediátrica Cetipe Ltda. –ME Clínica Pediátrica Lugar de Criança S/S – ME JD – Clínica Médica S/S	09/09/2008 29/10/2015
27	***.794.860-**	Cipred Clínica Cirúrgica Pediátrica Sociedade Simples - ME	14/07/2014
28	***.449.626-**	Clínica Médica Corpo & Alma Ltda - ME	09/01/2012
29	***.224.556-**	AASMH Assessoria, Auditoria e Serviços Médicos Ltda Depósito Cláudia Doçura Ltda. - ME	14/04/2011
30	***.911.626-**	Pró-Vita Medicamentos e Representações - ME	12/04/1999
31	***.764.227-**	SAUT – Saúde do Trabalhador e Especialidades Ltda - ME	22/05/2014

Causa



Falhas nos controles internos no que tange à verificação da carga horária máxima para o acúmulo de vínculos empregatícios dos servidores da UFSJ e à verificação de ocorrências de servidores que atuam como sócio-administrador de empresas.

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - não instituiu controles eficientes com vistas a minimizar a ocorrência de situações de extrapolação de carga horária máxima de trabalho e de descumprimento do regime de trabalho, contrariando o Regimento Geral, aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho Universitário de 30/11/2005, e alterado pela Resolução nº 04/2012. O artigo 32 do Regimento Geral estabelece as competências do Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, entre as quais destacam-se: i) supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; xii) administrar o processamento dos dados cadastrais dos servidores; xiii) executar o controle sistêmico das operações de processamento de dados para a elaboração da folha de pagamento dos servidores; xiv) manter e conservar o arquivo de documentos funcionais dos servidores; xv) organizar e manter atualizadas a consolidação da legislação e jurisprudência referentes a assuntos de recursos humanos.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201601491/01, de 04/04/2016, requereu-se à Universidade que informasse quais eram os controles internos existentes para identificar e tratar os casos de acumulações ilegais de cargos. A resposta, concedida por meio do Memorando Eletrônico nº 110/2016 – PROGP, encaminhado pelo Ofício nº 072/2016/UFSJ/REITORIA, de 11/04/2016, foi a que se segue:

“Como forma de controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, disciplinado no Artigo 37, Incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas adota, no ato da nomeação, a “Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos, Funções, Proventos e outros vínculos” (em anexo), que deve ser preenchida e assinada pelo servidor.”

Posteriormente, questionada por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 201601491/04, de 15/04/2016, sobre a regularidade da situação dos servidores apontados, a Universidade informou, por meio do Memorando Eletrônico PROGP nº 129/2016, encaminhado pelo Ofício nº 083/2016/UFSJ/REITORIA, de 20/04/2016, o seguinte:

“Em atenção à Solicitação de Auditoria nº 201601491/04, de 15/04/2016, da Controladoria Geral da União, esclarecemos que cabe ao servidor público a entrega de declaração de não acumulação de cargos ou empregos públicos, o que foi entregue pelos servidores alencados (sic) na referida solicitação. Não consta na pasta funcional destes servidores declaração ou qualquer documento de sociedade com empresa/clínicas ou hospitais.

Comunicamos que estamos providenciando, a partir desta data, notificação para os referidos servidores se manifestarem e regularizarem a situação junto à UFSJ.”



Por fim, resposta idêntica à citada acima foi dada à Solicitação de Auditoria nº 201601491/05, de 25/04/2016, por meio do Memorando Eletrônico nº 138/2016 – PROGP, de 28/04/2016.

Análise do Controle Interno

A Universidade informou que procederá à análise de todas as ocorrências apontadas. Em que pese o fato de haver a obrigatoriedade de o servidor assinar a “Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos, Funções, Proventos e outros vínculos”, quando do ato de sua nomeação, observa-se que tal mecanismo de controle não tem se mostrado eficiente. Torna-se necessária, portanto, a implementação de outras medidas administrativas com vistas a comprovar o efetivo cumprimento da jornada de trabalho dos servidores e a adequação da carga horária ao limite legal permitido.

Recomendações:

Recomendação 1: Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/90, as medidas administrativas cabíveis com vistas à apuração das situações que indicam a acumulação de cargos com incompatibilidade de horários para os servidores cujos CPFs são listados a seguir: ***.576.816-**, ***.896.396-**, ***.521.196-**, ***.251.756-**, ***.341.886-**, ***.999.776-**, ***.416.746-**, ***.856.276-**, ***.224.556-**, ***.040.506-**, ***.660.726-**, ***.794.860-**, ***.215.506-**, ***.808.306-**, ***.255.416-**, ***.594.836-**, ***.489.216-**, ***.908.616-**.

Recomendação 2: Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/90, as medidas administrativas cabíveis com vistas à apuração das situações que indicam servidores, cujos CPFs são listados a seguir, que atuam como sócio-administrador de empresas, fato que contraria o disposto no inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112/90: ***.341.236-**, ***.823.006-**, ***.999.776-**, ***.242.296-**, ***.380.236-**, ***.818.226-**, ***.592.176-**, ***.015.966-**, ***.576.816-**, ***.410.596-**, ***.886.796-**, ***.178.266-**, ***.521.196-**, ***.392.546-**, ***.363.886-**, ***.468.956-**, ***.290.967-**, ***.545.816-**, ***.251.756-**, ***.255.416-**, ***.040.506-**, ***.027.962-**, ***.490.826-**, ***.808.216-**, ***.406.406-**, ***.166.506-**, ***.794.860-**, ***.449.626-**, ***.224.556-**, ***.911.626-** e ***.764.227-**.

Recomendação 3: Implementar controles internos, de forma a verificar, periodicamente, a ocorrência de eventual infração ao cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores da Universidade.

1.2.2 QUANTITATIVO DE PESSOAL

1.2.2.1 INFORMAÇÃO

Conformidade das terceirizações de mão de obra realizadas pela Universidade Federal de São João del-Rei.

Fato

O Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Segundo a legislação vigente, a terceirização de serviços pela administração é viável e lícita quando diz respeito às atividades-meio dos entes públicos, não sendo cabível quando se destina ao



exercício de atribuições próprias de servidores de cargos efetivos dos quadros do ente contratante.

No exercício de 2015, estiveram vigentes na UFSJ 40 contratos de terceirização de mão de obra, abrangendo a contratação de serviços de limpeza e conservação, manutenção predial e portaria, condução de veículos oficiais, copeiragem, vigilância e recepção, conforme informações disponíveis no Relatório de Gestão.

No decorrer dos trabalhos de auditoria realizados na UFSJ, não foram identificadas situações de utilização de mão de obra terceirizada na execução de atividades-fim ou de tarefas inerentes ao plano de cargos e salários da Universidade. Uma das técnicas de auditoria utilizada, além da análise documental, foi a realização de entrevistas com empregados terceirizados. Assim, foram realizadas oito entrevistas com terceirizados da área de recepção, não tendo sido detectada, porém, nenhuma irregularidade nas atividades desenvolvidas por cada um deles, ou seja, as atividades desempenhadas correspondem àquelas previstas no Decreto nº 2.271/97.

Cabe ressaltar que o Acórdão TCU nº 2681/2011 – Plenário prorrogou até 31/12/2012 o prazo, inicialmente estipulado pelo Acórdão TCU nº 1520/2006 – Plenário, para que órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional apresentassem ao Tribunal o resultado final do processo de substituição de terceirizados irregulares.

Paralelamente ao Acórdão TCU nº 1520/2006, a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Advocacia-Geral da União, firmou Termo de Conciliação Judicial (TCJ) com o Ministério Público do Trabalho, em 05/11/2007, em que se comprometeu a contratar serviços terceirizados apenas nas hipóteses previstas no Decreto nº 2.271/1997, bem como a substituir, até 2010, toda a força de trabalho terceirizada em desconformidade com a legislação vigente, por servidores concursados.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201601491/03, de 08/04/2016, foi questionado à UFSJ a respeito de um eventual processo de substituição de terceirizados irregulares. Em resposta, a Universidade informou, por meio do Memorando Eletrônico nº 114/2016 – PROGP, de 12/04/2016, o seguinte:

“A UFSJ após o acórdão 2681/2011 passou a licitar empresas para prestação de serviços de cargos extintos, como por exemplo, vigilância, recepcionista, motorista, servente de limpeza, pedreiro, eletricista, bombeiro entre outros, de acordo com o anexo I da Lei 9.632/1998.

Cabe ressaltar que a relação técnico/aluno ideal, defendida pelo Ministério da Educação, é de 15 por 1. A relação na UFSJ, hoje, é de 25,27 por 1. As vagas de técnicos distribuídas pelo Ministério da Educação foram para atender as demandas do programa Reuni/Expansão e para o RAT.

Diante do exposto, esclarecemos que, não possuímos terceirizados irregulares.”

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Inserção, no sistema CGU-PAD, de informações referentes a processos administrativos em data posterior ao prazo limite previsto em Portaria.

Fato

Em análise das informações prestadas pela Entidade acerca de sua estrutura de correição, constatou-se que quatro, dos cinco procedimentos disciplinares instaurados ou em curso durante o exercício de 2015, foram registrados intempestivamente no sistema CGU-PAD, contrariando o determinado na Portaria CGU nº 1.043/2007, art. 1º, § 3º, que determina o registro das informações sobre procedimentos disciplinares no sistema CGU-PAD no prazo máximo de trinta dias, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam. A exemplo disso, cita-se o Processo nº 23122104051201432, lançado no sistema em 30/11/2015, isto é, quinze meses após o conhecimento, pela autoridade instauradora, da suposta irregularidade em questão.

Ademais, constatou-se que o Chefe da Unidade de Auditoria Interna é o administrador do sistema CGU-PAD no âmbito da UFSJ, situação que viola o princípio da segregação de funções, já que cabe ao Auditor Interno, em seus trabalhos de auditoria, verificar, por exemplo, a regularidade do lançamento das informações no referido sistema.

Causa

Fragilidades nos controles internos, no que se refere ao conhecimento, comunicação e registro, em sistema específico, de informações que ensejem a realização de procedimentos administrativos.

Chefe da Auditoria Interna - não promoveu, na condição de administrador do sistema CGU-PAD, a inserção tempestiva de informações no referido sistema, as quais dependem também de outros setores da Universidade.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201601491/02, de 06/04/2016, requereu-se a apresentação, pela UFSJ, da lista de procedimentos disciplinares, bem como justificativas quanto a possíveis cadastramentos ou atualizações intempestivas, no sistema CGU-PAD. Por meio do Memorando Eletrônico nº 29/2016 - GABIN (10.00.01), de 08/04/2016, a UFSJ apresentou a seguinte manifestação:

“Em resposta à solicitação de Auditoria 201601491/02, encaminhada ao Gabinete via Memorando Eletrônico 52/2016 pela Auditoria Interna - AUDIT, temos as seguintes observações:

No que se refere ao Item 6, envia-se, em anexo, a tabela contendo os processos de sindicância instaurados e cadastrados em 2015.

Quanto ao Item 7, deve-se considerar que o processo 23122.004792/2015-03 está aguardando preenchimento do Termo Circunstanciado Administrativo - TCA - pelo chefe responsável pelo bem material, lotado na Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX. O processo 23122.007081/2015-82 está aguardando a indicação de nomes para composição da nova comissão de PAD, a ser feita pela Reitora da UFSJ. O processo 23122.015971/2015-68 está com a comissão de Sindicância designada pela Portaria 635 de 17 de novembro de 2015, em estágio de



apuração. Os processos 23122.014111/2015-15 e 23122.104051/2014-32 estão arquivados no Gabinete.”

Análise do Controle Interno

A manifestação apresentada pelo gestor não abordou, diretamente, o problema apontado, isto é, a morosidade na inserção de informações processuais no sistema CGU-PAD, notadamente - mas não exclusivamente - no caso do Processo nº 23122104051201432, cujo registro no citado sistema ocorreu após mais de um ano a contar da ciência do fato que ensejou o procedimento administrativo. Tal situação, além de caracterizar descumprimento da Portaria CGU nº 1.043/2007, compromete o adequado acompanhamento e controle gerencial da área correcional. Além disso, pode resultar em acúmulo desnecessário de processos, o que representaria sobrecarga laboral, sobretudo, num cenário de carência de pessoal para análise das demandas apresentadas.

Recomendações:

Recomendação 1: Adotar as medidas administrativas cabíveis para o registro tempestivo das informações sobre procedimentos disciplinares no sistema CGU-PAD, em cumprimento ao art. 1º, § 3º, da Portaria CGU nº 1.043/2007.

Recomendação 2: Indicar outro servidor como administrador do sistema CGU-PAD no âmbito da UFSJ, tendo em vista que a incumbência de tal atribuição ao Chefe da Unidade de Auditoria Interna não se coaduna com o princípio da segregação de funções.



ANEXO I – Relatório de Auditoria nº 201601491

Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão



Unidade Auditada: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI

Exercício: 2015

Processo: 00210.002413/2015-48

Município: São João del Rei - MG

Relatório nº: 201505626

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/MG,

Por meio deste Relatório, apresentam-se os resultados dos trabalhos de Avaliação dos Resultados da Gestão na FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (UFSJ), realizados conforme os preceitos contidos na Ordem de Serviço nº 201505626 e em atendimento ao inciso II do art. 74, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o qual cabe ao Sistema de Controle Interno: “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal”.

1. Introdução

O presente trabalho foi realizado no *campus* sede da Universidade, em São João del-Rei/MG, no período de 23 a 27/11/2015. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

1.1 Objetivos e questões de auditoria

As verificações objetivaram avaliar o relacionamento entre a Universidade e as suas respectivas fundações de apoio, conforme a Lei nº 8.958/1994 e o Decreto nº 7.423/2010, sob os seguintes aspectos:

- existência de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico ou estímulo à inovação, como condição à celebração de convênios e contratos com as fundações para dar apoio a tais projetos, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução deles;



- aprovação dos projetos pelas instâncias competentes da Universidade;
- formalização dos processos de celebração de convênios e contratos;
- existência de plano de aplicação dos recursos e sua compatibilidade com o objeto do projeto;
- contabilização dos recursos dos projetos geridos pelas fundações de apoio;
- controles adotados pela Universidade relativos aos projetos executados com a colaboração das fundações de apoio;
- prestação de contas dos recursos dos projetos geridos pelas fundações de apoio e a respectiva aprovação posterior pela Universidade; e
- publicação das informações relativas aos projetos executados com a colaboração das fundações de apoio na internet.

Para tanto, o órgão central da Controladoria-Geral da União definiu questões específicas de auditoria, reproduzidas no item 2.3 deste Relatório, acompanhadas das respectivas respostas.

Ressalta-se que não integraram o escopo dos trabalhos exames pormenorizados das despesas executadas no âmbito de cada projeto.

1.2 Metodologia

Foram analisados cinco processos de contratação e três processos de celebração de convênios firmados com a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del - Rei (Fauf). Ressalte-se que a Fundação Koellreutter não presta esse tipo de serviço à Universidade.

Para levantamento de informações necessárias à compreensão dos fatos, foram mantidas interlocuções com agentes dos setores diretamente envolvidos. Na UFSJ, com o Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento e com a Diretora de Divisão de Planejamento e Gestão. Nas fundações de apoio, com a Gerente Administrativa.

O critério para aferir a adequação de práticas, procedimentos e normatizações adotadas pela Universidade deu-se com base na legislação regente da matéria: Lei nº 8.958/1994 e seu regulamento, Decreto nº 7.423/2010, além da Lei nº 12.772/2012, art. 21, XI.

As questões eventualmente entendidas como impropriedades ou oportunidades de melhorias na gestão foram objeto de Solicitação de Auditoria para que houvesse manifestação da área auditada.

Após o término da fase de apuração dos resultados, foi encaminhado ao gestor, mediante o Ofício nº 7706/2016/CGU-MG/CGU-PR, de 07/03/2016, o Relatório Preliminar, dando conhecimento prévio das questões essenciais observadas. Em resposta, o gestor, mediante o Ofício nº 052/2016/UFSJ/REITORIA, de 14/03/2016, informou concordar com o teor do referido relatório e não haver necessidade de realização de Reunião de Busca Conjunta de Soluções. Todavia, acrescentou um esclarecimento adicional no item 1.1.1.8 deste Relatório.

2. Resultados dos trabalhos



A abordagem adotada pela CGU objetivou responder às seguintes questões e subquestões de auditoria, referentes à gestão dos Contratos e Convênios acordados pelas fundações de apoio ligadas à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

2.1 Respostas às questões de Auditoria.

2.1. Em que medida os normativos sobre o relacionamento entre a Ifes e as fundações, sobre a participação de servidores nas atividades desenvolvidas pelas fundações, no âmbito dos projetos, e sobre as bolsas a serem pagas pelas fundações aos servidores das Ifes, atendem aos dispositivos legais previstos na Lei nº 8.958/1994 e Decreto nº 7.423/2010?

Os normativos da UFSJ para regular a participação de servidores e a concessão de bolsas, em projetos realizados com a colaboração de fundações de apoio, são emanados pelos Conselhos Superiores da Universidade, por meio da Resolução Consu nº 35/2009, substituída pela Resolução Conep nº 10/2015, que tratam, entre outros aspectos, da colaboração esporádica de docentes em regime de trabalho de dedicação exclusiva, e pela Resolução Condi nº 20/2011, que dispõe acerca de todos os aspectos do relacionamento entre a UFSJ e as fundações de apoio, conforme relato no item 1.1.1.2 deste Relatório.

Quanto aos valores de bolsas em projetos tocados em parceria com as fundações de apoio, a UFSJ previu, por meio do art. 31 da Resolução Condi nº 20/2011, a observação de parâmetros fixados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

Os normativos sobre o relacionamento entre a UFSJ e suas fundações de apoio não contemplaram todos os aspectos exigidos pela Lei nº 8.958/1994 e o Decreto nº 7.423/2010, conforme detalhado nos itens 1.1.1.3 e 1.1.1.4 deste Relatório.

2.2. A fundação de apoio contratada/conveniente está registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência e Tecnologia? Em caso positivo, está dentro da validade de dois anos?

A Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei – Fauf, CNPJ nº 05.418.239/0001-08, foi credenciada, pelo período de 02 anos, a partir de 04/12/2013, como fundação de apoio à Universidade Federal de São João del-Rei, por meio da Portaria Conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação nº 88, de 04/12/2013, processo nº 23000.012914/2013-41. A Fauf encaminhou a documentação referente ao pedido de renovação do credenciamento ao Ministério da Educação e do Desporto e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme detalhado no item 1.1.1.5 deste Relatório.

2.3. Em que medida os contratos/convênios são firmados a partir das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 8.958/1994, bem como nos seus regulamentos?

Esta questão está desdobrada nos itens 2.3.1 a 2.3.5, a seguir.

2.3.1. Os contratos e convênios são firmados a partir da existência prévia de projeto?

Regra geral, os processos de contratação e de convênios analisados foram firmados a partir de projeto de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico ou estímulo à inovação, sendo este o elemento essencial para sua autuação, em obediência ao art. 1º da Lei nº 8.958, de 20/12/1994, com exceção do projeto intitulado “Curso de extensão à Distância de Formação Continuada de Conselheiros Municipais”, conforme descrito no item 1.1.1.6 deste Relatório.

2.3.2. Há aprovação do projeto pelos órgãos acadêmicos da Ifes relacionados?

Na UFSJ, os projetos desenvolvidos em parceria com a Fauf são submetidos, regra geral, à aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (Conep), órgão colegiado acadêmico, conforme estabelecido no art. 13 da Resolução nº 20, de 22/12/2011, e com o § 2º do art. 6º do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010. Todavia, verificou-se que, dos oito projetos analisados, dois não foram submetidos à apreciação e validação pelo Conep, conforme descrito no item 1.1.1.7 deste Relatório.

2.3.3. Os contratos e convênios são por tempo determinado?

Os contratos e convênios celebrados entre a Fauf e a UFSJ, analisados pela equipe, em vigor no exercício de 2015, foram elaborados por prazo determinado, em consonância com o art. 1º da Lei nº 8.958, de 20/12/1994.

2.3.4. Os contratos e convênios contêm clara descrição do projeto, recursos envolvidos e adequada definição quanto à repartição de receitas e despesas oriundas dos projetos e obrigações e responsabilidades de cada uma das partes?

Os contratos e convênios firmados com a Fauf seguem modelos cancelados pela Procuradoria Federal da Universidade, a qual emite parecer para aprovação dos casos concretos. Regra geral, os instrumentos contemplam, dentre outros, cláusulas de vinculação ao projeto, valor da contratação e obrigações entre as partes. O detalhamento dos recursos envolvidos consta de planilha anexa aos projetos e/ou detalhada dentro do projeto, com exceção do projeto intitulado “27º Inverno Cultural da UFSJ” que não apresenta parâmetros objetivos, claros, precisos, detalhados e quantificáveis, conforme descrito no item 1.1.1.8 deste Relatório.

2.3.5. Os contratos e convênios possuem cláusula expressa sobre prestação de contas?

Regra geral, o modelo de contrato e de convênio adotado nas contratações da Fauf, analisados pela equipe, prevê, na cláusula das obrigações das partes, explicitamente a determinação da contratada de prestar contas dos recursos geridos, nos seguintes termos:

“prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término de vigência do contrato com os demonstrativos de receitas e despesas, cópias de documentos fiscais, relação de pagamentos discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias das guias de recolhimentos e atas de licitação, conforme previsto no § 2º, art. 11 do Decreto nº 7.423/10.”

2.4. Há anuência expressa da Ifes para que a fundação de apoio capte e receba diretamente recursos financeiros sem ingresso na Conta Única do Tesouro, com base nos artigos 1º-A e 1º-B da Lei nº 8.958/1994?



Os projetos financiados por entidades de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, como Fapemig e outros, são celebrados pela UFSJ mediante Termos de Outorga e/ou Convênios, onde fica subentendida a anuência expressa da Universidade para que os correspondentes recursos sejam gerenciados pelas fundações de apoio fora da Conta Única do Tesouro Nacional, em linha com a permissão nesse sentido conferida pelo § 1º do art. 3º da Lei nº 8.958/1994.

2.5. Em que grau os elementos determinados pela Lei nº 8.958/94, bem como pelos seus regulamentos, no que tange à transparência, acompanhamento e controle dos contratos/convênios, estão sendo seguidos tanto pela Ifes quanto pelas fundações de apoio?

Esta questão está desdobrada nos itens 2.5.1 a 2.5.9, a seguir.

2.5.1. A Ifes possui registro centralizado referente a todos os dados relativos aos projetos? Há ampla publicidade desses dados em boletins internos e na internet?

Na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) não há um banco de dados que centralize as informações acerca de cada projeto em andamento desenvolvido em conjunto com a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei (Fauf), tais como: fundamentação normativa; sistemática de elaboração e de aprovação; dados dos projetos em curso, bem como dos valores das remunerações pagas a seus beneficiários; acompanhamento de metas e avaliação; planos de trabalho; dados relativos à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores. Tampouco há publicidade desses dados no boletim interno e na internet pela UFSJ. Nesse último meio, excetua-se a divulgação da sistemática de aprovação de projetos e da fundamentação normativa.

Estes fatos contrariam o disposto no § 2º, do art. 12, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010, conforme descrito em constatação específica sobre esse tema, contida no item 1.1.1.7 deste Relatório.

2.5.2. A Ifes possui controle no sentido de monitorar se as fundações de apoio divulgam em *site* próprio as informações constantes no art. 4º-A da Lei nº 8.958/1994?

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) não adota procedimentos formais e sistemáticos para monitorar se a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei (Fauf) divulga na rede mundial de computadores – internet as informações requeridas no art. 4º A ,da Lei nº. 8.958, de 20/12/1994.

A Fauf utiliza a página do sitio eletrônico da UFSJ, (<http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/>), para publicar, especificadamente, no portal da transparência, os documentos relacionados com a execução do projeto em parceria com entidade pública, tais como: instrumento jurídico de origem do projeto (contrato, convênio, termo de outorga, dentre outros), pagamentos realizados por projeto (material de consumo, passagens, pessoa física, pessoa jurídica, diárias, dentre outros), prestação de contas dos projetos encerrados, além de poderem ser acessadas as informações inerentes aos procedimentos licitatórios (editais, atas de habilitação e julgamento, atos homologatórios e adjudicatórios, dentre outros) e às dispensas/inexigibilidades de licitação.

Apesar de a Fauf publicar as informações citadas acima na internet, (<http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/>), carece ainda a divulgação na rede mundial de



computadores dos relatórios semestrais de execução contratual e dos pagamentos efetuados aos servidores públicos em decorrência dos contratos firmados com base na Lei nº 8.958, de 20/12/1994; estando, portanto, em desacordo com o disposto no art. 4º - A deste Normativo. Conforme detalhado no item 1.1.1.10 deste Relatório.

2.5.3. O órgão colegiado superior da Ifes possui sistemática de gestão, controle e fiscalização de convênios/contratos?

O inciso II, do §1º, do art. 12, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010, estabelece que:

*“Art. 12 - Na execução de contratos, acordos ou ajustes firmados nos termos da Lei 8.958, de 1994, e deste Decreto, envolvendo a aplicação de recursos públicos, **as fundações de apoio submeter-se-ão ao controle finalístico e de gestão do órgão colegiado superior da instituição apoiada.** (Negrito nosso)*

*§ 1º Na execução do controle finalístico e de gestão de que trata o caput, **o órgão colegiado superior da instituição apoiada deverá:** (Negrito nosso)*

(...)

II - implantar sistemática de gestão, controle e fiscalização de convênios, contratos, acordos ou ajustes, de forma a individualizar o gerenciamento dos recursos envolvidos em cada um deles; (...)”

A Resolução do Conselho Diretor nº 20, de 22/12/2011, que trata do relacionamento entre a Universidade Federal de São João del-Rei e as fundações de apoio e estabelece a sistemática de gestão e controle dos contratos e convênios firmados com base na Lei nº 8.958, de 20/12/1994, dispõe que:

*“Art. 40 - Na execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados nos termos da legislação vigente e nesta resolução, envolvendo a aplicação de recursos públicos, **as fundações de apoio submetem-se ao controle finalístico e de gestão da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFSJ.** (Negrito e grifo nosso)*

§ 1º Na execução do controle finalístico e de gestão de que trata o caput acima, a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFSJ, deve:

(...)

II - implantar sistemática de gestão, controle e fiscalização de convênios, contratos, acordos ou ajustes, de forma a individualizar o gerenciamento dos recursos envolvidos em cada um deles; (...)”

(...)

“Art. 45 - A Universidade Federal de São João del Rei, pelo órgão colegiado superior, deve elaborar relatório final de avaliação com base nos documentos apresentados nas respectivas prestações de contas e demais informações relevantes sobre o projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito e ganhos de eficiência obtidos pela fundação na gestão dos projetos.”



Desse modo, o controle finalístico e de gestão para a contratação das fundações de apoio foi delegado ao Setor de Contratos e Convênios da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

Em atuação direta sobre a matéria, o Conselho Universitário atesta o cumprimento da previsão de divulgação em *site* das informações constantes no art. 4º-A da Lei 8.958, de 20/12/1994; aprecia anualmente a prestação de contas da Fauf; a cada dois anos, realiza avaliação de desempenho da Fauf visando seu credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como aprova o seu credenciamento junto a estes órgãos, em atendimento ao disposto nos incisos I, II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.423/2010.

2.5.4. A Ifes possui sistemática de acompanhamento no sentido de verificar se os recursos dos projetos são utilizados em finalidade diversa e se há subcontratação total do objeto ou subcontratação parcial que delegue a execução do objeto do contrato/convênio?

A UFSJ possui como procedimento para monitorar se os recursos dos projetos são efetivamente utilizados para o fim a que se propõe, sem que haja desvio de finalidade, igualmente para verificar se há subcontratação do objeto, quando da análise do processo de prestação de contas.

Ressalta-se que o modelo de contrato/convênio adotado pela UFSJ possui cláusula que veda a subcontratação total do objeto, com base no disposto na Lei nº 8.959/1994 e no Decreto nº 7.423/10, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto conveniado.

2.5.5. A Ifes verifica se a fundação abriu e realiza a movimentação dos recursos dos projetos em conta única e individual e se a movimentação de recursos ocorre conforme art. 4º-D da Lei nº. 8.958/1994?

Regra geral, para todos os projetos em que a UFSJ seja parte, a Fauf realiza as respectivas movimentações em conta bancária específica, em instituição oficial, tal qual o Banco do Brasil. Os pagamentos decorrentes, seja de bolsistas, de fornecedores de bens ou de prestadores de serviços, na condição de pessoa física ou jurídica, são realizados por meio de crédito em contas bancárias de sua titularidade, conforme disposto no art. 4º- D da Lei nº. 8.958, de 20/12/1994.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, por meio do Setor de Contratos e Convênios, quando da análise das prestações de contas dos projetos geridos pela Fauf, verifica os extratos alusivos à conta corrente inerente ao projeto, bem como a aplicação financeira, comprovando a abertura de conta corrente específica de forma a atender ao disposto no § 2º do art. 4º-D da Lei nº 8.958, de 20/12/1994. Além disso, nos Relatórios de Prestação de Contas/Avaliação de Desempenho da Fauf, que são analisados e aprovados pelo Conselho Universitário da UFSJ, na tabela referente à Movimentação Financeira da Fundação, consta o número da conta corrente de cada um dos projetos geridos pela Fauf, assim como no Portal da Transparência da Fundação.

2.5.6. A Ifes verifica se a fundação de apoio adota controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto para fins de ressarcimento à Universidade?

A Fauf realiza a gestão contábil e financeira dos projetos por meio de sistemas informatizados, Sistema Patrimonial - Sispat (sistema de controle de carga de bens



patrimoniais de cada projeto), Sistema Contábil denominado “NB” (sistema interno da Fauf de acesso restrito aos seus funcionários) e Sistema de Informação Gerencial - SIG. No SIG é registrado o plano de trabalho de cada projeto pelo gestor da Fundação, de acordo com as respectivas categorias de gastos. Ressalta-se que a UFSJ, através do Coordenador do Projeto, acessa o SIG. Para os demais servidores e público geral, o SIG disponibiliza as informações nele lançadas, em tempo real, por meio do Portal da Transparência, por meio de *link* na página oficial da Universidade na internet. São permitidas consultas ao instrumento jurídico de origem do projeto (contrato, convênio, termo de outorga, dentre outros), pagamentos realizados por projeto (material de consumo, passagens, pessoa física, pessoa jurídica, diárias, dentre outros), prestação de contas dos projetos encerrados, além de poderem ser acessadas as informações inerentes aos procedimentos licitatórios (editais, atas de habilitação e julgamento, atos homologatórios e adjudicatórios, dentre outros) e às dispensas/inexigibilidades de licitação.

As solicitações de compra, realizadas eletronicamente pelos coordenadores dos projetos, antes de efetivadas, são avaliadas pelas equipes técnicas das fundações de apoio quanto à compatibilidade com as condições previstas nos projetos.

As notas fiscais são atestadas pelos coordenadores, cabendo às fundações de apoio realizar os pagamentos e arquivar a documentação comprobatória.

Ao final da execução dos projetos, os saldos financeiros remanescentes são recolhidos à conta única do Tesouro Nacional. Nos casos em que o projeto é custeado com recursos de terceiros, como os provenientes de agências de fomento à pesquisa, os decorrentes de serviços prestados a empresas, com ou sem inovação tecnológica, ou de outras atividades de extensão, as sobras são devolvidas ao financiador.

A Auditoria Interna da UFSJ, a cada exercício, analisa o Processo de Prestação de Contas Anual da Fauf, bem como realiza auditorias in loco na Fundação, ratificando que a Fauf adota controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto. Dentre os diversos itens analisados, são verificados, também, os documentos contábeis alusivos ao exercício financeiro: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício DRE, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.

2.5.7. A Ifes recebe ressarcimento da fundação de apoio pelo uso de bens e serviços próprios da Universidade?

Os projetos contratados pela UFSJ junto à Fauf geralmente não se enquadram em uma condição que demande ressarcimento ao ente público pelo uso de seus bens (sobre nenhum dos oito processos analisados, em amostragem, recaiu tal hipótese), pois se referem ou a transferências de recursos orçamentários da Universidade, ou pagamento de bolsas, ou a serviços prestados fora do ambiente universitário ou, ainda, com emprego de recursos da instituição de ensino, mas decorrente de acordo em que a Universidade é parte. Em todas essas situações, a fundação figura como gestora financeira dos projetos, de interesse da contratante.

2.5.8. Em que medida os controles ou rotinas utilizados pela Ifes para análise das prestações de contas dos contratos/convênios são suficientes para certificar o cumprimento dos requisitos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 11 do Decreto nº. 7.423/2010 (prestação de contas pelas fundações)?



Ao final da execução dos projetos, a Fauf emite formulários de prestação de contas contendo Relatório de Execução da Receita e Despesa e Relação de Pagamentos, comprovantes bancários, extrato bancário, recibos e comprovantes de pagamentos, Notas Fiscais, cópia das atas de licitação e Guia de Recolhimento da União – GRU demonstrando a devolução de eventual saldo, se for o caso.

A UFSJ procede à análise da prestação de contas dos projetos verificando a execução do contrato/convênio de acordo com o demonstrativo de receitas e despesas, ao estipulado no cronograma físico e financeiro, ao uso das rubricas definidas no Plano de Trabalho, se as despesas foram realizadas dentro da vigência do instrumento jurídico, dentre outras.

Verificou-se que, conforme previsto no normativo interno da UFSJ, que dispõe sobre o relacionamento da UFSJ com as fundações de apoio (Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011, sobretudo o capítulo II – Prestação de Contas), para os projetos cujos recursos não são provenientes de órgãos financiadores, a prestação de contas apresentada pela Fauf à UFSJ deve conter, juntamente com os documentos citados acima, um relatório técnico emitido pelo coordenador do projeto. Entretanto, esses documentos não são disponibilizados simultaneamente à UFSJ, em desacordo com o normativo referido, conforme relatado no item 1.1.1.11 deste Relatório.

2.5.9. A Ifes tem elaborado relatório final de avaliação dos projetos, conforme estabelece o § 3º do art. 11 do Decreto nº. 7.423/2010?

Nos projetos que tem a UFSJ como entidade financiadora, a Fauf envia à Universidade os documentos que integram a prestação de contas do projeto, os quais são examinados pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – Pplan, que elabora Parecer de avaliação, conforme estabelece o § 3º do art. 11 do Decreto nº 7.423/2010.

Nos projetos que tem organismos de fomento como entidades financiadoras, como a Fapemig, ao final da execução do projeto, a fundação de apoio encaminha a prestação de contas ao organismo financiador, contendo toda a documentação exigida, para sua análise e apreciação, de acordo com as determinações do § 1º do art. 44 da Resolução nº 020, do Conselho Diretor da UFSJ.

3. Conclusão

As análises sobre o relacionamento da UFSJ com suas fundações de apoio culminaram nos seguintes aspectos que contribuem para o alcance da missão da Unidade: celebração de contratos e/ou convênios com as fundações, para gestão dos recursos envolvidos, com base em documentos padronizados, atribuição a setor específico da Universidade para regimentos e controles sobre os projetos, execução dos recursos pelas fundações de apoio mediante sistema informatizado.

Por outro lado, restaram evidenciadas situações em desacordo com a legislação, as quais constituem obstáculos para o atingimento da missão da UFSJ e demandam medidas corretivas: falta de aprovação pelo órgão colegiado superior da normatização do relacionamento da UFSJ com fundações de apoio; falta de contemplação nos normativos internos da UFSJ dos dispositivos contidos no § 2º do art. 4º e o art. 6º da Lei nº 8.958, de 20/12/1994, bem como do inciso IV do § 1º e do § 11, do art. 6º, e § 1º,



art. 7º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010; deficiências nas informações sobre os projetos publicadas, na internet, pelas fundações de apoio; falta de aprovação de projetos pelos órgãos acadêmicos da UFSJ, falta de clareza na descrição do objeto do projeto, falta de registro centralizado dos projetos em andamento que possibilite a consulta detalhada de cada projeto pela UFSJ, e de rotinas deficitárias para análise da prestação de contas dos projetos.

Nesse contexto, conclui-se que, para que a unidade examinada cumpra adequadamente a sua missão institucional, é necessário:

- adotar providências no sentido de fazer aprovar, pelo Conselho Superior da UFSJ, normativo acerca do relacionamento entre a Universidade e suas fundações de apoio;
- aperfeiçoar os normativos internos dos Conselhos Superiores da Universidade;
- elaborar projeto prévio antes da celebração de contratos e convênios para a gestão administrativa e financeira, com as fundações de apoio constituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação;
- submeter à aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei os projetos desenvolvidos com a participação de fundações de apoio;
- orientar formalmente o corpo acadêmico da UFSJ quanto aos aspectos técnicos exigidos para a elaboração de projeto desenvolvido em parceria com as fundações de apoio;
- contratar fundações de apoio somente quando os projetos atenderem os preceitos estabelecidos nos § 1º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010;
- divulgar dados e informações, bem como centralizar os registros, sobre o relacionamento da UFSJ com fundações de apoio, incluindo obrigatoriamente os dispositivos legais e regulamentadores internos e externos; a sistemática de elaboração e aprovação de projetos; a relação de projetos desenvolvidos e em andamento com objetos, metas e indicadores; as regras aplicáveis às bolsas com a divulgação de beneficiários e valores recebidos; montantes financeiros gerenciados em parceria; endereços de portais e sítios das fundações de apoio e outras informações julgadas relevantes;
- solicitar que a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei- Fauf publique na internet os relatórios semestrais de execução contratual e os pagamentos efetuados aos servidores públicos em decorrência dos contratos firmados com base na Lei nº 8.958, de 20/12/1994;
- estruturar rotinas para que o envio dos documentos da prestação de contas pela Fauf contemple o relatório técnico emitido pelo coordenador do projeto;
- avaliar a conveniência e a oportunidade da UFSJ inserir no normativo interno que dispõe sobre o relacionamento da Universidade com fundações de apoio, item sobre o período para o envio da documentação da prestação de contas pela fundação de apoio e quanto ao tempo para análise desta pela UFSJ.



As recomendações registradas neste relatório serão acompanhadas por meio do Plano de Providências Permanente da Unidade.

Belo Horizonte/MG, 15 de abril de 2016.

Nome: MAURICIO RENATO ALVES
Cargo: TECNICO DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome: NOEME BOTELHO
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais

Ordem de Serviço nº 201505626

1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 Avaliação dos Resultados da Gestão

1.1.1 Achados de Auditoria

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Fundações de apoio vinculadas à UFSJ.

Fato

A UFSJ mantém vínculo com duas fundações de apoio: a Fauf e a Fundação Koellreutter.



Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei (Fauf): é uma entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, instituída por Escritura Pública lavrada no Cartório do 2º Ofício da Comarca de São João del-Rei, em dezembro de 2002.

O seu Estatuto prevê, entre outras finalidades e atribuições, que:

(...)

Art. 4º - A Fauf é uma entidade educacional sem fins lucrativos, e tem por finalidade prioritária a elaboração, execução, acompanhamento e gestão de programas e projetos de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, bem como de programas e projetos educacionais.

Parág. Único: para atingir seus objetivos prioritários, a Fauf poderá:

(...)

II – apoiar o desenvolvimento de atividades educacionais, de pesquisa científica tecnológica, de ensino, extensão e administrativas desenvolvidas na Universidade Federal de São João del-Rei;

(...)

Art. 5º - Para consecução de suas finalidades, a Fauf pode firmar contratos, convênios, acordos e ajustes, a título oneroso ou não, com órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 6º - (...)

Parág. Único: o patrimônio e os recursos da Fauf são utilizados, exclusivamente, na consecução de suas finalidades.

Art. 8º - À Fauf não é permitida, sob qualquer forma ou pretexto, a distribuição de resultados, superávits, bonificações e vantagens, e sua renda será aplicada, integralmente, na manutenção e na continuidade do desenvolvimento de suas finalidades.

Fundação Koellreutter: fundada em 2006, a partir da doação de acervo de Hans Joachim Koellreutter à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Quanto à preservação documental, a Fundação Koellreutter tem por objetivos a organização, tratamento e disponibilização do acervo Koellreutter, e a constituição de um banco de dados – Biblioteca Digital, a ser disponibilizado a estudiosos, pesquisadores e interessados em geral, visando difundir e tornar vivo um dos mais importantes arquivos da memória musical brasileira.

São finalidades da Fundação Koellreutter:

- apoiar e promover o desenvolvimento de atividades culturais, especialmente às relacionadas à música, no campo do ensino, pesquisa e extensão;
- viabilizar o acesso, a recuperação, conservação e a exposição do acervo Koellreutter, através do Espaço Koellreutter;
- desenvolver atividades culturais e artísticas voltadas à difusão das artes contemporâneas;
- criar condições que facilitem o desenvolvimento das artes em geral, em especial ao estudo das obras de H.J. Koellreutter;

- estabelecer parcerias e intercâmbios com outras instituições.

1.1.1.2 INFORMAÇÃO

Normas da UFSJ relativas às Fundações de apoio.

Fato

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), pessoa jurídica de direito público, com financiamento pelo Poder Público, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, é regida por Estatuto e, subsidiariamente:

1. pelo Regimento Geral;
2. pelas resoluções de seus Órgãos Colegiados Superiores;
3. pelos regimentos de seus órgãos;
4. pelos regulamentos e normas de aplicação;
5. pelas portarias e ordens de serviço de autoridades competentes.

A estrutura organizacional da UFSJ, prevista em Estatuto, tem como órgãos deliberativos da Administração Superior da Universidade, definida em seu art. 8º:

“Art. 8º ...

- a) Conselho Universitário - Consu;*
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conep;*
- c) Conselho Diretor - Condi.”*

Para regular o relacionamento entre a Universidade e suas fundações de apoio, foram editadas pelos órgãos superiores da Universidade as seguintes normas:

- Resolução/Consu nº 035, de 23 de novembro de 2009, revogada pela Resolução/Consu nº 008, de 30 de abril de 2015;
- Resolução/Consu nº 058, de 27 de novembro de 2006, modificada pelo Resolução/Consu nº 038/2012;
- Resolução/Conep nº 010, de 29 de abril de 2015; e
- Resolução/Condi nº 020, de 22 de dezembro de 2011.

Em termos gerais, preveem essas Resoluções:

Resolução/Consu nº 58, que regulamenta a celebração de contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou de qualquer outro termo de natureza administrativa e acadêmica:

“Art. 1º - Estabelecer que a celebração de contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou de qualquer outro termo de que participe a UFSJ e qualquer de seus órgãos obedece às diretrizes desta Resolução e de outras normas e ao disposto no Direito Administrativo, no que couber.

Art. 2º - A UFSJ pode celebrar contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou qualquer outro termo com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(...)



Art. 3º - O contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou qualquer termo de natureza acadêmica, que envolver a UFSJ e outro órgão público ou privado, deve ser aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conep), mediante proposta encaminhada pelo órgão proponente.

(...)

Art. 7º B - No caso de contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou de qualquer outro termo a ser celebrado com instituição ou entidade estrangeira, em caráter internacional, deve-se obedecer ao disposto no presente artigo: (Incluído pela Res. 038/2012)

I - quando o contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou qualquer outro termo a ser celebrado com instituição ou entidade estrangeira, em caráter internacional, não partir da Reitoria, a proposta, que deverá incluir o projeto, deve ser aprovada:

a) pela Assembléia Departamental, se oriunda do Departamento;

b) pela Congregação da Unidade, se oriunda do Centro; ou

c) pelo Colegiado de Curso, se oriunda da Coordenadoria de Curso.

(...)"

Resolução/Conep nº 010, que regulamenta as condições de afastamento de docentes integrantes da carreira de Magistério Superior da UFSJ e dá outras providências:

"Art. 1º - Além dos casos previstos na legislação vigente, o integrante da Carreira de Magistério Superior da UFSJ pode afastar-se, eventualmente, da Instituição, assegurados todos os direitos e vantagens a que faz jus, em razão da atividade docente, para:

I – participação em atividades de ensino, extensão, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

II – participação em atividades de consultoria, assessoria ou prestação de serviços;

III – participação na condição de docente permanente ou colaborador em programa de pós-graduação stricto sensu mantido por instituição pública de ensino e/ou pesquisa no Brasil, recomendado pela Capes;

IV – participação como discente em cursos de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado ou doutorado;

V – desenvolvimento de projeto de pós-doutorado;

VI – elaboração de pareceres e laudos periciais e atuação em comissões de inquérito;

VII – participação em comissões de concursos e de avaliação de trabalhos científicos, culturais ou artísticos;

VIII – participação em comissões técnicas de avaliação para fins de reconhecimento de cursos ou de instituições de ensino e de pesquisa;

IX – desenvolvimento de projetos de produção ou difusão intelectual, cultural ou artística;

X – participação em órgãos de deliberação coletiva ou outros relacionados com a atividade profissional;

XI – participação em congressos ou reuniões de natureza científica, cultural ou técnica;

XII – realização de estudos, estágios e cooperação técnica em outras instituições;

XIII – realização de visitas para fins de celebração de convênios, acordos e demais formas de intercâmbio, interinstitucionais ou não, no País ou no exterior;

XIV – outros casos a serem definidos pelo Conep.

(...)



Art. 8º - Considera-se esporádica a participação, com retribuição pecuniária em favor de docente sob o regime de dedicação exclusiva, em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente que, no total, não exceda 30 (trinta) horas anuais.

Art. 9º - Considera-se colaboração esporádica de docente sob o regime de dedicação exclusiva aquela com retribuição pecuniária por:

I – trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

II – colaboração de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica.

§ 1º - As atividades de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, 120 (cento e vinte) horas anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada e previamente aprovada pelo Conep, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

§ 2º A atividade de colaboração esporádica não pode prejudicar as atividades acadêmicas do docente na UFSJ.

§ 1º - O exercício de qualquer atividade de participação ou colaboração esporádica sem autorização importa em falta grave punível na forma da legislação vigente.

(...)”

Resolução/Condi nº 20, que dispõe sobre o relacionamento entre a Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ e fundações de apoio:

“Art. 1º (...)

§ 2º - A fundação registrada e credenciada como fundação de apoio visa dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da UFSJ e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que a UFSJ estabeleça relações com o ambiente externo.

(...)

Art. 3º - A contratação da fundação de apoio, instituída com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos, pode ocorrer mediante celebração de convênios e contratos, nos termos da legislação vigente, por prazo determinado.

(...)

Art. 5º - A Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento poderão realizar convênios e contratos, nos termos da legislação vigente, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio à UFSJ, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º, com anuência expressa das instituições apoiadas.

(...)

Art. 6º - As relações entre a fundação de apoio e a UFSJ para a realização dos projetos institucionais devem ser formalizadas por meio de contratos, convênios, acordos ou ajustes individualizados, com objetos específicos e prazo determinado.

(...)

Art. 9º - O uso de bens e serviços próprios da UFSJ deve ser adequadamente contabilizado para a execução de projetos com a participação de fundação de apoio e está condicionado ao estabelecimento de rotinas de justa retribuição e ressarcimento pela fundação de apoio, nos termos da legislação aplicável.

(...)

Art. 10 - Os contratos, convênios, acordos ou ajustes com objeto relacionado à inovação, pesquisa tecnológica e transferência de tecnologia devem estabelecer a retribuição dos resultados gerados pela UFSJ, especialmente em termos de propriedade intelectual e royalties, de modo a proteger o patrimônio público de apropriação privada.

(...)

Art. 13 - Os projetos desenvolvidos em parceria com a fundação de apoio devem ser previamente aprovados pelos órgãos colegiados acadêmicos competentes da UFSJ, segundo as mesmas regras e critérios aplicáveis aos projetos institucionais da instituição.

(...)

§ 6º É vedada a participação de familiares do coordenador nos projetos, tais como: cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, salvo ocorra processo seletivo que garanta a isonomia entre os concorrentes e as situações previstas na legislação que vetem o nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

(...)

Art. 21 - Os projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio podem ensejar a concessão de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação pelas fundações de apoio, com amparo na legislação vigente, observadas as condições desta Resolução.

(...)

Art. 26 - A participação autorizada de servidores da UFSJ, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, nos projetos desenvolvidos com a participação da fundação de apoio não cria vínculo empregatício e é sempre de caráter eventual ou temporário.

(...)

Art. 36 - A fundação de apoio pode estabelecer despesa operacional de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do plano de trabalho, ou percentual superior quando

justificado pelos custos operacionais de execução do plano, com limite a 15% (quinze por cento), conforme art. 39, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 127 MP/MF/MCT, de 29 de maio de 2008, com redação dada pela Portaria Interministerial nº 342 MP/MF/MCT, de 05 de novembro de 2008.

(...)

Art. 42 - As fundações divulgam na íntegra em sítio mantido pela fundação de apoio:

I - os instrumentos contratuais de que trata esta Resolução, firmados e mantidos pela Fundação de apoio com a UFSJ, com a Finep, o CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento;

II - os relatórios semestrais de execução dos contratos de que trata o inciso I, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária;

III - a relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza em decorrência dos contratos de que trata o inciso I;

IV - a relação dos pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência dos contratos de que trata o inciso I;

V - as prestações de contas dos instrumentos contratuais de que trata essa Resolução, firmados e mantidos pela fundação de apoio com a UFSJ, bem como com a Finep, CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

Art. 43 - A prestação de contas deve abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto, cabendo à UFSJ zelar pelo acompanhamento em tempo real da execução físico-financeira da situação de cada projeto e respeitar a segregação de funções e responsabilidades entre fundação de apoio e UFSJ.

(...)

Art. 45 - A Universidade Federal de São João del-Rei, pelo órgão colegiado superior, deve elaborar relatório final de avaliação com base nos documentos apresentados nas respectivas prestações de contas e demais informações relevantes sobre o projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito e ganhos de eficiência obtidos pela fundação na gestão dos projetos.

(...)”

1.1.1.3 CONSTATAÇÃO

Normatização do relacionamento da UFSJ com as fundações de apoio não foi aprovada pelo órgão colegiado superior da Universidade.

Fato

O Conselho Diretor da UFSJ – Condi editou a Resolução nº 20/2011, de 22/12/2011, para regulamentar o relacionamento da Universidade com suas fundações de apoio, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.958/1994 e suas alterações, no Decreto nº 7.423/2010 e demais normas aplicáveis.

Prevê o art. 6º do Decreto nº 7.423/2010:



“Art. 6º - O relacionamento entre a instituição apoiada e a fundação de apoio, especialmente no que diz respeito aos projetos específicos deve estar disciplinado em norma própria, aprovada pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, observado o disposto na Lei nº 8.958, de 1994, e neste Decreto.” (Grifo nosso)

Editado em 2011, o Estatuto da UFSJ prevê:

“Art. 8º - São órgãos da Administração Superior da Universidade:

I. de deliberação:

- a) Conselho Universitário - Consu;*
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conep;*
- c) Conselho Diretor - Condi.*

(...)

Art. 10 - O Conselho Universitário é o órgão máximo, normativo, deliberativo e consultivo da Universidade, e é composto:

(...)

Art.11 - Ao Conselho Universitário compete:

- I. estabelecer e aprovar as políticas gerais da Universidade;*
- II. aprovar o plano geral de atividades da UFSJ;*

(...)

Art. 18 - O Conselho Diretor é o órgão fiscalizador, normativo, deliberativo e consultivo da UFSJ, em matéria de natureza administrativa e econômico-financeira, e é composto:

(...)

Art. 19 - Ao Conselho Diretor compete:

- I. aprovar diretrizes sobre matéria de natureza econômica, administrativa e financeira, de acordo com a política da Universidade;*
- II. aprovar a proposta orçamentária da UFSJ, submetendo-a ao Conselho Universitário;*
- III. aprovar a prestação de contas, submetendo-a ao Conselho Universitário;*

(...)

VII. propor ao Conselho Universitário modificações no Estatuto ou Regimento Geral, em matéria de natureza econômica, administrativa e financeira;” (Grifo nosso)

Sendo assim, o normativo que disciplina o relacionamento entre as fundações de apoio e a Universidade deveria ter sido aprovado pelo Conselho Universitário, que é órgão normativo máximo da Universidade, e não pelo Conselho Diretor, cujas competências normativas se restringem à matéria de natureza administrativa e econômico-financeira.

Causa

Interpretação inadequada quanto às competências específicas dos órgãos colegiados superiores da Universidade.

Reitor - não submeteu à aprovação do Conselho Universitário o normativo que trata do relacionamento entre a Universidade e a fundação de apoio, deixando de cumprir sua

atribuição de encaminhar aos Conselhos Superiores as matérias a serem apreciadas, conforme determina o inciso XII do art. 24 do Estatuto da UFSJ.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 245/2015/UFSJ/REITORIA, de 18/12/2015, a Reitora da UFSJ assim se manifestou:

“O Conselho Diretor - CONDI é órgão fiscalizador, deliberativo e consultivo em matéria de natureza administrativa, econômica e financeira da UFSJ.

À época, o Reitor da UFSJ encaminhou o anteprojeto de Resolução nº 020/2011 ao CONDI para apreciação, por meio do Processo nº 23122.004360/2011-65, uma vez que a Resolução 010/2007 regulamentava a captação e gestão de recursos de projetos coordenados ou executados por servidores da UFSJ, que tratava da relação entre a UFSJ e suas fundações de apoio, foi apreciada e aprovada pelo CONDI. Portanto, o entendimento à época, pelos motivos expostos, era que o CONDI seria o conselho adequado para a sua aprovação, a qual foi apreciada e aprovada em 22/12/2011 pelo Parecer nº 028/2011.”

Análise do Controle Interno

A resposta da Reitora da UFSJ explica o contexto no qual foi editada a Resolução nº 020/2011 pelo Condi, que atualmente regula o relacionamento da Universidade com suas fundações de apoio, porém não justifica porque a Resolução foi editada pelo Condi sem a necessária aprovação pelo Consu.

O art. 6º do Decreto nº 7.423/2010 é claro na previsão do disciplinamento da relação da Universidade com as fundações de apoio. Essa normatização necessariamente deveria ser aprovada pelo Órgão Superior da Entidade, no caso o Consu.

Apesar de o Condi ser também órgão superior da UFSJ e ter atribuição, entre outras, de normatizar acerca de matéria de natureza administrativa e econômico-financeira (art. 8º e 18 do Estatuto), é o Consu o órgão superior máximo da Universidade, com poderes de estabelecer e aprovar as políticas gerais da UFSJ (art. 10 e 11 do Estatuto).

Além disso, estabelece o art. 19 do Estatuto da UFSJ que o Condi é o órgão superior responsável por aprovar diretrizes sobre matéria de natureza econômica, administrativa e financeira, de acordo com a política da Universidade, como também por propor ao Consu modificações no Estatuto ou Regimento Geral, em matéria de natureza econômica, administrativa e financeira. (Grifo nosso)

Recomendações:

Recomendação 1: Adotar providências no sentido de fazer aprovar, pelo Conselho Superior da UFSJ, normativo acerca do relacionamento entre a Universidade e suas fundações de apoio, de modo a atender às determinações emanadas pelo art. 6º do Decreto nº 7.423/2010 e pelo Estatuto da Entidade.

1.1.1.4 CONSTATAÇÃO



Falta de regulamentação, pela Universidade, de dispositivos da Lei nº 8.958/1994 e do Decreto nº 7.423/2010, em sua relação com as fundações de apoio.

Fato

Em análise dos normativos da UFSJ (Resoluções nº 20/2011 – Condi, nº 35/2009 – Consu, nº 58/2006 – Consu e nº 10/2015 - Conep), comparativamente ao disposto na Lei nº 8.958/1994 e no Decreto nº 7.423/2010, que disciplinam a relação entre a Universidade e as fundações de apoio, verificou-se a ausência, nos normativos da Entidade, dos seguintes dispositivos:

1) § 2º, art. 4º, da Lei nº 8.958/1994:

“É vedada aos servidores públicos federais a participação nas atividades referidas no caput durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos, excetuada a colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, de acordo com as normas referidas no caput.”

Constatou-se ainda que, conforme dispõe a Resolução nº 35/2009 – Consu, substituída pela Resolução nº 10/2015 – Conep, há norma apenas sobre colaboração esporádica de docentes em regime de trabalho de dedicação exclusiva.

2) art. 6º da Lei nº 8.958/1994:

“No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços das IFES e demais ICTs apoiadas, pelo prazo necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto.

§ 1º - Nos projetos que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, o uso de bens e serviços das IFES ou demais ICTs poderá ser contabilizado como contrapartida da instituição ao projeto, mediante previsão contratual de participação da instituição nos ganhos econômicos dele derivados, na forma da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

§ 2º - Na hipótese de que trata o § 1º, o ressarcimento previsto no caput poderá ser dispensado, mediante justificativa circunstanciada constante no projeto a ser aprovado pelo Conselho Superior das IFES ou órgão competente nas demais ICTs.”

3) inciso IV, § 1º, do art. 6º do Decreto nº. 7.423/2010:

“IV - pagamentos previstos a pessoas físicas e jurídicas, por prestação de serviços, devidamente identificados pelos números de CPF ou CNPJ, conforme o caso.”

Ressalte-se a exceção contida no inciso III, art. 14, da Resolução nº 20/2011 – Condi, que dispõe:

“os participantes vinculados à instituição apoiada e autorizados a participar do projeto, na forma das normas próprias da referida instituição, identificados por seus registros funcionais, na hipótese de docentes ou servidores técnicos administrativos, observadas as disposições deste artigo, sendo informados os valores das bolsas e remunerações a serem concedidas;”.

4) § 11, art. 6º, do Decreto nº. 7.423/2010:

“No âmbito dos projetos de que trata o § 1º deste artigo, a instituição apoiada deve normatizar e fiscalizar a composição das equipes dos projetos, observadas as disposições do Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010.”

Verificou-se, contudo, exceção contida no § 6º, art. 17, da Resolução nº 20/2011 – Condi, que dispõe:

“É vedada a participação de familiares do coordenador nos projetos, tais como: cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, salvo ocorra processo seletivo que garanta a isonomia entre os concorrentes e as situações previstas na legislação que vetem o nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.”

5) § 1º, art. 7º, do Decreto nº. 7.423/2010:

“A instituição apoiada deve, por seu órgão colegiado superior, disciplinar as hipóteses de concessão de bolsas, e os referenciais de valores, fixando critérios objetivos e procedimentos de autorização para participação remunerada de professor ou servidor em projetos de ensino, pesquisa ou extensão, em conformidade com a legislação aplicável.”

Constatou-se ainda exceção contida no *caput* do art. 29 da Resolução nº 20/2011 – Condi, que dispõe:

“Os bolsistas são selecionados pelo Coordenador do Projeto através de processo de seleção simplificado, salvo quando necessário estabelecer critérios estritamente técnicos, devendo ser incentivada a participação de estudantes.”

Causa

Falta de inserção dos seguintes dispositivos nas Normas que regulamentam o relacionamento da UFSJ e suas fundações:

- § 2º, art. 4º, da Lei nº 8.958/1994;
- art. 6º da Lei nº 8.958/1994;
- inciso IV, § 1º, do art. 6º do Decreto nº. 7.423/2010;
- § 11, art. 6º, do Decreto nº. 7.423/2010;
- § 1º, art. 7º, do Decreto nº. 7.423/2010.

Conselho Universitário (Consu) - não procedeu à adequada normatização do relacionamento entre a Universidade e suas fundações de apoio, deixando de exercer atribuições previstas no art. 11 do Estatuto da UFSJ.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 245/2015/UFSJ/REITORIA, de 18/12/2015, a Reitora da UFSJ se manifestou nos seguintes termos:

Quanto ao item 1):

“Informamos que não se encontra, expressamente, o parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº 8.958/1994 nas resoluções internas.

No entanto, o Capítulo II da Resolução nº 010/2015/CONEP regulamenta a colaboração esporádica do docente.”

No tocante ao item 2):

“Informamos que não se encontram, expressamente, o art. 6º e seus parágrafos da Lei nº 8.958/1994 nas resoluções internas. No entanto, o art. 36 da Resolução 020/2011/CONDI estabelece que a Fundação de Apoio recolherá percentuais estipulados, através de GRU's recolhidas à conta única do Tesouro Nacional, a título de ressarcimento pela utilização de bens e serviços da IFES.

Ressaltamos que o orçamento institucional aprovado pela LOA é executado em suas ações específicas e descentralizado por meio de sistema informatizado aos devidos centros de custo para contemplar as unidades administrativas e acadêmicas, bem como os fundos de pesquisa e extensão. Informamos que os departamentos são centros de custo.”

Em relação ao item 3):

“Informamos que não se encontra, expressamente, o inciso IV, parágrafo 1º do art. 6º do Decreto nº 7.423/201 nas resoluções internas.”

No que diz respeito ao item 4):

“Informamos que não se encontra, expressamente, o parágrafo 11 do art. 6º do Decreto nº 7.423/201 nas resoluções internas. No entanto, no Capítulo III da Resolução nº 020/2011, veda a participação de familiares dos coordenadores dos projetos.”

Quanto ao item 5):

“Informamos que não se encontra expressamente o parágrafo 1º do art. 7º do Decreto nº 7.423/201 nas resoluções internas.

No entanto, no Capítulo IV da Resolução nº 020/2011/CONDI, consta a regulamentação e critérios para aprovação das bolsas e seus valores.

Ressaltamos que o CONDI é um órgão fiscalizador, deliberativo e consultivo, em matéria de natureza administrativa e econômico-financeira.”

Análise do Controle Interno

Em relação à resposta do gestor, pode-se inferir:

Item 1):

Os normativos internos da UFSJ trazem apenas a regulamentação da participação de docentes da Universidade nos projetos tocados em parceria com as fundações de apoio. Não trata, contudo, da participação de seus servidores técnico-administrativos, contrariando o disposto na Lei nº 8.958/1994 e no Decreto nº 7.423/2010;

Item 2):

A UFSJ menciona os §§ 2º ao 4º do art. 36 da Resolução nº 20/2011/Condi como os dispositivos internos que contemplam o art. 6º da Lei nº 8.958/1994. Dizem os §§ 2º e 4º do art. 36:

“§ 2º - Além do percentual acima definido, a fundação de apoio deve reter:

a) 10% (dez por cento) do valor total do plano de trabalho para contemplar a unidade administrativa ou acadêmica em que estiver lotado o coordenador do projeto;

b) 5% (cinco por cento) do valor total do projeto para formar fundos institucionais de fomento à pesquisa e extensão, sendo metade para cada fundo.”

(...)

“§ 4º - Os recursos retidos na forma do § 2º são recolhidos à conta única do Tesouro Nacional pela fundação de apoio.”

Ou seja, a UFSJ informa que os percentuais retidos dos projetos, acima referidos, pelas fundações de apoio, e posteriormente recolhidos à conta única do Tesouro Nacional, são decorrentes de ressarcimento pela utilização de bens e serviços da Universidade.

Contudo, é importante destacar que a redação dada aos referidos §§ não tem a clareza necessária e suficiente para contemplar o conteúdo do art. 6º da Lei nº 8.958/1994.

Item 3):

A Universidade reconhece a ausência de regulamentação do dispositivo do Decreto nº. 7.423/2010.

Item 4):

O gestor reconhece a ausência de regulamentação do dispositivo do Decreto nº. 7.423/2010.

Item 5):

A UFSJ reconhece a ausência de regulamentação do dispositivo do Decreto nº. 7.423/2010.

Recomendações:

Recomendação 1: Aperfeiçoar os normativos internos dos Conselhos Superiores da Universidade, de modo a contemplar todos os aspectos da Lei nº 8.958/1994 e do Decreto nº 7.423/2010, deixando de forma clara seu relacionamento com as fundações de apoio.

1.1.1.5 INFORMAÇÃO

Informações sobre o pedido de credenciamento da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei (Fauf) junto ao Ministério da Educação e do Desporto e ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Fato

Conforme informações da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei – Fauf, enviada por mensagem eletrônica no dia 01/03/2016, às 16:58, essa *“vem enfrentando problemas na obtenção de seu credenciamento, conforme fatos abaixo demonstrados:*

Em 08 de julho de 2015 enviou ao GAT toda documentação inerente à análise de seu processo de credenciamento, ou seja, antes dos 90 (noventa) dias antes do vencimento do credenciamento vigente, que dar-se-ia em 04 de dezembro de 2015;

Em 06 de outubro de 2015 o GAT enviou o Ofício 620/2015 diligenciando a FAUF pelos seguintes motivos:

- Necessidade de apresentar comprovação da finalidade não lucrativa da fundação e do exercício gratuito dos membros dos conselhos (Art. 4º, I, Decreto nº 7423/2010) -> não houve alterações nos documentos elencados nos incisos I e V do Art. 4º do Decreto nº 7423/2010. Desta forma, e amparados no disposto no § 2º do Art. 5º do citado diploma legal, não havia necessidade de reenviar novamente o Estatuto da Fundação onde se

comprova a finalidade não lucrativa da fundação e o exercício gratuito dos membros dos conselhos.

- Necessidade de apresentar ata do Conselho da Fundação aprovando o balanço patrimonial (art. 5º §1º, III, Decreto nº 7423/2010) -> estava comprovada na ata enviada anteriormente que o balanço foi aprovado pelo Conselho Curador da Fundação.

- Necessidade de apresentar o Relatório Anual de gestão da fundação aprovado por seu órgão superior (art. 5º §1º, II, Decreto nº 7423/2010) -> estava comprovada na ata enviada anteriormente que o balanço foi aprovado pelo Conselho Curador da Fundação.

- Necessidade de apresentar a ata do órgão colegiado superior da instituição apoiada manifestando prévia concordância com o credenciamento da fundação (art. 4º, IV, Decreto nº 7423/2010) -> enviada ata da Reunião do Conselho Universitário da Universidade Federal de São João del-Rei, onde há manifestação prévia do CONSU concordando com o credenciamento da FAUF como Fundação de Apoio da UFSJ, visto que não aceitaram as Resoluções do Conselho Superior da UFSJ aprovando o credenciamento da FAUF;

- Necessidade de apresentar a ata do órgão colegiado superior da instituição apoiada atestando que a fundação cumpre a previsão contida no Art. 4º da Lei nº 8.958/94 -> foi informado ao GAT que constava do Relatório Anual de Gestão da FAUF, o item 6.0 inerente às informações sobre TRANSPARÊNCIA – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES, onde a Fundação relatava os procedimentos realizados para atendimento ao Art. 4º da Lei 8.958/94. Ressaltou-se que o Conselho Universitário da UFSJ ao aprovar o Relatório Anual de Gestão da FAUF – Exercício 2014, consequentemente aprovou os procedimentos que a Fundação vem adotando com intuito de cumprir as disposições constantes na Lei nº 8.958/94. No citado item, a FAUF ressalta que foi disponibilizado aos pesquisadores um sistema, denominado Sistema Gerencial de Informações – SIG, onde todas as informações inerentes aos projetos sob gestão da FAUF são lançadas no mesmo e transferidas, automaticamente e em tempo real, para o Portal de Transparência da Fundação, que permite a qualquer pessoa fazer consulta pública aos documentos relacionados aos projetos, tais como instrumento jurídico de origem do projeto (contrato, convênio, termo de outorga, dentre outros), pagamentos realizados por projeto (material de consumo, passagens, pessoa física, pessoa jurídica, diárias, dentre outros), prestação de contas dos projetos encerrados, além de poderem ser acessadas as informações inerentes aos procedimentos licitatórios (editais, atas de habilitação e julgamento, atos homologatórios e adjudicatórios, dentre outros) e às dispensas/inexigibilidades de licitação. O portal de transparência da Fundação encontra-se disponível no endereço <http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/> e foi, inclusive, citado como exemplo durante o 40º Fórum Nacional de Auditores Internos – FONAI, realizado em Campo Grande/MS, no período de 14 a 16 de maio de 2014, como uma das alternativas para a efetividade das recomendações nos relatórios de auditorias.

Em 19 de janeiro de 2016, a FAUF recebeu outro ofício do GAT (nº 02/2016), informando que na reunião de novembro/2015 (ou seja, somente após 60 dias da ocorrência da reunião) o GAT não havia aceitado as justificativas inerentes ao último item diligenciado em outubro/2015 (divulgar em seu sítio os instrumentos contratuais, relatórios de execução de projetos, pagamentos efetuados, dentre outros);

Em 27 de janeiro de 2016 a FAUF encaminhou ao GAT Resolução do Conselho Universitário da UFSJ atestando ad referendum (aprovação ad referendum em virtude das férias escolares e do prazo concedido pelo GAT para o envio das respostas) que a FAUF cumpria a previsão contida no Art. 4º da Lei 8.958/94 no sentido de divulgar em seu sítio os instrumentos contratuais, relatórios de execução de projetos, pagamentos efetuados, dentre outros, comprometendo a enviar a respectiva ata da apreciação do citado ad referendum tão logo o mesmo seja apreciado pelo CONSU.

Segundo consta do Ofício 02/2016 enviado pelo GAT em 27/01 a resposta à diligência seria apreciada na reunião que iria ocorrer no dia 18/02/2016. Porém, até a presente data, não obtivemos resposta sobre se houve a reunião e se o processo da FAUF foi analisado. Vale ressaltar que, no presente momento, a FAUF encontra-se com seu credenciamento vencido podendo a vir a comprometer suas atividades em razão da falta de celeridade por parte do GAT.”

1.1.1.6 CONSTATAÇÃO

Falta de projeto prévio para celebração do contrato nº 29/2015 com a FauF, para a gestão administrativa e financeira do Projeto "Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação - Extensão - Modalidade à distância."

Fato

Na autuação do processo nº 23122.106858/2014-18 não consta a versão atualizada, exercício 2015, do Projeto **“Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação – Extensão – Modalidade à distância”** para a celebração do contrato nº 29/2015, de 08/04/2015, que objetivou a gestão financeira e administrativa do mesmo, no valor de R\$ 89.872,19, em desacordo com o disposto no art. 1º, da Lei nº 8.958, de 20/12/1994, que estabelece:

“Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas -ICTs, de que trata a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.”

Para a celebração do contrato foi anexada ao processo a versão 2013 do referido Projeto, no valor de R\$ 69.930,00.

Causa

Falhas nos controles internos administrativos da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - PPLAN relativos aos controles de gestão de acompanhamento da execução de contratos e convênios, dentre outros; firmados com a FAUF, nos termos da Lei nº 8.958, de 20/12/1994, pela UFSJ.

Pró-Reitor de Planejamento e de Desenvolvimento – não exerceu adequadamente o controle finalístico e de gestão, tampouco cumpriu os requisitos de publicidade estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação e pelo §2º, do art. 12 do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010 Salienta-se que cabe à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Administração – PPLAN o controle finalístico e de gestão na execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com as fundações de

apoio, envolvendo a aplicação de recursos públicos, conforme estabelecido o no art. 40 da Resolução CONDI nº 20, de 22/12/2011.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 003/2016/UFSJ/REITORIA, de 11/01/2016, a Reitora da UFSJ prestou os esclarecimentos descritos a seguir:

“O projeto pedagógico anexado ao processo se refere a um projeto continuado e foi juntada a sua versão de novembro de 2013 equivocadamente. Porém, a versão do SIMEC, fls. 29 a 55, a versão do Contrato nº 29/2015, fls. 93 a 97 e o documento de empenho 2014NE802855, fls. 61 e 62 todos eles foram emitidos com o valor de R\$ 89.872,19. Será providenciada a juntada da versão de 2015 ao processo.”

Análise do Controle Interno

Em que pese as considerações do gestor acerca da anexação posterior da versão 2015 do projeto ao processo nº 23122.106858 /2014-18, o projeto de extensão aprovado pelo Conep refere-se à versão do projeto referente ao ano de 2013, conforme Decisão *Ad Referendum* do CONEP nº 10, de 04/12/2014, anexada ao processo nº 23122.105447/2014-05. Além disso, ressalta-se que o Contrato nº 029/2015, celebrado entre a UFSJ e a FauF, data de 08/04/2015. Entretanto, o Plano de Trabalho e de Desembolso atualizado, de 25/06/2015, foi acostado ao processo nº 23122.106858 /2014-18 nesta mesma data, por meio de documento s/nº emitido pela Coordenadora do Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação.

Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar projeto prévio antes da celebração de contratos e convênios para a gestão administrativa e financeira, nos limites estabelecidos no inciso XIII do "caput" do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as fundações de apoio constituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação.

1.1.1.7 CONSTATAÇÃO

Falta de aprovação dos Projetos "27º Inverno Cultural da UFSJ" e "Apoio Institucional ao 37º Festival de Música de Prados" pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei - Conep/UFSJ."

Fato

Conforme preceituado no § 2º, do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010, os projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio devem ser obrigatoriamente aprovados pelos órgãos colegiados acadêmicos competentes da instituição apoiada, segundo as mesmas regras e critérios aplicáveis aos projetos institucionais da instituição.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei é o órgão superior de coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com funções normativa, deliberativa e consultiva no campo didático,



científico, cultural, artístico e de interação com a sociedade, de acordo com o art. 14 do Estatuto da UFSJ.

Dos oito projetos analisados com a participação da Fauf, verificou-se que, em dois, os projetos intitulados “27º Inverno Cultural da UFSJ” e “Apoio Institucional ao 37º Festival de Música de Prados” não foram submetidos à aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei – Conep, órgão colegiado acadêmico da UFSJ, em desacordo com o Normativo citado e com o parágrafo único e o *caput* do art. 13 da Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011, o qual dispõe:

“Art. 13. Os projetos desenvolvidos em parceria com a fundação de apoio devem ser previamente aprovados pelos órgãos colegiados acadêmicos competentes da UFSJ, segundo as mesmas regras e critérios aplicáveis aos projetos institucionais da instituição.”

Parágrafo único. A classificação quanto à natureza acadêmica do projeto é de responsabilidade do coordenador, que, após aprovado pelo órgão colegiado institucional competente, deve ser homologado pela Pró-Reitoria competente.”

Causa

Falhas nos controles internos administrativos da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – Pplan quanto à verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos em normativos para adequada formalização dos processos administrativos.

Pró-Reitor de Planejamento e de Desenvolvimento – não exerceu adequadamente o controle de gestão dos instrumentos contratuais firmados e mantidos entre UFSJ e Fauf e demais ICTs, bem como a Finep, o CNPq e as Agências Oficiais de Fomento, nos termos da Lei nº 8.958, de 20/12/1994. Salienta-se que cabe à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Administração – Pplan o controle finalístico e de gestão na execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com as fundações de apoio, envolvendo a aplicação de recursos públicos, conforme estabelecido no art. 40 da Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 003/2016/UFSJ/REITORIA, de 11/01/2016, a Reitora da UFSJ prestou os esclarecimentos descritos a seguir:

- quanto ao Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ”:

“O projeto 27º Inverno Cultural da UFSJ é um dos maiores Festivais de Artes Integradas de Minas Gerais, voltado para toda a comunidade. É um projeto que tem origem na própria Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, sendo um projeto já consolidado na instituição, sendo aprovado pela Lei de Incentivo a Cultura estadual e federal.

O projeto não tramitou no Conselho de Pesquisa, ensino e extensão por ser um projeto já incorporado às atividades institucionais.”

- quanto ao do Projeto “Apoio Institucional ao 37º Festival de Música de Prados”:



“Admitimos que não consta nos autos o documento de comprovação relativo ao projeto intitulado “Apoio Institucional ao 37º Festival de Música de Prados”, embora tenha sido aprovado ad referendum. Solicitamos desta forma dilação de prazo para juntada do referendo da assembleia departamental e aprovação do CONEP.

A dilação do prazo é necessária tendo em vista a impossibilidade de quorum neste período, em razão das férias acadêmicas. Segue em anexo comprovação de ordem de serviço.”

Análise do Controle Interno

Em que pese o Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ” ter sido aprovado pela Lei de Incentivo a Cultura, bem como a emissão da Ordem de Serviço nº 003, de 11/01/2016, pela Reitora da UFSJ, para convocação de assembleia departamental para aprovação *ad referendum* Projeto “Apoio Institucional ao 37º Festival de Música de Prados”; todos os projetos desenvolvidos em parceria com as fundações de apoio devem ser previamente aprovados pelos órgãos colegiados acadêmicos competentes da Universidade, conforme preceituado no § 2º, do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010, e no art. 13, da Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011.

Recomendações:

Recomendação 1: Submeter à aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei os projetos desenvolvidos com a participação de fundações de apoio, de acordo com o § 2º, do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010.

1.1.1.8 CONSTATAÇÃO

Falta de detalhamento do Projeto "27º Inverno Cultural da UFSJ."

Fato

Verificou-se no Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ” a ausência de definição clara, precisa e bem detalhada do objeto, inclusive dos quantitativos a serem contratados no plano de trabalho e de aplicação dos recursos (exemplificado nos Quadros 1 e 2 abaixo), do cronograma de execução, dos resultados esperados, das metas e dos indicadores, bem como de informação dos participantes vinculados à instituição apoiada e autorizados a participar do projeto, identificados por seus registros funcionais, na hipótese de docentes ou servidores técnico-administrativos, no Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ”, estando, portanto, em desacordo com disposto nos incisos I e II, § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010:

“Art. 6º (...)

§ 1º Os projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio devem ser baseados em plano de trabalho, no qual sejam precisamente definidos:

I - objeto, projeto básico, prazo de execução limitado no tempo, bem como os resultados esperados, metas e respectivos indicadores;

(...)

III - os participantes vinculados à instituição apoiada e autorizados a participar do projeto, na forma das normas próprias da referida instituição, identificados por seus registros funcionais, na hipótese de docentes ou servidores técnico-administrativos, observadas as disposições deste artigo, sendo informados os valores das bolsas a serem concedidas;”.

Os quadros a seguir demonstram, respectivamente, como foram definidos o objeto e as despesas referentes ao Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ”:

Quadro 1 – Objeto do Projeto sem identificar as ações necessárias para a consecução do Projeto, tais como: local, shows, dia, etc.

“O presente projeto tem por objetivo o planejamento e a execução de ações que permitam o desenvolvimento do Projeto de Extensão intitulado 27º Inverno Cultural.

Para alcançar o objetivo proposto, a fundação de Apoio deverá, de acordo com a Lei nº 8.666/93, em consonância com o Decreto 8241/2014, contratar serviços, seja de pessoa jurídica ou física, bem como fazer aquisições necessárias a execução do citado projeto.”

Fonte: Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ”.

Quadro 2 – Exemplos de despesas constantes no Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros do Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ” sem estarem devidamente quantificadas e detalhadas para serem executadas pela Fauf.

Despesas	Valores – R\$
Pessoa Jurídica	
Camarins para a cidade de Divinópolis	10.000,00
Camarins para a cidade de São João del-Rei	20.000,00
Som e luz para São João del-Rei e Barroso	120.000,00
Imprensa	25.000,00
Banheiros Químicos – São João del-Rei	15.000,00
Serviços gráficos	25.000,00
Aluguel de espaço físico	10.000,00
Locação de palco	30.000,00
Produção	30.000,00
Material de Consumo	
Infraestrutura, oficinas, limpeza, dentre outros.	20.000,00
Pessoa Física	
Serviços de limpeza, carregadores, suporte técnico teatro municipal, eletricista, marcenaria/carpintaria, dentre outros.	20.000,00

Fonte: Projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ”.

Ressalta-se que para a execução deste Projeto no valor de R\$ 785.150,00, foi contratada a Fauf, por meio do Contrato nº 240/2014, de 04/07/2014, para executar o seguinte objeto:

*“O presente instrumento tem como objeto a transferência, pela **CONTRATANTE**, de recursos financeiros à **CONTRATADA**, para subsidiar a Gestão Administrativa e Financeira referente aos Projetos do 27º Inverno Cultural da UFSJ.”*

Ou seja, executar as despesas constantes no Quadro 2 – Plano de Aplicação dos Recursos citado acima.

Causa

Falhas nos controles internos administrativos da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - Pplan quanto à verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos em normativos para adequada formalização dos projetos.



Pró-Reitor de Planejamento e de Desenvolvimento – não exerceu adequadamente o controle de gestão dos instrumentos contratuais firmados e mantidos entre UFSJ e Fauf. Salienta-se que cabe à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Administração – Pplan o controle finalístico e de gestão na execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com as fundações de apoio, envolvendo a aplicação de recursos públicos, conforme estabelecido no art. 40 da Resolução Condi nº 20, de 22/12//2011.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 003/2016/UFSJ/REITORIA, de 11/01/2016, a Reitora da UFSJ prestou os esclarecimentos descritos a seguir:

“O Projeto Inverno Cultural é comprovadamente reconhecido como o maior Projeto de Extensão da UFSJ. Conforme pode ser observado no último parágrafo constantes às fls. 05 dos autos alusivos ao 27º Inverno Cultural da UFSJ, o mesmo foi classificado como extensão, sendo o projeto realizado tradicionalmente durante o mês de julho.

Desta forma, a execução das despesas previstas no Plano de Trabalho somente foram efetuadas durante a vigência do respectivo instrumento jurídico.

Quanto às metas, quantitativos, indicadores e resultados esperados, embora as mesmas não estejam previstas nos autos, elas foram comprovadas no Relatório de Execução feito pelo Coordenador do Projeto e Pró-reitor de Extensão, professor Paulo Henrique Caetano, e já enviado à CGU, conforme solicitado anteriormente.

Embora não esteja especificado no Projeto, os servidores da Pró-reitoria de Extensão, juntamente com os coordenadores de área e os dirigentes da FAUF, compõem a equipe que executou o Projeto.

Anexo, seguem os nomes dos mesmos, com as respectivas identificações funcionais, ressaltando que nenhuma bolsa foi concedida a estes.”

Análise do Controle Interno

Em que pesem os esclarecimentos prestados pelo gestor, todos os projetos desenvolvidos com a participação de fundação de apoio devem conter o prazo de execução delimitado no tempo, os resultados esperados, as metas, os indicadores, o cronograma de execução, planilha detalhada contendo receita e despesas, além dos participantes vinculados à instituição apoiada e autorizadas a participar do projeto, identificados por seu registro funcional, conforme preceituado nos incisos I e II, § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010.

Recomendações:

Recomendação 1: Orientar formalmente o corpo acadêmico da UFSJ quanto aos aspectos técnicos exigidos para a elaboração de projeto desenvolvido em parceria com as fundações de apoio, em especial parâmetros objetivos, claros, precisos, detalhados e quantificáveis, conforme estabelecido nos § 1º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010.

Recomendação 2: Contratar fundações de apoio somente quando os projetos atenderem os preceitos estabelecidos nos § 1º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 6º, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010.



1.1.1.9 CONSTATAÇÃO

Falta de registro centralizado e de publicidade dos projetos desenvolvidos pela UFSJ em parceria com a Fauf.

Fato

Na Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ não há um banco de dados (armazenamento de dados para uma base centralizada, seja um sistema, seja uma área da estrutura organizacional) que reúna as informações, permitindo consulta detalhada, acerca de cada projeto em andamento desenvolvido em conjunto com a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - Fauf, tais como: fundamentação normativa; sistemática de elaboração e de aprovação; dados dos projetos em curso, bem como dos valores das remunerações pagas a seus beneficiários; acompanhamento de metas e avaliação; planos de trabalho; dados relativos à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores. Tampouco há publicidade desses dados no boletim interno e na internet pela UFSJ, neste último meio, por intermédio do [link \(www.ufsj.edu.br/ppplan/setor_contratos_e_convênios.php\)](http://www.ufsj.edu.br/ppplan/setor_contratos_e_convênios.php), excetua-se a divulgação da sistemática de aprovação de projetos (procedimentos para celebração de contratos e convênios acerca de contratos de prestação de serviço relacionado com a resolução de problemas que envolvam tecnologia, de convênio de cooperação técnico-científica e de convênio de estágio) e da fundamentação normativa (Resolução Conselho Universitário - Consu nº 58, de 27/11/2006, regulamenta a celebração de contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou de qualquer outro termo de natureza administrativa e acadêmica; Resolução do Conselho Diretor - Condi nº 20, de 22/12/2011, dispõe sobre o relacionamento entre a Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ e fundações de apoio; Resolução do Consu nº 10, de 25/02/2013, fixa critérios de gestão da propriedade intelectual, cria o Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de São João del - Rei, estabelece suas competências e dá outras providências; e Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conep nº 10, de 29/04/2015, regulamenta as condições de afastamento de docentes integrantes da carreira de Magistério Superior da UFSJ e dá outras providências).

Estes fatos estão em desacordo com o §2º, do art. 12, do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010, que dispõe:

“Art. 12

(...)

§ 1º Na execução do controle finalístico e de gestão de que trata o caput, o órgão colegiado superior da instituição apoiada deverá:

(...)

V - tornar públicas as informações sobre sua relação com a fundação de apoio, explicitando suas regras e condições, bem como a sistemática de aprovação de projetos, além dos dados sobre os projetos em andamento, tais como valores das remunerações pagas e seus beneficiários.

§ 2º Os dados relativos aos projetos, incluindo sua fundamentação normativa, sistemática de elaboração, acompanhamento de metas e avaliação, planos de trabalho e dados relativos à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores, além das informações previstas no inciso V, devem ser objeto de registro



centralizado e de ampla publicidade pela instituição apoiada, tanto por seu boletim interno quanto pela internet.”

Causa

Falhas nos controles internos administrativos da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - Pplan relativos aos procedimentos de cumprimento dos requisitos específicos de transparência, publicidade dos atos públicos, relativos aos projetos em andamento firmados em parceria com as fundações de apoio, bem como fragilidade no controle finalístico e de gestão da execução de contratos, convênios, dentre outros; firmados com a Fauf, nos termos da Lei nº 8.958, de 20/12/1994, pela UFSJ.

Pró-Reitor de Planejamento e de Desenvolvimento – não exerceu adequadamente o controle finalístico e de gestão, tampouco cumpriu os requisitos de publicidade estabelecidos pela Lei de Acesso a Informação e pelo §2º, do art. 12 do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010. Salienta-se que cabe à Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Administração – Pplan o controle finalístico e de gestão na execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com as fundações de apoio, envolvendo a aplicação de recursos públicos, conforme estabelecido no art. 40 da Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 237/2015/UFSJ/REITORIA, de 26/11/2015, a Reitora da UFSJ prestou os esclarecimentos descritos a seguir:

- quanto ao registro centralizado referente a todos os dados relativos aos projetos em andamento desenvolvidos em conjunto com as fundações de apoio:

“Os dados relativos a estes acompanhamentos não são objeto de registro centralizado na UFSJ, uma vez que não há um banco de dados que concentre essas informações. Esclarecemos que toda a documentação de um projeto compõe um processo administrativo. Nesse processo, a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento verifica toda a composição da documentação, inclusive do plano de trabalho, para posterior emissão do termo jurídico.

Justificamos a ausência do registro centralizado devido ao crescimento exponencial pelo que a UFSJ passou nos últimos anos, com a abertura de novos campi fora de sede, novos cursos e vagas, o que acarretou um aumento no número de contratação de docentes, gerando um sensível aumento no número de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sem, no entanto, o corpo técnico administrativo ter crescido na mesma proporção para o acompanhamento dessas demandas.”

- quanto à publicidade dos dados relativos aos projetos em andamento desenvolvidos em conjunto com as fundações de apoio:

“Os dados relativos aos projetos não são disponibilizados em boletins internos, mas no link www.ufsj.edu.br/pplan/setor_contratos_e_convênios.php.

No link, citado acima, encontram-se as Resoluções dos Conselhos Universitário, Diretor e Acadêmico da UFSJ, tais como:



Resolução nº 58/2006 CONSU - Regulamenta a celebração de contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou de qualquer outro termo de natureza administrativa e acadêmica.

Resolução nº 20/2011 CONDI - Dispõe sobre o relacionamento entre a Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ e fundações de apoio.

Resolução nº 10/2013 CONSU - Fixa critérios de gestão da propriedade intelectual, cria o Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de São João del-Rei, estabelece suas competências e dá outras providências.

Resolução nº 10/2015 CONEP - Regulamenta as condições de afastamento de docentes integrantes da carreira de Magistério Superior da UFSJ e dá outras providências.

A sistemática de elaboração dos projetos encontra-se no art. 3º e seus parágrafos da Resolução CONSU nº 058, de 27/11/2006 que compõe do link www.ufsj.edu.br/pplan/setor_contratos_e_convênios.php.

A UFSJ não publica os planos de trabalho dos projetos em andamento. No entanto, a FAUF, utilizando a página da Universidade na internet, faz a divulgação dos contratos /convênios por meio do link: http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/rel_projetos1.php, que é acompanhado pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

A UFSJ não publica os planos de trabalho dos projetos em andamento. No entanto, a FAUF, utilizando a página da Universidade na internet, faz a divulgação dos contratos /convênios por meio do link: http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/rel_projetos1.php, que é acompanhado pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

A UFSJ não divulga as informações relativas às bolsas. As informações relativas à seleção para concessão de bolsas são objeto da coordenação dos respectivos projetos.

A UFSJ não publica os dados dos valores das remunerações pagas e beneficiários dos projetos em andamento. No entanto, a FAUF, utilizando a página da Universidade na internet, faz a divulgação dos pagamentos às pessoas físicas e jurídicas por meio do link: http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/rel_pgto_pf2.php, que é acompanhado pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.”

- quanto ao acompanhamento das metas e avaliação:

“A UFSJ não faz o acompanhamento formal de metas e avaliação dos projetos. No entanto, são promovidas reuniões entre a UFSJ e a FAUF visando discussões sobre a avaliação e a execução técnica dos projetos pela Fundação de Apoio.”

Nas considerações finais deste Ofício o gestor ressaltou que:

“(…) a gestão 2012/2016, da atual Reitoria, vem envidando esforços na reestruturação dos procedimentos acadêmicos e administrativos da universidade conforme comprovado no Plano de Gestão 2012/2016, anexo em formato eletrônico.

Os 9 (nove) objetivos estratégicos deste Plano foram definidos e compostos por Resultados Globais e discriminadas as ações.

Um desses objetivos consiste em:

Objetivo Estratégico 3 – Adequar processos e procedimentos acadêmicos e administrativos, consolidando a expansão e a estrutura multicampi.

(...)

Ademais, nesse mesmo objetivo estratégico 3, há definido no Resultado Global 3.4 – Ter 100% de aprovação das contas pelos órgãos fiscalizadores (Receita e Prefeitura) de controle (AGU, CGU e TCU). Para se atingir esse resultado, definiu-se por meio da ação 3.4.1-Implantar o SIPAC e SIGRH da UFRN e ação 3.4.2- Implantar demais módulos do SIG UFRN a partir da experiência do SIPAC.

O SIPAC e o SIGRH são um conjunto de Sistemas integrados de informação, com tecnologia incorporada através de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que tem como implantação o período 2014-2018.

O módulo “Protocolo” do SIG/SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, implantado em janeiro de 2014, possibilita os fluxos de documentos e processos, bem como a correspondência interna eletrônica (memorando e memorando circular). E o SIGRH compreende a área de Recursos Humanos.

A partir da experiência do módulo SIPAC, em meados de novembro/2015 iniciou-se o estudo do módulo de Projetos e Convênios, conforme documento em anexo. Estamos em fase de análise e coleta de informações, o qual provavelmente esse módulo servirá como um registro centralizado das informações referentes aos projetos e convênios, uma vez que ainda não o temos.

(...) a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas iniciou, em 2014, um processo de dimensionamento de pessoal para garantir que os novos concursos e contratações sejam realizados nas áreas consideradas prioritárias como foi definido no objetivo estratégico 2 do Plano de Gestão.

Objetivo Estratégico 2 - Reorganizar e ampliar a infraestrutura física e administrativa. Resultado Global 2.3 - Todos os setores dotados de pessoal suficiente e adequados às necessidades institucionais.

Ação: 2.3.1-Realizar dimensionamento de pessoal técnico-administrativo.

Esse estudo compreende o dimensionamento do trabalho nos diferentes setores e divisões a fim de detectar os pontos de estrangulamento e os setores mais prejudicados, seja pela importância de sua atividade, seja pela complexidade das tarefas realizadas ou pelo número reduzido de seus servidores. Concluído esse trabalho, esperamos otimizar as atividades desenvolvidas na Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento principalmente em relação às rotinas e sistemática de gestão aos convênios/contratos e projetos desenvolvidos em parceria com a FAUF.”

Análise do Controle Interno

Em que pesem as considerações do gestor acerca da implantação do novo sistema para centralizar as informações acerca dos projetos em andamento, acompanhamento das metas e avaliação, dados relativos à seleção para concessão de bolsas, dentre outros; previsto no plano de gestão da UFSJ, referente ao período 2012/2016; a regulamentação sobre este assunto já abarcava o início da implantação de registros centralizados a partir do ano de 2011, por meio do §2º, do art. 12, do Decreto 7.423, de 31/12/2010. Quanto à publicidade dos atos do poder público e das atividades viabilizadas por recursos públicos, requisito este específico de transparência, tal assunto já estava previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual elenca a publicidade como um



dos princípios da administração pública, bem como inciso XXXIII, do art. 5º da respectiva Carta Magna que dispõe que “*todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado*”, regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei nº 12.527, de 18/11/2011. A LAI estabelece a publicidade como preceito geral, o sigilo como exceção, e o acesso à informação como “direito fundamental”.

“Art. 3º- Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.”

Recomendações:

Recomendação 1: Divulgar dados e informações, bem como centralizar os registros, sobre o relacionamento da UFSJ com fundações de apoio, incluindo obrigatoriamente os dispositivos legais e regulamentadores internos e externos; a sistemática de elaboração e aprovação de projetos; a relação de projetos desenvolvidos e em andamento com objetos, metas e indicadores; as regras aplicáveis às bolsas com a divulgação de beneficiários e valores recebidos; montantes financeiros gerenciados em parceria; endereços de portais e sítios das fundações de apoio e outras informações julgadas relevantes, em atendimento ao disposto no §2º do art. 11 do Decreto nº 7.423, de 31/12/2010.

1.1.1.10 CONSTATAÇÃO

Fragilidades no monitoramento sistemático da UFSJ quanto à publicação de dados na rede mundial de computadores pela Fauf, referentes ao art. 4º A da Lei nº. 8.958/1994.

Fato

A Universidade Federal de São João del-Rei -UFSJ não adota procedimentos formais e sistemáticos para monitorar se a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei- Fauf divulga na rede mundial de computadores – *internet* as informações requeridas no art. 4º A ,da Lei nº. 8.958, de 20/12/1994, a qual estabelece que:

“Art. 4º-A. Serão divulgados, na íntegra, em sítio mantido pela fundação de apoio na rede mundial de computadores - internet:

- os instrumentos contratuais de que trata esta Lei, firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais ICTs, bem como com a FINEP, o CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento;

II - os relatórios semestrais de execução dos contratos de que trata o inciso I, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária;

III - a relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza em decorrência dos contratos de que trata o inciso I;

IV - a relação dos pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência dos contratos de que trata o inciso I; e

V - as prestações de contas dos instrumentos contratuais de que trata esta Lei, firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais ICTs, bem como com a FINEP, o CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento.”

Apesar da carência desse monitoramento sistemático e tempestivo da UFJS sobre a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei, a Fauf utilizando a página do sítio eletrônico da UFSJ, (<http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/>), publica, especificadamente, no portal da transparência, os documentos relacionados com a execução do projeto em parceria com entidade pública, tais como: instrumento jurídico de origem do projeto (contrato, convênio, termo de outorga, dentre outros), pagamentos realizados por projeto (material de consumo, passagens, pessoa física, pessoa jurídica, diárias, dentre outros), prestação de contas dos projetos encerrados, além de poderem ser acessadas as informações inerentes aos procedimentos licitatórios (editais, atas de habilitação e julgamento, atos homologatórios e adjudicatórios, dentre outros) e às dispensas/inexigibilidades de licitação. O portal da transparência permite a consulta pública aos seguintes itens: projetos gerenciados pela fundação, pagamentos por pessoa física, pagamentos por pessoa jurídica, pagamentos por projeto, licitação, prestação de contas – relatório anual de gestão da Fauf, demonstrações contábeis do exercício a partir de 2008, inexigibilidade e dispensa de licitação a partir de 2011.

Apesar de a Fauf publicar as informações citadas acima na internet, (<http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/>), carece ainda a divulgação na rede mundial de computadores dos relatórios semestrais de execução contratual e dos pagamentos efetuados aos servidores públicos em decorrência dos contratos firmados com base na Lei nº 8.958, de 20/12/1994; estando, portanto, em desacordo com o disposto no art. 4º A deste Normativo.

Causa

Falhas nos controles internos administrativos da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - Pplan quanto ao monitoramento sistemático da publicação pela Fauf na internet dos instrumentos contratuais firmados e mantidos com as Ifes e demais ICTs, bem como a Finep, o CNPq e as Agências Oficiais de Fomento, nos termos da Lei nº 8.958, de 20/12/1994.

Pró-Reitor de Planejamento e de Desenvolvimento – não exerceu adequadamente o controle de gestão dos instrumentos contratuais firmados e mantidos entre UFSJ e Fauf e demais ICTs, bem como a Finep, o CNPq e as Agências Oficiais de Fomento, nos termos da Lei nº 8.958, de 20/12/1994. Salienta-se que cabe à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Administração – Pplan o controle finalístico e de



gestão na execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com as fundações de apoio, envolvendo a aplicação de recursos públicos, conforme estabelecido o no art. 40 da Resolução Condi nº 20, de 22/12//2011.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 237/2015/UFSJ/REITORIA, de 26/11/2015, a Reitora da UFSJ prestou os esclarecimentos descritos a seguir:

- quanto à publicação pela Fauf dos instrumentos contratuais firmados e mantidos com as Ifes e demais ICTs, bem como a Finep, o CNPq e as Agências Oficiais de Fomento na internet:

“A UFSJ não adota procedimentos formais para verificar se a FAUF divulga em seu site informações sobre os instrumentos contratuais. O procedimento adotado é a consulta ao Portal de Transparências da FAUF para checar tais divulgações.”

- quanto à publicação pela Fauf de relatórios semestrais de execução dos contratos mantidos com as Ifes e demais ICTs, bem como a Finep, o CNPq e as Agências Oficiais de Fomento na internet:

“A FAUF não divulga os relatórios semestrais e não há uma rotina por parte da UFSJ em cobrá-la. No entanto, a Universidade passará a dotar essa rotina e as demais julgadas necessárias.”

- quanto à publicação pela Fauf da relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza, bem como a pessoas físicas e jurídicas, em decorrência dos contratos/convênios mantidos com as Ifes e demais ICTs, bem como a Finep, o CNPq e as Agências Oficiais de Fomento na internet:

“Não adotamos procedimentos formais para verificar se a FAUF divulga em seu site informações relativas à relação dos pagamentos efetuados. O procedimento adotado na UFSJ é a consulta ao Portal de Transparências da FAUF para checar tais divulgações. Não há, no entanto, a divulgação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza. Solicitaremos à FAUF esse procedimento.”

- quanto à publicação das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados e mantidos com as Ifes e demais ICTs, bem como a Finep, o CNPq e as Agências Oficiais de Fomento na internet:

“A FAUF divulga no portal da transparência as informações relativas às prestações de contas referentes aos contratos/convênios/projetos. No entanto, não há uma rotina por parte da UFSJ solicitando à FAUF tal procedimento.”

Após o encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria nº 201505626, por meio do Ofício nº 7706/2016/CGU-MG/CGU-PR, de 07/03/2016, o qual fornecia conhecimento prévio das questões essenciais observadas nesse documento, o gestor prestou o seguinte esclarecimento adicional, por meio do Ofício nº 052/2016/UFSJ/REITORIA, de 14/03/2016:

“A Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei – FAUF – já publica na internet, em tempo real, a execução dos contratos/convênios firmados com a UFSJ, bem como os pagamentos efetuados aos servidores públicos em decorrência dos instrumentos jurídicos firmados com base na Lei nº 8.958/94.

Para tal, basta fazer a respectiva consulta ao Portal de Transparência da FAUF, constante no endereço: <http://sig-fauf.ufsj.edu.br/transparencia/> e acessar os links correspondentes, quais sejam: pagamentos por projeto (no caso da execução dos contratos/convênios) e pagamentos por pessoa física (no caso dos pagamentos efetuados aos servidores públicos).

Porém, nada obsta da Fundação criar link's específicos de forma a contemplar a recomendação ora apontada pela CGU”.

Análise do Controle Interno

O gestor informou que solicitará à fundação de apoio uma adequação entre a interface do sistema de gerenciamento interno da Fauf (Sistema Gerencial de Informações – SIG de acesso restrito), e o portal da transparência de acesso público para que seja disponibilizado na rede mundial de computadores as informações constantes no inciso II e III, do art. 4º A, da Lei nº 8.958, de 20/12/1994.

Ressalta-se que o gestor destacou não haver dificuldades em viabilizar a criação de *links* específicos para o acesso à informação acerca dos relatórios semestrais de execução contratual e dos pagamentos efetuados aos servidores públicos, em decorrência dos contratos firmados com base na Lei nº 8.958, de 20/12/1994.

Recomendações:

Recomendação 1: Solicitar que a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei- Fauf publique na internet os relatórios semestrais de execução contratual e os pagamentos efetuados aos servidores públicos em decorrência dos contratos firmados com base na Lei nº 8.958, de 20/12/1994; conforme o disposto no art. 4º A deste Normativo.

1.1.1.11 CONSTATAÇÃO

Falta de rotinas sistematizadas na Universidade para análise das prestações de contas dos projetos desenvolvidos em parceria com a Fauf.

Fato

Conforme previsto no normativo interno da UFSJ, que dispõe sobre o relacionamento da UFSJ com as fundações de apoio (Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011, sobretudo o capítulo II – Prestação de Contas), para os projetos cujos recursos não são provenientes de órgãos financiadores, a prestação de contas apresentada pela Fauf à UFSJ deve conter, juntamente com um relatório circunstanciado da arrecadação das receitas e comprovantes de recolhimento à conta única do Tesouro Nacional, um relatório técnico emitido pelo coordenador do projeto. Entretanto, esses documentos não são disponibilizados simultaneamente à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, conforme verificado em dois projetos analisados “27 Inverno Cultural da UFSJ” e “Apoio Institucional ao 37º Festival de Música de Prados”; portanto, em desacordo com o § 2º, do art. 44, da Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011.

A Fauf encaminha à UFSJ formulários de prestação de contas contendo Relatório de Execução da Receita e Despesa e Relação de Pagamentos, comprovantes bancários, extrato bancário, recibos e comprovantes de pagamentos, notas fiscais, cópia das atas de



licitação e Guia de Recolhimento da União – GRU demonstrando a devolução de eventual saldo, se for o caso.

No caso citado, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, por intermédio do Coordenador do Projeto, encaminha à Pro-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento o relatório técnico.

Ressalta-se, ademais, que não há previsão no normativo interno da UFSJ (que dispõe sobre o relacionamento com as fundações de apoio) acerca do prazo para análise das prestações de contas apresentadas pela Fauf. A UFSJ segue o prazo estabelecido no art. 60 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29/05/2008, que, dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, citado a seguir:

“Art. 60. A autoridade competente do concedente ou contratante terá o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro e expedidos pelas áreas competentes.”

Tampouco, existe a previsão do prazo para a contratada prestar contas dos recursos geridos no normativo interno. O Prazo para prestar contas dos recursos geridos está estabelecido no modelo de contrato e de convênio adotado nas contratações da Fauf, na cláusula das obrigações das partes:

“prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término de vigência do contrato com os demonstrativos de receitas e despesas, cópias de documentos fiscais, relação de pagamentos discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias das guias de recolhimentos e atas de licitação, conforme previsto no § 2º, art. 11 do Decreto nº 7.423/10.”

Causa

Falhas nos controles internos administrativos da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento - Pplan no tocante à verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos em normativos para um adequado estabelecimento de rotinas quanto à prestação de contas dos projetos desenvolvidos em parceria com fundações de apoio.

Reitora – Não supervisionou adequadamente as atividades da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – Pplan. Salienta-se que cabe à Reitora dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Universidade, bem como firmar contratos, convênios e ajustes com pessoas ou instituições públicas ou privadas, conforme disposto, respectivamente, nos incisos III e IX, do art. 24, do Estatuto da UFSJ.

Pró-reitor de Planejamento e de Desenvolvimento – não exerceu adequadamente o controle de gestão dos instrumentos contratuais firmados e mantidos entre UFSJ e Fauf. Salienta-se que cabe à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Administração – Pplan o controle finalístico e de gestão na execução dos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com as fundações de apoio, envolvendo a aplicação de recursos públicos, conforme estabelecido no art. 40 da Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011.

Manifestação da Unidade Examinada



Por meio do Ofício nº 245/2015/UFSJ/REITORIA, de 18/12/2015, a Reitora da UFSJ prestou os esclarecimentos descritos a seguir:

“Quanto aos demais projetos, onde a UFSJ figura como participe na qualidade de Entidade Financiadora, foram solicitados e apresentados pelos coordenadores os respectivos Relatórios dos projetos cuja vigência já se expirou (itens 5 e 6), cópia anexo.”

O coordenador do projeto “27º Inverno Cultural da UFSJ” informou que:

“Mesmo conhecendo o teor da Resolução do Conselho Diretor da UFSJ, de número 20, de 22 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o relacionamento entre a Universidade federal de São João del-Rei e fundações de apoio, a qual, em seu artigo 44, parágrafo 2º, que versa sobre prestação de contas, que consistiria de ‘um relatório técnico a ser emitido pelo coordenador do projeto e um relatório circunstanciado da arrecadação das receitas e comprovantes de recolhimento à conta única do Tesouro Nacional’, reconhecemos, por meio deste, que o relatório técnico a ser emitido pelo coordenador não foi produzido a contento quando do encerramento das atividades. Por um erro de procedimentos não encaminhamos o Relatório Técnico dos projetos 27º Inverno cultural no prazo estabelecido na Resolução nº 20/2011.

Assim sendo, à guisa de corrigirmos um curso equivocado de nossos fluxos administrativos, reconhecemos o nosso erro procedimental, enviando os documentos relativos à prestação de contas, com nossas sinceras escusas, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.”

Análise do Controle Interno

Os itens 5 e 6 relatados pelo gestor se referem à apresentação pelo gestor dos Relatórios Técnicos emitidos pelo Coordenador dos Projetos “27 Inverno Cultural da UFSJ” e “Apoio Institucional ao 37º Festival de Música de Prados”. Em que pese os esclarecimentos prestados pelo gestor, a rotina administrativa para o envio dos documentos referentes à prestação de contas deve ser a que foi normatizada internamente pela UFSJ por meio do capítulo II – Prestação de Contas, da Resolução Condi nº 20, de 22/12/2011. Em relação ao regramento estabelecido pela UFSJ, este se apresenta passível de aperfeiçoamento, com a inserção de itens específicos na prestação de contas acerca do período para o envio da documentação pela fundação de apoio (relatório circunstanciado da arrecadação das receitas e comprovantes de recolhimento à conta única do Tesouro Nacional, um relatório técnico emitido pelo coordenador do projeto) e quanto ao tempo para análise desta pela UFSJ.

Recomendações:

Recomendação 1: Estruturar rotinas para que o envio dos documentos da prestação de contas pela Fauf contemple o relatório técnico emitido pelo coordenador do projeto, de acordo com o § 2º, do art. 44, da Resolução CONDI nº 20, de 22/12/2011.

Recomendação 2: Avaliar a conveniência e a oportunidade da UFSJ inserir no normativo interno que dispõe sobre o relacionamento da Universidade com fundações de apoio, item sobre o período para o envio da documentação da prestação de contas pela fundação de apoio (relatório circunstanciado da arrecadação das receitas e comprovantes de recolhimento à conta única do Tesouro Nacional, um relatório técnico emitido pelo coordenador do projeto) e quanto ao tempo para análise desta pela UFSJ.



ANEXO II – Relatório de Auditoria nº 201601491

Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão



Unidade Auditada: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Exercício: 2015

Processo: 00210.002412/2015-01

Município: São João del-Rei - MG

Relatório nº: 201505631

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/MG,

Por meio deste relatório, apresentam-se os resultados do trabalho de Acompanhamento da Gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes na UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - MG realizado de acordo com os preceitos contidos na Ordem de Serviço n.º 201505631 e em atendimento ao inciso II do art. 74, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o qual cabe ao Sistema de Controle Interno: “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal”.

1. Introdução

O presente trabalho foi realizado na sede da UFSJ, em São João del-Rei - MG, com o objetivo de avaliar a gestão da unidade. Para tanto, foi selecionado o macroprocesso relacionado à execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. O macroprocesso foi selecionado por estar estreitamente relacionado à finalidade da Instituição: a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociável entre si e integrados na educação do cidadão, na formação científica e técnico-profissional, na difusão da cultura e na produção filosófica, artística, científica e tecnológica.

Para este trabalho de avaliação, buscou identificar-se em que medida o macroprocesso está contribuindo para o cumprimento da missão institucional da Instituição. O Pnaes tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e tem como público-alvo estudantes carentes. O Pnaes tem



como objetivo contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, o que vai ao encontro da finalidade da UFSJ.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 23/11/2015 a 27/11/2015, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Após o término da fase de apuração dos resultados, foi encaminhado ao gestor, mediante o Ofício nº 6766/2016/CGUMG/CGU-PR, de 17/02/2016, o Relatório Preliminar, dando conhecimento prévio das questões essenciais observadas. Em resposta, o gestor, mediante o Ofício nº 044/2016/UFSJ/REITORIA, de 01/03/2016, informou concordar com o teor do referido relatório e não haver necessidade de realização de Reunião de Busca Conjunta de Soluções.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos

Apresenta-se, a seguir, o resultado dos trabalhos decorrente da realização dos procedimentos de auditoria, em que se objetivou responder às seguintes questões, referentes à avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil:

2.1 Os mecanismos de controles internos administrativos nas fases de planejamento, execução, controle e avaliação, no âmbito do setor responsável pela gestão do Pnaes, estão adequados?

Os mecanismos de controles internos administrativos implantados nas fases de planejamento e execução não foram considerados adequados. A ausência de um sistema informatizado para execução, acompanhamento e monitoramento dos programas de assistência dificulta o controle do Pnaes pela Universidade, conforme descrito no item 1.1.1.1 deste Relatório.

2.1.1 O setor responsável pela execução da política pública no âmbito da Ifes está devidamente estruturado, com estabelecimento de normas, de responsabilidades e de qualificação para as atividades inerentes?

A Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis – Proae, setor responsável pela gestão do Pnaes na UFSJ, é composta pela Secretaria Executiva e pela Divisão de Assistência e Ações Afirmativas - Diaaf. A estrutura apresentada pela Proae foi considerada inadequada para a execução do programa, devido à insuficiência de recursos humanos relatada pelo setor, resulta em prejuízos no atendimento aos alunos beneficiários da assistência estudantil. A situação encontra-se detalhada no item 1.1.1.2 do presente Relatório.

2.1.2 Os controles administrativos relativos à seleção de alunos e sobre os pagamentos efetuados no âmbito do Pnaes são eficientes?

Foram encontradas falhas na formalização do processo de seleção de alunos. Foi verificada ausência de autuação de processo administrativo para documentar as etapas das seleções realizadas. Ademais, foi constatado que as documentações referentes aos candidatos aos benefícios não são autuadas em processos administrativos individualizados, sendo mantidas em envelopes identificados com os nomes dos

respectivos alunos, e apresentam-se incompletas, impossibilitando a análise quanto ao atendimento dos critérios de seleção para participação nos programas de assistência estudantil. A análise detalhada encontra-se no item 1.1.1.4 deste Relatório. Por sua vez, os controles administrativos sobre os pagamentos efetuados no âmbito do Pnaes apresentam-se eficazes, porém ineficientes, uma vez que são realizados de forma manual, conforme descrito no item 1.1.1.1 do presente Relatório.

2.2 A escolha das áreas de atuação e aplicação dos recursos do Pnaes está de acordo com as modalidades previstas no Decreto nº 7.234/2010 e foram fundamentadas em estudos e análises relativas à demanda social?

Foi verificado no presente trabalho que as áreas de atuação e aplicação dos recursos destinados às atividades de assistência estudantil da UFSJ estão de acordo com as modalidades previstas no Decreto nº 7.234/2010. Entretanto, não foram apresentados documentos que comprovassem a realização de estudos e análises relativas à demanda do corpo discente da Instituição para fundamentar a escolha das áreas priorizadas, assunto tratado no item 1.1.1.6 deste Relatório.

2.3 A divulgação do programa é eficiente, atingindo o público-alvo da política?

A partir de consultas realizadas no sítio eletrônico da UFSJ, para verificar os instrumentos utilizados na divulgação do programa no exercício de 2015, constatou-se que a referida divulgação é insatisfatória. O acesso às informações sobre os programas de assistência estudantil ofertados é difícil, não havendo um *link* de fácil visualização na página inicial da Universidade. As análises realizadas a respeito da divulgação do programa estão descritas no item 1.1.1.3 deste Relatório.

2.4 Os critérios de seleção estão adequados, atendendo aos princípios estabelecidos no Decreto nº 7.234/2010, em particular quanto ao critério renda?

Os critérios de seleção foram considerados adequados, pois se apresentam em consonância com a finalidade do Pnaes. A análise efetuada encontra-se detalhada no item 1.1.1.8 do presente Relatório.

2.5 A Ifes realiza avaliação quanto ao resultado do programa?

A avaliação dos resultados do Pnaes no âmbito da UFSJ apresenta deficiências, uma vez que não foram fixados metas e indicadores de desempenho capazes de mensurar o alcance dos objetivos propostos para o programa, de acordo com o exposto no item 1.1.1.5 deste Relatório.

2.6 Existem critérios de contrapartida, estabelecidos pela Ifes, para a manutenção do benefício (exemplo: desempenho acadêmico mínimo, frequência mínima)?

A Resolução nº 033, de 22 de setembro de 2014, que instituiu a política dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFSJ, em seu artigo 33, estabelece os deveres dos discentes, como forma de contrapartida de permanência nos programas. O cumprimento desses critérios de contrapartida exigidos para a manutenção dos benefícios por parte dos discentes é monitorado pela Proae. Esse monitoramento é moroso, pois é realizado de forma manual, devido à ausência de sistema informatizado para execução e acompanhamento dos programas de assistência estudantil. Os entraves encontrados no monitoramento do cumprimento dos critérios de contrapartida impactam negativamente o objetivo principal do programa, conforme descrito no item 1.1.1.1 deste Relatório.

3. Conclusão

Os resultados do trabalho na Universidade Federal de São João del-Rei, consubstanciados por meio de testes e pelas informações prestadas pelos gestores, apontaram falhas no Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, tais como falta de utilização de um sistema informatizado adequado para acompanhamento da execução das ações do Pnaes; insuficiência de recursos humanos na Proae; falha na divulgação do programa e de seus editais; ausência de comprovação de definição das áreas de atuação da UFSJ referentes à assistência estudantil a partir de estudos ou análises da demanda do corpo discente; falhas na formalização do processo de seleção de alunos ; bem como deficiências na forma de avaliação sistemática dos resultados do Pnaes.

Nesse contexto, conclui-se que, para que a unidade cumpra adequadamente a sua missão institucional, é necessário:

- Implantar um sistema informatizado para gerenciamento da execução, controle e monitoramento dos programas de assistência estudantil na Universidade;
- Aprimorar a divulgação dos programas de assistência estudantil no sítio eletrônico da Universidade;
- Identificar previamente as necessidades do corpo discente, no que diz respeito à assistência estudantil, objetivando definir as áreas de atuação que devem ser priorizadas e fundamentar a alocação dos recursos disponibilizados;
- Corrigir falhas na formalização dos processos de seleção de beneficiários dos programas assistenciais;
- Realizar de forma periódica estudos e análises que demonstrem as taxas de retenção dos alunos assistidos, propiciando a avaliação dos resultados do programa em um determinado período de tempo e de tal forma obter dados que possibilitem avaliar se os objetivos do programa estão sendo cumpridos.

Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2016.

Nome: KATHARINE GOMES DE ARAUJO

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome: MARIO MARQUES DINIZ

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:



Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais

Ordem de Serviço nº 201505631

1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 Avaliação dos Resultados da Gestão

1.1.1 Avaliação dos Resultados da Gestão

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Falta de utilização de um sistema informatizado adequado para acompanhamento da execução das ações do Pnaes.

Fato

O Ministério da Educação - MEC criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Entretanto não disponibilizou para as Instituições de Ensino um sistema informatizado padronizado para gerenciar todas as etapas do Programa. Assim, cada Instituição de Ensino é obrigada a desenvolver o controle próprio, seja a partir de programas informatizados desenvolvidos para este fim, seja a partir de controle de forma manual.

Cabe ressaltar que o citado Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, prevê:

“Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.”

A Portaria/MEC nº. 2.255, de 25 de agosto de 2003, dispõe que:

“Art. 1, O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, criado pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, é transformado em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº. 9.448, de 14 de março de 1997, alterada pela Lei nº. 10.269, de 29 de agosto de 2001, tem por finalidades:

I - organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;

(...)



IV - desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;

V - subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;”

A legislação citada demonstra que as instituições de ensino são obrigadas a prestar informações a respeito do Pnaes ao Ministério da Educação, e que o Inep tem a prerrogativa de apresentar o diagnóstico para avaliação do Programa.

Não havendo a disponibilização de sistema informatizado pelo MEC, a Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ criou o seu sistema informatizado para que os alunos pudessem realizar a inscrição no Pnaes e prestar informações a respeito de sua situação socioeconômica, que é complementada com a apresentação dos documentos comprobatórios. Entretanto, este sistema ainda não está interligado com o cadastro estudantil da UFSJ, o que dificulta a implementação e o acompanhamento do Programa na entidade, assim como o cruzamento de informações dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que tem também como objetivo o pagamento de bolsas a alunos em vulnerabilidade social.

Cabe ressaltar que não existe uma padronização de como devem ser informados os resultados do Pnaes ao Ministério da Educação.

A UFSJ estabeleceu, no artigo 33 da Resolução nº 033, de 22 de setembro de 2014, critérios de contrapartida exigidos dos discentes para o recebimento dos benefícios. O cumprimento de tais requisitos é monitorado pela Proae, por meio de consultas mensais, realizadas na época do pagamento dos auxílios, ao Sistema de Controle Acadêmico de Graduação - Contac. Tal sistema pertence à Divisão de Controle Acadêmico - Dicon, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, e contém dados dos alunos como notas e aprovações em disciplinas em que estejam matriculados. Referido monitoramento do cumprimento dos critérios de contrapartida é moroso, devido à inexistência de um sistema informatizado específico para o gerenciamento do Pnaes, o que faz com que as consultas sejam realizadas uma a uma, de forma manual, não havendo cruzamento entre os dados contidos no Contac e a relação de alunos beneficiários dos programas de assistência estudantil. Soma-se a isso o fato de o sistema nem sempre se encontrar atualizado em relação às informações necessárias ao controle pela Proae.

Ademais, constatou-se que as rotinas/controles administrativos para pagamentos dos beneficiários, apesar de apresentarem-se adequadamente formalizadas por meio da Resolução nº 033, de 22 de setembro de 2014, são também impactadas pela citada inexistência de um sistema informatizado específico para o gerenciamento do Programa.

Por fim, verificou-se que as rotinas de controles internos que visam mitigar a ocorrência de desvios durante a execução dos programas compreendem: a realização de avaliações do sistema e questionários utilizados para realização das avaliações socioeconômicas, após a execução de cada processo de seleção; o estabelecimento de canais para que os alunos apresentem denúncias/sugestões/reclamações e o devido tratamento dessas informações recebidas; e o recebimento de recursos relativos aos processos seletivos.

Causa



Falta de sistema informatizado único para o acompanhamento dos mecanismos de controles internos administrativos do Pnaes.

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – não implementou um sistema informatizado único para o acompanhamento dos mecanismos de controles internos administrativos do Pnaes, pois é sua prerrogativa, conforme dispõem os incisos III e VII do artigo 32-A, do Regimento Geral da UFSJ, segundo os quais, compete ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis “acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos de assistência estudantil” e “providenciar equipamentos e materiais necessários ao funcionamento da Assistência Estudantil e administrar sua utilização.”

Importante ressaltar que o Ministério da Educação, que é o formulador da política pública de Assistência Estudantil, não disponibilizou para as Instituições de Ensino um sistema informatizado padronizado para gerenciar todas as etapas do Pnaes.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, Tema 01, item 3, questionou-se a respeito da utilização de sistema informatizado para o acompanhamento e monitoramento da execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes.

Em resposta, a Divisão de Assistência e Ações Afirmativas - Diaaf, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, informou o seguinte:

“Utilizamos para a execução dos procedimentos planilhas Excel, elaboradas para este fim, bem o sistema de – Contac - Controle de Acadêmico da PROES/UFSJ.

Estamos juntamente com o Núcleo de Informática e com a Divisão de Controle e Acompanhamento Acadêmico providenciando um sistema interno para este fim, o que irá facilitar e dar mais segurança aos nossos procedimentos.”

No item 8 da referida Solicitação de Auditoria, questionou-se a respeito das rotinas e controles internos visando mitigar a ocorrência de desvios durante a execução do programa.

Em resposta, a Diaaf, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, informou o seguinte:

“Há previsto no edital, prazos estabelecidos para recursos, bem como um link à disposição do aluno no site:

http://www.ufsj.edu.br/proae/reclamacoes_ou_sugestoes.php de como de aluno faz suas denúncias, críticas e sugestões e os Serviços de Ouvidoria da UFSJ.

Caso seja detectado algum desvio após as denúncias/reclamações, a Secretaria Executiva encaminha para o Setor responsável que irá dirimir as situações de desvios baseados na Resolução 033/2014, bem como, se for o caso, consultas à PROJU – Procuradoria Jurídica ou CONSU Conselho Universitário.”

Adicionalmente, em resposta ao item 18 da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, quando indagada a respeito da realização de avaliação dos resultados do Pnaes, a Divisão apresentou a seguinte manifestação:



“Justificamos que após a seleção dos alunos é feita uma avaliação pontual do sistema e avaliamos se os questionários socioeconômicos estão a contento ou se há necessidade de mudanças no sentido de ampliar e/ou melhorar o sistema para melhor atender aos alunos. Em caso positivo encaminhamos, após averiguação pela equipe de Assistentes Sociais, ao setor responsável pela informativa para as possíveis correções.”

A respeito da existência de critérios de contrapartida para a manutenção do benefício por parte dos beneficiários, a Divisão, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, informou o seguinte:

“Como citado anteriormente a Resolução 033/2014, estabelece o seguinte:

CAPÍTULO VII

DOS DIREITOS E DEVERES DO DISCENTE NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 32. O discente assistido nos Programas de Assistência Estudantil tem direito a:

- I – solicitar reavaliação de sua classificação nos perfis, quando advier alteração da situação socioeconômica comprovada por documentação;*
- II – receber o(s) auxílio(s) mensalmente no valor correspondente ao perfil obtido na avaliação realizada pela PROAE, correspondente ao mês vigente.*

Art. 33. O discente assistido nos Programas de Assistência Estudantil tem os seguintes deveres:

- I – informar à PROAE qualquer alteração de sua situação socioeconômica;*
- II – comparecer sempre que for convocado pela PROAE;*
- III – manter atualizados seus dados cadastrais junto à PROAE;*
- IV – ressarcir aos Programas de Assistência Estudantil os auxílios recebidos indevidamente quando apurados em processos administrativos;*
- V – estar matriculado e cursando pelo menos 3 (três) unidades curriculares por semestre.*

Art. 34. No âmbito dos Programas de Assistência Estudantil, compete à PROAE:

- I – integrar a coordenação dos Programas de Assistência Estudantil;*
- II – apresentar mensalmente relatórios qualitativos e quantitativos;*
- III – divulgar na página eletrônica as informações concernentes aos Programas de Assistência Estudantil e manter atualizada a planilha contábil do orçamento destinado para a assistência estudantil;*
- IV – elaborar os critérios, com a Comissão de Assistência Estudantil, para inserção do discente nos Programas de Assistência Estudantil;*
- V – orientar o discente quanto aos direitos e deveres dos Programas de Assistência Estudantil;*
- VI – assegurar o bom funcionamento dos Programas, observando os princípios e os objetivos contidos nesta Resolução.*

Art. 35. Quaisquer informações referentes aos Programas de Assistência Estudantil devem ser divulgadas na PROAE e pela internet por meio da página eletrônica da UFSJ.”

Adicionalmente, em resposta ao item 13 da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, quando indagada a respeito da realização de estudos e análises sobre a demanda do corpo discente por assistência estudantil na Universidade para o exercício de 2015, a Divisão apresentou a seguinte manifestação:

“Após estudos e análises pontuais pelo Setor responsável eliminamos em 2014 do nosso programa a contrapartida de 20 horas semanais trabalhadas e adotamos através da Resolução 033/2014 algumas exigências para os alunos que recebem os auxílios do PANES: estar matriculado no mínimo em 03 (três) unidades curriculares, não ser reprovado por infrequência em 02 (duas) unidades curriculares e não ser reprovados por nota em todas as unidades curriculares. Com essas medidas o índice de retenção e evasão dos alunos assistidos pela PROAE tende a diminuir, já com retornos positivos de alguns professores.”.

Por fim, sobre as rotinas/controles administrativos envolvidos no fluxo de pagamentos de benefícios para as áreas de atuação do Pnaes, item 7 da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, a Diaaf, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, apresentou as seguintes informações:

Relativo aos Programas de Assistência Estudantil – Pase:

“Até o 20º dia do mês, são elaboradas as planilhas de pagamento dos alunos beneficiários do PASE, após conferência no CONTAC - Programa de Controle Acadêmico, e enviadas, com Memorando Eletrônico ao Setor de Orçamento da PPLAN, o qual após liberação encaminha para a SECON/PROAD para liberação e autorização para pagamento no Setor de Tesouraria.”

Relativo ao Auxílio Saúde:

“Saúde Bucal, Mental e Física após ateste na Rede SERPRO e lançamento no SICON das notas é encaminhado via Memorando Eletrônico para o Setor de Orçamento da PPLAN, o qual após liberação encaminha para a SECON/PROAD para liberação e autorização para pagamento no Setor de Tesouraria.”

Relativo ao custeio da alimentação no Restaurante Universitário:

“Pagamento RUs, de acordo com a entrega de nota fiscal acompanhada dos relatórios auditáveis, após conferência pelos fiscais responsáveis é feito o ateste na REDE SERPRO, no SICON e endereçado através de Memorando Eletrônico ao SETOR que encaminhará com SECON e posteriormente SETES.”

Análise do Controle Interno

A não disponibilização pelo MEC de um sistema informatizado padronizado para que as Instituições de Ensino gerenciem o Pnaes dificulta a implementação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa. Caso o Ministério disponibilizasse tal sistema unificado para acompanhamento do Programa, similarmente como ocorre em ações do próprio MEC, como no Enem, no Ideb, e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, diversos entraves seriam minimizados, propiciando uma execução mais célere e eficiente do Pnaes, bem como avaliações mais robustas no âmbito de cada instituição de ensino e também nacionalmente.

A não implementação, até o momento, por parte da UFSJ, de um sistema informatizado adequado para execução, acompanhamento e monitoramento dos programas de assistência estudantil desenvolvidos no âmbito da Universidade é outro fator que dificulta o controle do Pnaes. As rotinas de controles internos que visam mitigar desvios na execução dos programas de assistência social, estabelecidas pelo setor responsável da Universidade, mostram-se insuficientes para resguardar a boa e regular execução dos

programas. A execução manual das rotinas de controles, tais como conferências por meio de planilhas Excel e de consultas a sistema não específico para esse fim, é mais demorada e susceptível a falhas, quando comparada a rotinas automatizadas, como confirmado pela Diaaf em sua manifestação.

A carência de referido sistema contribui também para os entraves descritos para o monitoramento do cumprimento dos critérios de contrapartida exigidos dos discentes para a manutenção dos benefícios. Essa limitação apresenta o potencial de prejudicar o atingimento do objetivo principal do programa, qual seja, contribuir para a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade. Isso ocorre uma vez que a morosidade na verificação do cumprimento das exigências necessárias pode permitir que beneficiários que descumpram os requisitos permaneçam recebendo os auxílios, enquanto coexistam alunos não contemplados pelo programa. Ademais, referida dificuldade de monitoramento pode ensejar que beneficiários do programa permaneçam nessa condição por tempo superior ao esperado caso cumprissem as contrapartidas de matrícula no mínimo em três, não reprovação por infrequência em duas e não reprovação por nota em todas as unidades curriculares.

A resposta da Divisão também evidencia o complicado trabalho de processamento e conferência das rotinas de pagamento dos programas assistenciais decorrente da inexistência do sistema informatizado. Referida carência faz com que as rotinas/controles para pagamentos dos beneficiários sejam realizados de forma manual, não automatizadas, dependendo de consultas individualizadas a um sistema pertencente a uma Pró-Reitoria diversa da Proae.

Ressalta-se que o Contac, citado na resposta da Universidade, trata-se de sistema pertencente a uma Pró-Reitoria diversa da Proae (Sistema de Controle Acadêmico de Graduação – Contac, pertencente à Divisão de Controle Acadêmico - Dicon, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação), cujas informações nem sempre se encontram atualizadas.

Desse modo, a necessidade de um sistema informatizado, disponibilizado/regulamentado pelo Ministério da Educação ou implementado pela própria Instituição de Ensino, é primordial para o bom controle administrativo nas fases de planejamento, execução, controle e avaliação da gestão do Pnaes.

Por fim, de acordo com o diretor da Diaaf, da Proae, o sistema específico para gerenciar o programa de assistência estudantil encontra-se em fase de desenvolvimento e viabilizará uma execução mais célere e eficiente, além de um controle mais tempestivo da execução de tais programas.

Recomendações:

Recomendação 1: Desenvolver ou adquirir sistema informatizado para execução dos procedimentos de concessão e pagamento dos benefícios do Pnaes, bem como para o acompanhamento e monitoramento da execução de todas as etapas do programa no âmbito da Universidade.

Recomendação 2: Verificar junto ao Ministério da Educação, que é o formulador da política pública de Assistência Estudantil, se existe ou está em desenvolvimento um sistema informatizado padronizado para gerenciar todas as etapas do Pnaes para ser disponibilizado às Instituições de Ensino.

1.1.1.2 CONSTATAÇÃO



Insuficiência de recursos humanos, na Proae, para prestar atendimento aos alunos beneficiários da assistência estudantil.

Fato

A Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis - Proae foi criada pela Resolução nº 044, de 22 de outubro de 2012, com atribuição de gerir programas e projetos que visam propor políticas de assistência e ações afirmativas, de permanência, de saúde e atividades esportivas, culturais e sociais dirigidas aos estudantes da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

A Proae, setor responsável pela gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes na UFSJ, é composta pela Secretaria Executiva e pela Divisão de Assistência e Ações Afirmativas - Diaaf. A Resolução nº 033, de 22 de setembro de 2014, instituiu a política e estabeleceu os programas de assistência estudantil oferecidos pela Universidade, por meio da Proae.

A Resolução nº 033, de 22 de setembro de 2014, é suficientemente detalhada para definir os auxílios no âmbito do Pnaes, as etapas necessárias para sua execução e as responsabilidades dos agentes envolvidos na operacionalização do Programa. O normativo define os auxílios compreendidos pelos Programas de Assistência Estudantil, quais sejam, auxílios de promoção socioacadêmica, creche, de apoio pedagógico e de saúde ao discente, detalhando-os e estabelecendo os requisitos para o recebimento e a forma de pagamento. Da mesma forma, detalha as etapas do Processo de Avaliação Socioeconômica, condição necessária para se concorrer aos auxílios em questão. A Resolução ainda estabelece as competências da Proae no âmbito dos Programas de Assistência Estudantil do Ministério da Educação e dispõe que o processo de avaliação socioeconômica será realizado exclusivamente por profissionais de serviço social, pertencentes ao quadro de servidores da UFSJ e/ou por serviço social contratado, quando necessário, em função da demanda de pedidos de auxílios e para dar celeridade ao processo.

Atualmente, existem 10 colaboradores lotados na Proae, dentre os quais, três assistentes sociais e uma psicóloga. Conforme relatado pelo Pró-Reitor da Proae os recursos humanos disponíveis são insuficientes para o adequado atendimento aos alunos beneficiários da assistência estudantil.

Causa

Falta de adoção das medidas administrativas necessárias para constituir uma equipe com número de colaboradores necessários ao adequado desenvolvimento das atividades do Pnaes.

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – não adotou as medidas administrativas necessárias para prover a Proae com o número de colaboradores necessários ao adequado desenvolvimento das atividades do Pnaes. Os incisos III, VI e VII do artigo 32-A, do Regimento Geral da UFSJ, dispõem que compete ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos de assistência estudantil, gerenciar os recursos humanos da Proae e providenciar equipamentos e materiais necessários ao funcionamento da Assistência Estudantil e administrar sua utilização.

Manifestação da Unidade Examinada



Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, Tema 01, questionou-se a respeito da identificação dos colaboradores lotados no Proae (item 2). Além disso, questionou-se a respeito da suficiência e adequação dos recursos humanos e tecnológicos para a execução do programa (item 4).

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, itens 2 e 4, a Diaaf, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, apresentou as seguintes informações:

Item 2 - relação dos colaboradores [CPFs editados e excluída a coluna com o nome do colaborador]:

CPF	Tipo de Vínculo	Formação	Cargo	Período de Atuação no Setor	Cargo ou Função Comissionada	Atividades
***.512.596-**	Servidor público	Engenharia Mecânica	Professor	41 meses	Pró Reitor Assuntos Estudantis	Coordenar e articular-se com as demais Pró-Reitorias para definição de políticas comuns aos assuntos estudantis
***.256.636-**	Servidor público	Administração Pública	Assistente em Administração	19 meses	Diretor da Divisão de Assistência Ações Afirmativas	Cumprir as deliberações PNAES e elaborar políticas de assistência e ações afirmativas.
***.269.906-**	Servidor público	Economia	Assistente em Administração	19 meses	Chefe de Setor de Assistência Estudantil	Execução do Programa de Auxílio Promoção Socioacadêmica
***.787.316-**	Servidor público	Administração	Assistente em Administração	13 meses	Chefe de Setor de Alimentação e Moradia	Execução do Auxílio Alimentação/ Moradia Estudantil
***.011.476-**	Terceirizado	Administração	Recepcionista	16 meses	-	Apoio
***.011.476-**	Terceirizado	Superior Incompleto	Recepcionista	52 meses	-	Apoio
***.700.596-**	Servidor público	Serviço Social	Assistente Social	13 meses	-	Análise Socioeconômica
***.495.666-**	Servidor público	Serviço Social	Assistente Social	13 meses	-	Análise Socioeconômica
***.569.116-**	Servidor público	Serviço Social	Assistente Social	24 meses	-	Análise Socioeconômica
***.116.576-**	Servidor público	Psicologia	Psicóloga	26 meses	-	Atendimento Psicológico

Item 4 - suficiência e adequação dos recursos humanos e tecnológicos:

“Estamos trabalhando com muita dedicação e seriedade para a execução do programa PNAES desenvolvido em nossa instituição. Todavia, o recurso humano e tecnológico é

insuficiente uma vez que os programas e projetos já em andamento têm absorvido o tempo integral dos servidores atualmente lotados no Setor.”

Análise do Controle Interno

Verificou-se, de acordo com a resposta da Diaaf à Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, que os colaboradores envolvidos na execução do Programa apresentam-se com a qualificação adequada, porém em número inferior ao necessário para o devido desenvolvimento das atividades. A resposta ao Item 4, entretanto, não explicitou quantos e qual a qualificação dos servidores e em quais locais ocorre a carência desses recursos humanos, pois a UFSJ possui três *campi* na cidade sede - São João del-Rei - e outros três fora da sede, nas cidades de Divinópolis, Congonhas/ Ouro Branco e Sete Lagoas, todos no estado de Minas Gerais.

Verificou-se, ainda, por meio da resposta em questão e em entrevistas realizadas com servidores do setor, que as atividades finalísticas de assistência social estão sendo desempenhadas por profissionais habilitados, condição também imposta pela Resolução nº 033 da UFSJ.

Recomendações:

Recomendação 1: Adotar medidas administrativas necessárias para prover a Proae com o número de colaboradores necessários ao adequado desenvolvimento das atividades do Pnaes.

1.1.1.3 CONSTATAÇÃO

Falha na divulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes e dos seus editais para os alunos da UFSJ.

Fato

A divulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes no sítio eletrônico da UFSJ não é satisfatória, uma vez que o caminho para acessar as informações sobre as ações compreendidas por ele não possui a visibilidade adequada. Não há qualquer *link* ou *banner* na página principal da Universidade que permita o acesso direto às informações da assistência estudantil ofertada, sendo necessário que o aluno percorra o seguinte caminho para referido acesso, a partir da página principal: Pró-Reitorias >> Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) >> Programas de Assistência Estudantil, ou Pró-Reitorias >> Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) >> Editais.

Causa

Divulgação dos programas de assistência não tem a visibilidade adequada no sítio eletrônico da UFSJ.

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – não promoveu a adequada publicidade dos programas de assistência estudantil no sítio eletrônico da Universidade. O inciso XIV, do Regimento Geral da UFSJ, dispõe que compete ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis a divulgação de políticas e programas interinstitucionais de assistência estudantil.

Manifestação da Unidade Examinada



Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, Tema 03, itens 15 e 16, questionou-se a respeito da forma de divulgação do Pnaes e se sua política de divulgação é satisfatória.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, itens 15 e 16, a Divisão de Assistência e Ações Afirmativas da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, informou o seguinte:

“A divulgação do programa é realizada através do Edital no site da Pro-Reitoria, por meios de e-mails à comunidade acadêmica, no site da UFSJ, através do canal UFSJ e durante a Acolhida dos alunos calouros no início de cada semestre letivo e rede de TV da região.

Em se tratando de divulgação nunca é demais alertar para a necessidade de usar todos os meios necessários que tivermos em mãos. O Setor considera a divulgação suficiente uma vez que, além dos meios de comunicação utilizados na UFSJ, temos também a preocupação de divulgar durante programa “Acolhida” realizado em parceria com a Pro - Reitoria de Ensino de Graduação, na recepção dos calouros no início da cada semestre letivo e rede de TV da região.”

Análise do Controle Interno

Não obstante se reconhecer a validade dos meios de divulgação utilizados, a publicidade das ações do Pnaes, no sítio eletrônico da Universidade, apresenta-se insatisfatória. O acesso direto às informações da assistência estudantil ofertada pela UFSJ poderia ser proporcionado por meio de um *link* na parte “Acesso Rápido”.

Apesar do exposto, observou-se que as informações disponibilizadas na internet pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proae trazem o detalhamento necessário sobre o funcionamento dos programas ofertados, sendo a falha apontada referente apenas à dificuldade de acesso a tais informações.

Recomendações:

Recomendação 1: Aperfeiçoar a divulgação dos programas de assistência estudantil oferecidos pela Proae no sítio eletrônico da Universidade, disponibilizando um "link" na sessão "Acesso Rápido" da página.

1.1.1.4 CONSTATAÇÃO

Falhas na formalização do processo de seleção dos alunos beneficiários do Pnaes.

Fato

A legislação referente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes não uniformiza os parâmetros de seleção dos candidatos aptos a receber os auxílios custeados pelos recursos do programa. Desta forma, cabe a cada Instituição de Ensino adotar um procedimento próprio.

A Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ editou a Resolução nº 033, de 22 de setembro de 2014, fixando as diretrizes sobre o funcionamento dos Programas de Assistência Estudantil oferecidos pela Universidade, contemplando discentes cuja

vulnerabilidade socioeconômica possa dificultar a permanência na Instituição e o aproveitamento pleno da formação.

A execução dos Programas de Assistência Estudantil, previstos na Resolução nº 033, são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proae e compreendem o Auxílio de Promoção Socioacadêmica e demais auxílios de creche, de apoio pedagógico e de saúde ao discente.

O Auxílio de Promoção Socioacadêmica tem por finalidade conceder ao discente suporte financeiro para sua permanência no curso de graduação, oferecido na modalidade educação presencial. O discente deve estar regularmente matriculado e frequente dentro do prazo máximo previsto para a integralização do curso. O valor do Auxílio será estabelecido anualmente pelo Conselho Diretor – Condi em consonância com o orçamento da Proae previsto para o ano subsequente.

Os seguintes componentes integram o Auxílio de Promoção Socioacadêmica, conforme Resolução nº 33, artigo 8º: alimentação (24% do valor do Auxílio); moradia (25% do valor do Auxílio); transporte (10% do valor do Auxílio); e permanência, (41% do valor do Auxílio).

Os discentes que residem com a família no município do curso ou em região conurbada, com perfil socioeconômico nível IV ou superior, conforme tabela da Resolução nº 033, art. 18, não fazem jus ao componente alimentação. Aqueles selecionados para a moradia estudantil ou que residam com a família no município do curso não fazem jus ao componente moradia. Os que residem a uma distância inferior a três quilômetros da unidade educacional de seu curso não fazem jus ao componente transporte. Se o discente for contemplado com qualquer espécie de bolsa acadêmica, o Auxílio de Promoção Socioacadêmica será composto, apenas, pelos componentes alimentação, moradia e/ou transporte.

O auxílio-creche consiste em um subsídio pecuniário mensal, por criança com idade entre 4 meses e 5 anos e 11 meses, filho(a) de discente classificado em qualquer um dos perfis do processo de avaliação socioeconômica e visa a auxiliar na contratação de serviços de creche ou de cuidadores, com o objetivo de contribuir com a manutenção das atividades acadêmicas do graduando, bem como com a redução da evasão acadêmica. Haverá apenas um benefício por criança, mesmo que ambos os pais sejam discentes em vulnerabilidade socioeconômica. O valor do auxílio-creche será estabelecido anualmente pelo Condi, em consonância com o orçamento da Proae previsto para o ano subsequente.

O auxílio a atividades pedagógicas tem por finalidade conceder ao discente com vulnerabilidade socioeconômica apoio pecuniário nas seguintes situações: atividade de campo e/ou participação em eventos científicos/culturais. O auxílio às atividades de campo consiste em um subsídio diário para a realização de atividades de campo previstas no programa de ensino da unidade curricular aprovado pelo Colegiado do curso no início do semestre, que demande pernoite, e realizadas em município diferente da unidade educacional no qual o discente está matriculado. O auxílio apoio pedagógico para participação em eventos científicos e culturais consiste em um subsídio diário para participação em eventos científicos e culturais em município diferente da unidade educacional no qual o discente está matriculado. O valor do auxílio a atividades pedagógicas será estabelecido anualmente pelo Condi em consonância com o orçamento da Proae previsto para o ano subsequente.



O auxílio-saúde caracteriza-se por assistência suplementar, oferecendo atendimento médico nas áreas de clínica médica, ginecologia, oftalmologia, exames laboratoriais e saúde bucal e mental para o discente classificado em qualquer um dos perfis de I a XII, conforme tabela da Resolução nº 033, art. 18, do processo de avaliação socioeconômica, enquanto houver disponibilidade orçamentária. O discente deve solicitar à Proae a emissão da guia de atendimento desejada, sendo os pedidos atendidos conforme disponibilidade financeira.

O procedimento de seleção dos candidatos é descrito a seguir, conforme a Resolução n.º 33.

Os editais dos certames são divulgados no início de cada semestre letivo. A inscrição pode ser feita por qualquer discente de graduação da UFSJ, modalidade presencial, regularmente matriculado, por meio de preenchimento do formulário eletrônico para o Processo de Avaliação Socioeconômica, disponibilizado no sítio eletrônico da Proae. Após essa primeira etapa, os candidatos devem apresentar à Pró-Reitoria a documentação exigida no edital.

Encerrado o período de inscrição, os questionários socioeconômicos e as documentações apresentadas pelos alunos são analisados por profissionais de serviço social, pertencentes ao quadro de servidores da UFSJ e/ou por serviço social contratado, em função da demanda de pedidos de auxílios e para dar celeridade ao processo. Os candidatos são então classificados em perfis de vulnerabilidade social, relacionados ao percentual para o recebimento dos auxílios, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro - Perfis de vulnerabilidade social dos candidatos

Perfil	Índice de vulnerabilidade socioeconômica (IVS)	Percentual do valor do Auxílio de Promoção Socioacadêmica
I	$0,00 \leq IVS \leq 2,00$	100%
II	$2,00 < IVS \leq 3,00$	92%
III	$3,00 < IVS \leq 4,00$	84%
IV	$4,00 < IVS \leq 5,00$	76%
V	$5,00 < IVS \leq 6,00$	68%
VI	$6,00 < IVS \leq 7,00$	60%
VII	$7,00 < IVS \leq 8,00$	52%
VIII	$8,00 < IVS \leq 9,00$	44%
IX	$9,00 < IVS \leq 10,00$	36%
X	$10,00 < IVS \leq 11,00$	28%
XI	$11,00 < IVS \leq 12,00$	20%
XII	$12,00 < IVS \leq 15,00$	15%

Fonte: Resolução nº 033, de 22 de setembro de 2014.

Os critérios da avaliação socioeconômica são estabelecidos por meio dos seguintes parâmetros: renda *per capita* do grupo familiar; bens imóveis da família; *status* ocupacional dos responsáveis pelo discente; situação de moradia do discente e da família; composição familiar; antecedentes escolares do ensino fundamental e médio do discente; impacto de doenças graves na organização familiar; situação de trabalho do discente; posse de veículos da família; e condições de transporte do discente em relação à unidade educacional onde é sediado seu curso.

Durante o Processo de Avaliação Socioeconômica, a critério da equipe técnica da Proae ou por solicitação do discente, poderão ocorrer entrevistas a fim de esclarecer eventuais informações.

Por meio de entrevistas e análises de documentos arquivados na Proae, constatou-se que não há autuação de processo administrativo para documentar as etapas das seleções realizadas. Dessa maneira, os editais e respectivos resultados são mantidos no sítio eletrônico da Proae. Também foi verificado, por meio de amostra aleatória, e posteriormente confirmado em entrevista com o Diretor da Diaaf, que as documentações referentes aos candidatos aos benefícios não são autuadas em processos administrativos individualizados, sendo mantidas em envelopes identificados com os nomes dos respectivos alunos. Na amostra selecionada, verificou-se ainda que referida documentação encontrava-se incompleta, não constando do envelope a avaliação socioeconômica dos candidatos aos benefícios, nem tampouco o parecer conclusivo que assinale seu enquadramento ou não nos critérios estabelecidos.

Causa

Falta de estabelecimento de procedimento adequado relativo à formalização do processo de seleção dos alunos candidatos aos programas de assistência estudantil.

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – não estabeleceu procedimento adequado relativo à formalização do processo de seleção dos alunos candidatos aos programas de assistência estudantil. Os incisos I e III, do Regimento Geral da UFSJ, dispõem que compete ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis supervisionar, coordenar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Proae, além de acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos de assistência estudantil.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, Tema 01, itens 5 e 6, foram feitos questionamentos a respeito das rotinas/controles administrativos utilizados para a seleção dos beneficiários dos Programas de Assistência Estudantil no exercício de 2015, e dos mecanismos de seleção, para as áreas previstas no art. 3º, § 1º do Decreto nº 7.234/2010, utilizado no exercício 2015.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, item 5 (rotinas/controles administrativos utilizados para a seleção dos beneficiários dos programas no exercício de 2015), a Divisão de Assistência e Ações Afirmativas - Diaaf, componente da Proae, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, apresentou as seguintes informações:

“Elaboração de Editais do Programa de Auxílio de Promoção Socioacadêmica e divulgação dos mesmos no site da Proae www.ufsj.edu.br/proae e da UFSJ, através da Assessoria de Comunicação da UFSJ, e-mails a toda comunidade acadêmica, bem como a preparação de cronogramas voltados para esse pleito, análise socioeconômica, através formulários próprios disponibilizados na página da PROAE, conferência dos documentos comprobatórios e consultas pelos alunos às Assistentes Sociais.” E anexou um modelo.

A respeito do item 6 (mecanismos de seleção, para as áreas previstas no art. 3º, § 1º do Decreto nº 7.234/2010, utilizado no exercício 2015), a Diaaf assim se pronunciou:



“Os mecanismos de seleção previstos para as áreas citadas no art. 3º, §1º do Decreto nº 7.234/2010, são realizados através da análise dos questionários socioeconômicos, disponibilizado no site da PROAE por ocasião das inscrições, classificando-os de acordo com o perfil de vulnerabilidade social”. E anexou modelo.

Questionado, mediante entrevista, sobre a ausência de processo administrativo formalizado contendo os dados relativos à aptidão ou não do aluno a participar do programa, o Diretor da Diaaf explicou que as avaliações são mantidas em meio virtual, no próprio sistema utilizado pelos candidatos para preencher o formulário, Siases, não sendo impressas para resguardar a intimidade dos alunos, uma vez que contêm informações pessoais. Ainda foi informado, durante entrevista realizada com uma das Assistentes Sociais do Proae, que nos casos em que os dados fornecidos pelos candidatos no formulário da avaliação socioeconômica divergem dos contidos na documentação apresentada junto à Proae, os responsáveis pela avaliação podem alterar os dados preenchidos pelos alunos, a fim de compatibilizá-los à documentação comprobatória.

Análise do Controle Interno

A ausência de um processo administrativo formalizado, que contenha todos os dados relativos à aptidão ou não do aluno a participar do programa, dificulta a verificação e acompanhamento das concessões de auxílio, e a transparência do processo. Ademais, o argumento apresentado, qual seja, resguardar a privacidade dos alunos, não é suficiente para justificar a ausência da avaliação socioeconômica junto aos demais documentos, uma vez que tais informações, devido à sua natureza, devem ter acesso restrito apenas à equipe responsável pela execução do programa, conforme assegura a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em seu artigo 6º, III e artigo 31, § 1º, a seguir transcritos.

“Art. 6º.”. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

(...)

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.”

.....
“Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.”.

Em relação à possibilidade de alteração dos dados preenchidos pelos alunos no formulário de avaliação socioeconômica, a fim de compatibilizá-los à documentação comprobatória, esclarece-se que tal procedimento evidencia falha no processo de seleção dos programas, uma vez que permite alterações dos dados fornecidos pelos alunos sem necessidade de justificativa formalizada, identificação das modificações realizadas, e ciência por parte do candidato.

Recomendações:

Recomendação 1: Autuar processos administrativos individualizados, preferencialmente em meio digital, referentes aos processos seletivos para seleção de alunos beneficiários dos programas de assistência estudantil oferecidos pela Universidade, contendo toda a documentação necessária à sua formalização, como editais, resultados dos certames, avaliação socioeconômica, etc.

Recomendação 2: Autuar processos administrativos individualizados, preferencialmente em meio digital, para cada beneficiário dos programas de assistência estudantil da Universidade, contendo toda a documentação que comprove o cumprimento dos requisitos de seleção.

Recomendação 3: Estabelecer procedimento adequado à análise das avaliações socioeconômicas, que evite alterações dos dados fornecidos pelos alunos sem identificação das modificações realizadas, exposição de justificativa, e ciência por parte do candidato.

1.1.1.5 CONSTATAÇÃO**Deficiências na forma de avaliação sistemática dos resultados do Pnaes.****Fato**

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes foi instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O inciso II do parágrafo único do artigo 5º do referido normativo dispõe que as instituições federais de ensino superior deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do Programa.

Entretanto, verificou-se que as avaliações dos resultados dos programas na Universidade Federal de São João del-Rei são insatisfatórias, uma vez que inexistem indicadores e metas relevantes para analisar o alcance dos respectivos objetivos, tais como controle das taxas de evasão e retenção dos beneficiários dos programas.

Causa

Fragilidade dos mecanismos de avaliação e monitoramento do programa devido à falta de definição de metas e criação de indicadores de desempenho.

Pro-Reitor de Assuntos Estudantis - não definiu metas e indicadores de desempenho para o Pnaes. De acordo com o inciso III do artigo 32-A, do Regimento Geral da UFSJ, compete ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis “*acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos de assistência estudantil*”.

Importante ressaltar que o Ministério da Educação, que é o formulador da política pública de Assistência Estudantil, não disponibilizou para as Instituições de Ensino um sistema informatizado padronizado para gerenciar todas as etapas do Pnaes.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, Tema 05, itens 19 a 21, questionou-se a respeito da realização de avaliações dos resultados do Pnaes, da existência de indicadores e metas específicas da Universidade ou definidas pelo



Ministério da Educação para o acompanhamento e avaliação do programa, e de controle das taxas de evasão e retenção dos beneficiários do Pnaes por parte da UFSJ.

Em resposta, a Divisão de Assistência e Ações Afirmativas, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, informou o seguinte:

Item 19 – Existência de indicadores e metas específicas da Universidade ou definidas pelo Ministério da Educação – MEC para o acompanhamento e avaliação do programa.

“No momento não temos conhecimentos de indicadores definidos pelo MEC, quanto a UFSJ temos PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional.”

Item 20 - Controle das taxas de evasão e retenção dos beneficiários do Pnaes por parte da Universidade.

“Não. Mas, conforme citado no item 3, estamos juntamente com o Núcleo de Informática e com a Divisão de Controle e Acompanhamento Acadêmico providenciando um sistema interno que irá contemplar, também, esse controle.”

Item 21 – Existência de dados da Universidade sobre a melhoria nas taxas de evasão e retenção de alunos participantes do Pnaes.

“No momento não, mas com a entrada em vigor da Resolução 033/2014, em 22 de setembro de 2014, algumas exigências foram adotadas para os alunos que recebem os auxílios do PNAES: estar matriculado no mínimo em 03 (três) unidades curriculares, não ser reprovado por infrequência em 02 (duas) unidades curriculares e não ser reprovados por nota em todas as unidades curriculares. Com essas medidas acreditamos que o índice de retenção e evasão dos alunos assistidos pela PROAE tende a diminuir, já que estamos recebendo um retorno positivo por parte de alguns Coordenadores de Curso.”

Análise do Controle Interno

A princípio, é importante esclarecer que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018 da UFSJ contempla como objetivo, dentre outros, “assegurar as condições de ingresso, permanência e êxito escolar”, detalhado nos seguintes resultados esperados: 100% dos ingressantes por meio de programas nacionais; todas as unidades educacionais oferecendo alimentação de qualidade; Política de Moradia implantada em todas as unidades educacionais; 50% dos discentes com renda familiar *per capita* igual ou menor que 1,5 salário mínimo atendidos com bolsas; garantir a locomoção dos discentes em situação de vulnerabilidade social para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas; implementação de uma política de esportes na UFSJ; programas de atenção à saúde implantados em todas as unidades educacionais; redução de 25% do índice de retenção e evasão.

Ainda a respeito do PDI 2014-2018, nota-se que o documento contém informações relativas aos programas de assistência, no exercício de 2013, tais como quantidade de auxílios ofertados, número de refeições servidas no Restaurante Universitário - RU, total de refeições subsidiadas pela UFSJ no RU, demanda por atendimentos médicos, exames laboratoriais, acompanhamento oftalmológico e serviço bucal, e atendimentos psicológicos. Referidos números são importantes para se analisar a execução dos programas, mas insuficientes para avaliar seu impacto no acesso e permanência dos jovens no ensino superior na Instituição. Indicadores, tais como taxas de evasão e retenção, entretanto, serviriam perfeitamente a esse propósito. Embora a redução em tais

índices seja citada no Plano como resultado esperado, vinculado ao objetivo “*assegurar as condições de ingresso, permanência e êxito escolar*”, o PDI não apresenta metas quantitativamente fixadas relacionadas aos programas de assistência estudantil desenvolvidos na Universidade.

Assim, as respostas apresentadas pela UFSJ evidenciam que a sistemática utilizada não permite avaliar o alcance dos objetivos propostos para o atingimento dos resultados dos programas de assistência estudantil.

A falta de avaliação dos resultados também inviabiliza um diagnóstico sobre eventuais deficiências e, conseqüentemente, deixa de oportunizar a adoção de medidas corretivas visando mitigar as causas dos possíveis insucessos na execução dos programas de assistência estudantil.

Como relatado na constatação intitulada “Falta de utilização de um sistema informatizado adequado para acompanhamento da execução das ações do Pnaes”, a falta de um sistema informatizado padronizado disponibilizado pelo Ministério da Educação contribui para o comprometimento do acompanhamento e avaliação do Pnaes nas instituições de ensino.

Recomendações:

Recomendação 1: Estabelecer avaliação do Pnaes no âmbito da Universidade, que contemple indicadores e metas relevantes para analisar o alcance dos objetivos do programa, tais como controle das taxas de evasão e retenção dos beneficiários.

1.1.1.6 CONSTATAÇÃO

Ausência de comprovação de definição das áreas de atuação da UFSJ referentes à assistência estudantil a partir de estudos ou análises da demanda do corpo discente.

Fato

A definição das áreas de atuação da Universidade referentes à assistência estudantil deve levar em consideração, dentre outros fatores, estudos ou análises da demanda de seu corpo discente. Sobre essa questão, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que trata do Pnaes, assim dispõe:

“Art. 4º, caput. As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.”

A UFSJ, no exercício de 2015, aplicou recursos do Programa nas áreas de moradia estudantil, auxílio moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, creches, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, áreas previstas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Verificou-se, por meio da análise de amostra aleatória de ordens bancárias relativas a 2015, que os recursos provenientes do programa foram realmente aplicados nas áreas definidas pela Instituição.



Entretanto, a Universidade não comprovou que a definição de tais áreas de aplicação dos recursos do Pnaes foi efetuada com base em estudos e análises sobre a demanda do corpo discente da instituição.

Causa

Fragilidade dos mecanismos de planejamento do programa devido à falta de estudos e análises sobre a demanda do corpo discente por assistência estudantil na Universidade e à ausência de critérios para alocação de recursos nas áreas de atuação do programa.

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis – não providenciou a realização de estudos e análises sobre a demanda do corpo discente da instituição quanto às áreas de aplicação dos recursos do Pnaes. O inciso XIII do artigo 32-A, do Regimento Geral da UFSJ, dispõe que compete ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis executar pesquisas com o intuito de diagnosticar, periodicamente, as condições socioeconômicas da comunidade universitária e suas demandas assistenciais.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, de 18 de novembro de 2015, Tema 02, itens 13 e 14, foram questionadas as áreas de atuação da UFSJ no âmbito do Pnaes.

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, a Divisão de Assistência e Ações Afirmativas – Diaaf, da UFSJ, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, apresentou as seguintes informações:

Item 13 – Realização ou utilização, por parte do setor responsável pelo Pnaes, de estudos e análises sobre a demanda do corpo discente por assistência estudantil da Universidade, referente ao exercício de 2015:

“Após e estudos e análises pontuais pelo Setor responsável eliminamos em 2014 do nosso programa a contrapartida de 20 horas semanais trabalhadas e adotamos através da Resolução 033/2014 algumas exigências para os alunos que recebem os auxílios do PANES: estar matriculado no mínimo em 03 (três) unidades curriculares, não ser reprovado por infrequência em 02 (duas) unidades curriculares e não ser reprovados por nota em todas as unidades curriculares. Com essas medidas o índice de retenção e evasão dos alunos assistidos pela PROAE tende a diminuir, já com retornos positivos de alguns professores.”

Item 14 – Áreas de atuação em que a Universidade tem aplicado os recursos do Pnaes, no exercício de 2015, critérios utilizados para alocação dos recursos, valores aplicados em 2015, quantitativo de alunos beneficiados em cada área de atuação:

14.1 - Áreas de atuação que a Universidade tem aplicado os recursos do Pnaes no exercício de 2015:

- “- moradia estudantil;*
- auxílio moradia;*
- alimentação;*
- transporte;*
- atenção à saúde;*
- creches;*
- apoio pedagógico; e*



- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.”

14.2 - Critérios utilizados para alocação dos recursos em cada área:

“De acordo com a demanda dos alunos, comprovadamente em vulnerabilidade socioeconômica, alocamos em 2015 os recursos da seguinte forma:

PASE = 47,16%

Auxílio Alimentação = 21,24%

Saúde Mental = 17,46%

Saúde Física = 11,15%

Moradia Estudantil = 2,52%

Auxílio Creche = 0,16%

Atividade Pedagógica = 0,16%

Monitoria Especial = 0,16%”.

14.3 - Valores aplicados em 2015:

“R\$ 8.536.618,46”.

14.4 - Quantitativo de alunos beneficiados em cada área de atuação:

“- moradia estudantil = 48 alunos

- PASE (auxílios moradia; alimentação; transporte e permanência) = 897 alunos

- alimentação(todos os alunos de alunos de graduação presencial são subsidiados no RU) = média 2.794 alunos

- atenção à saúde: saúde física = 251 atendimentos

- saúde mental = 369 atendimentos

- creche = 03 alunos

- apoio pedagógico = 03 alunos

- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação = 03 alunos”.

Análise do Controle Interno

A Diaaf, em sua manifestação, afirmou que a definição das áreas de atuação com recursos do Pnaes, bem como o percentual de recursos alocados em cada área, foram baseados também na demanda dos discentes por assistência estudantil. Entretanto, não foi apresentada documentação comprobatória da realização de tais levantamentos.

Recomendações:

Recomendação 1: Realizar anualmente estudos e análises sobre a demanda do corpo discente por assistência estudantil, para fundamentar as escolhas da área de atuação do programa, em consonância com o disposto no "caput" do art. 4º do Decreto nº 7.234/2010.

1.1.1.7 INFORMAÇÃO

Suficiência de recursos orçamentários e financeiros do Pnaes para execução das ações de assistência estudantil no exercício de 2015.

Fato

Em relação à suficiência dos recursos orçamentários e financeiros do Pnaes para execução das ações de assistência estudantil no exercício de 2015, requereram-se à Universidade, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, Tema 01, itens 09 e 11, a programação orçamentária e respectiva execução do Pnaes relativas ao período de janeiro a outubro de 2015, além de análise, pelo setor responsável pelo programa, da suficiência de tais recursos orçamentários e financeiros no período em questão.

Em resposta, a Divisão de Assistência e Ações Afirmativas, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, apresentou as seguintes informações:

Item 09 – Programação orçamentária e respectiva execução do Pnaes relativas ao período de janeiro a outubro de 2015:

<i>Elemento de Despesa</i>	<i>Total</i>
3.3.90.47/3.3.90.36/3.3.9039	2.743.014,58
3.3.90.30	2.320,00
3.3.90.18	3.791.283,88
4.4.90.51	2.000.000,00
<i>Total</i>	8.536.618,46

<i>Orçamento PNAES 2015</i>	<i>Execução - 2015</i>	<i>Sobra Orçamento sem limite</i>
12.580.882,00	8.536.618,46	4.044.263,54

Item 11 - Análise, pelo setor responsável pelo programa, da suficiência dos recursos orçamentários e financeiros do Pnaes para execução das ações de assistência estudantil no exercício de 2015.

“Quanto à suficiência de recursos orçamentários para a execução das ações de assistência estudantil, temos a informar que a UFSJ vem ampliando a assistência a cada exercício visando o atendimento de um número cada vez maior de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, através de critérios específicos elaborados de acordo com a Resolução nº 033/2014/CONSU.

No entanto, como o exercício de 2015 foi atípico em função dos cortes necessários e implementados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, efetuado através da conta contábil de limite orçamentário para empenho, a UFSJ se viu obrigada a trabalhar ainda mais sua gestão priorizando as ações ligadas ao seu funcionamento. Com esta ação de gestão foi possível garantir a manutenção das atividades ligadas às áreas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as atividades ligadas à assistência estudantil, atividade esta, considerada prioritária na Instituição através da sua Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

Desta forma, os recursos orçamentários disponibilizados na LOA têm sido suficientes para o atendimento da demanda assistencial e execução das ações de assistência estudantil.”

Diante do exposto, avaliam-se como suficientes os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados para a Universidade para execução das ações de assistência estudantil no exercício de 2015.

1.1.1.8 INFORMAÇÃO



Adequação, à finalidade do Pnaes, dos critérios de seleção definidos pela UFSJ para seleção dos alunos a serem beneficiados pelos programas de assistência social no exercício de 2015.

Fato

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispôs sobre o Pnaes, determinou, em seu artigo 5º, que serão atendidos prioritariamente, no âmbito do Programa, estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. O dispositivo, porém, facultou às instituições de ensino a fixação de outros requisitos, em complemento ao critério renda.

Sobre esse assunto, a UFSJ foi questionada por meio da Solicitação de Auditoria nº 201505631/01, Tema 04, item 17. Em resposta, a Divisão de Assistência e Ações Afirmativas, por meio do Memorando Eletrônico nº 135/2015/DIAAF, de 24 de novembro de 2015, apresentou a seguinte manifestação:

“De acordo com o Art. 6 do Edital de Avaliação Socioeconômica e art. 24 da Resolução 033/2014, adotamos aos seguintes parâmetros utilizados para estabelecer os critérios de avaliação socioeconômica:

- a) Renda per capita do grupo familiar;*
- b) Bens imóveis da família;*
- c) Status ocupacional dos responsáveis pelo discente;*
- d) Situação de moradia do discente e da família;*
- e) Composição familiar;*
- f) Antecedentes escolares do ensino fundamental e médio do discente;*
- g) Impacto de doenças graves na organização familiar;*
- h) Situação de trabalho do discente;*
- i) Posse de veículos da família;*
- j) Condições de transporte do discente em relação à unidade educacional onde é sediado seu curso”.*

Assim, além do critério renda estabelecido pelo Decreto que regula o programa, a Universidade adota outros parâmetros em sua avaliação socioeconômica para selecionar os alunos beneficiários dos programas de assistência estudantil.

Tais critérios adicionais estabelecidos pela UFSJ apresentam-se adequados às finalidades do programa, pois se tratam de indicadores socioeconômicos importantes na definição de um perfil de estudante para o qual se faz necessário um complemento de renda que viabilize o custeio de sua manutenção em um curso de graduação.